

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL E
DESENVOLVIMENTO LOCAL – POSMEX

***ECONOMIA SOLIDÁRIA, DESENVOLVIMENTO LOCAL e RESÍDUOS
SÓLIDOS: O caso da Associação de Catadores Érick Soares do
município de Abreu e Lima/PE***

MARCELO RODRIGUES DA SILVA

rodrigues-ms@hotmail.com

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local – POSMEX, da
Universidade Federal Rural de Pernambuco,
como requisito à obtenção do título de
mestre em Extensão Rural e
Desenvolvimento Local.**

Orientador:

Prof. Dr. Gilvando Sá Leitão

Recife, Dezembro 2006

AGRADECIMENTOS

A dissertação que se vai apresentar, em se tratando do conteúdo escrito, pesquisado e das atividades realizadas na comunidade, é parte de uma trajetória acadêmica que se espera ajudar na construção do crescimento cognitivo dos futuros leitores, como também na autonomia de seus procedimentos e atitudes como pessoa humana. Uma vez agradecendo as pessoas e as entidades aqui presente, e espero não esquecer de nenhuma, serão sem sombra de dúvidas aquelas que realmente tiveram grande participação na minha vida, positiva ou negativamente e ambas participações estarei interpretando como aprendizado.

- Ao professor Gilvando, uma vez que as dificuldades foram tantas, além das dificuldades de nossa relação, orientador e orientando, ele não desistiu da minha pessoa e nem eu da dele;
- Ao Programa de Pós-graduação em Extensão Rural para o Desenvolvimento Local – POSMEX/UFRPE;
- A todos os catadores e catadoras da associação de catadores Érick Soares, grupo que tenho muito apreço e acredito no seu desenvolvimento;
- Ao Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCMR; Associação de Preservação da Natureza – ASPAN; Ao Fórum Lixo e Cidadania – FLIC/PE.
- Está claro que a ordem não vai alterar o produto destes agradecimentos, por isso, a Macilene, minha namorada, noiva e quase esposa, presto o meu amor. Não sei o que dizer. Esta mulher simplesmente fez parte de tudo que fiz, nas reflexões e discussões proporcionadas nos momentos em que tivemos debatendo para a realização e finalização desse trabalho. Meu eterno obrigado Macilene;
- À banca composta pelos professores, Paulo Henrique Martins, Paulo de Jesus e Ana Maria Dubeux Gervais, um muito obrigado por terem aceitado o convite;
- Gostaria de agradecer, especialmente, a Ana Dubeux pessoa companheira e amiga que não se encontra facilmente e a qual lembrarei por toda minha vida;
- A toda minha família. Imaginem todos que, em meio a tanto barulho na minha casa cheia de crianças, consegui realizar a parte teórico-escrita do meu trabalho. Mamãe (Lourdes), Márcia, Gracinha, Alice, Eduarda, Vinícius, Papai, Macilene, Ione, Juliana, Rogério, Felipe... É muita gente...;
- A toda equipe de trabalho da INCUBACOOP, em especial, a equipe de resíduos sólidos (Horasa com sua mansidão), Robson (é o cara), Sandrinha (um doce de pessoa) entre outros que ajudaram a construir este trabalho;

- A esta pessoa presente em todos os momentos de nossas vidas. Sugerindo quando podemos seguir e quando podemos parar. É com essa liberdade que Deus nos orienta sem pecado e sem censura.

SUMÁRIO

Resumo	*
Lista de Siglas	*
Lista de Gráficos	*
Introdução	1
Aspectos Metodológicos da Pesquisa	12
Objetivos	*
Objetivo Geral	*
Objetivos Específicos	*
Metodologia	*
A Pesquisa	*
Espaço de Amostragem	*
Instrumentos de Coleta de Dados	*
CAPÍTULO I - Economia Solidária: alguns referenciais teóricos para compreender o conceito	18
1.1 Economia: para quê?	21
1.2 Solidariedade: por quê?	24
1.3 Distinção e Relação dos Princípios do Comportamento Econômico: mercado, redistribuição, reciprocidade, domesticidade	26
1.4 O Mercado e sua Ascensão: (re)significando seu princípio a partir das sociedades pré-capitalistas	35
1.5 A Economia Solidária na Modernidade?	41
1.6 Como se Entende a Realidade Brasileira?	45
1.7 Economia Solidária: empreendimentos econômicos solidários em foco	50
CAPÍTULO II – O Desenvolvimento Local Como Princípio de Construção da Economia Solidária	
2.1 O contexto do Desenvolvimento	55
2.2 Para Entender o Desenvolvimento Local: alguns pontos iniciais	60
2.3 Desenvolvimento Local: uma ferramenta essencial à construção da economia solidária	70
CAPÍTULO III – A Articulação Política da Sociedade Civil Organizada e o Contexto dos Resíduos Sólidos em Pernambuco: o cenário dos	75

catadores	
3.1 O Panorama Nacional	79
3.2 O Contexto das Articulações Políticas no Âmbito dos Resíduos Sólidos, do Meio Ambiente e dos Catadores na cidade de Abreu e Lima: conhecendo alguns atores envolvidos no processo	82
3.2.1 Associação de Proteção a Natureza – ASPAN	86
3.2.2 Fórum Lixo e Cidadania do Estado de Pernambuco – FLIC / PE	88
3.2.3 A Representação do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Pernambuco	89
3.2.4 A Deputada Estadual Ceça Ribeiro	95
3.2.5 INCUBACOOP / UFRPE	96
3.2.6 A Cooperativa de Reciclagem de Plástico do Fosfato – COOREPLAST	101
3.2.7 A Abrangência do Projeto Rota dos Sonhos na Comunidade do Fosfato	103
3.3 Resíduos Sólidos e Economia Solidária em Abreu e Lima – PE	104
3.3.1 A realidade do Município de Abreu e Lima – PE	
CAPÍTULO IV – UMA ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES ÉRICK SOARES: a perspectiva da construção do desenvolvimento local e economia solidária	
4.1 Catadores de Materiais Recicláveis: trabalho e sustentabilidade socioeconômica	106
4.2 Associação de Catadores Érick Soares	107
4.3 Análise Interna da Organização	110
4.3.1 Cooperação e Solidariedade	111
4.3.1.1 Momentos Anteriores à Manifestação no Lixão	112
4.3.1.2 Momentos Posteriores à Manifestação no Lixão	114
4.3.1.3 As várias Possibilidades do Processo Organizativo	116
4.3.2 Liderança e Autogestão	117
4.3.3 Condições de Trabalho	119
4.4 Análise das Relações da Associação com seu Entorno	125
4.4.1 Articulação	130
4.4.2 Luta Social	*
4.4.3 Mercado	137
	140
Considerações Finais	147
Referência Bibliográfica	158
Apêndice	*
Roteiro de Entrevista	
Anexos	*
Lei da Coleta Seletiva no Estado de Pernambuco	
Registros fotográficos	*

RESUMO

Este trabalho trata de um estudo de caso com a Associação de Catadores Erick Soares do município de Abreu e Lima. Como objetivo, foi analisada a experiência da Associação de Catadores como uma alternativa popular de trabalho e renda, considerando-se a realidade dos resíduos sólidos no município. Algumas questões centrais nortearam a abordagem, sobretudo, o desenvolvimento das temáticas aqui oferecidas, ou seja, a temática do desenvolvimento local e a economia solidária, duas perspectivas que se universalizam e se complementam tanto na óptica de sua teoria como na prática. Além dessas questões, o caso estudado pode ser associado ao debate atual sobre a situação de ausência de emprego e aumento das atividades informais, assim como de suas configurações no cenário mais amplo da sociedade com a multiplicação de empreendimentos econômicos solidários em reciclagem, em todo o território nacional. Os catadores de materiais recicláveis são um desses públicos. Catadores são trabalhadores profissionais que desenvolvem suas atividades na catação de resíduos sólidos nas ruas e lixões, como também de forma muito crescente têm desenvolvido suas atividades, numa perspectiva associativa do trabalho organizado. São várias as experiências por todo o país no campo da reciclagem dos resíduos sólidos, mas há muito em que se avançar. No Brasil, segundo o movimento de catadores, existe próximo o de 1 milhão de catadores entre organizados e não organizados. O interesse das indústrias, pelo setor da reciclagem, reflete diretamente na renda desses catadores, principalmente, quando não há articulação para a comercialização dos produtos, pois são esses trabalhadores os que menos se beneficiam dos bens do trabalho, salvaguardando os empreendimentos coletivos populares formados por catadores que negociam estes materiais. O caso da associação Erick Soares configura essa realidade e uma perspectiva em construção, porém com o viés associativista consolidado. O grupo desenvolve suas atividades de trabalho no lixão do município, possuindo uma sede na comunidade do fosfato. O grupo nasceu a partir das manifestações no lixão, caracterizando um momento crucial para o desenvolvimento das suas atividades. É o único grupo organizado no lixão, num total de 16 pessoas, entre homens e mulheres. A partir da pesquisa e da observação participante, como também das entrevistas realizadas pode-se destacar algumas questões relevantes. Uma delas se refere à análise interna do grupo e ao caráter das suas articulações com o entorno. Por fim, dentre as considerações que foram possíveis chegar destacou-se: o acontecimento da manifestação no lixão como de caráter preponderante para o desenvolvimento político do grupo associativo; as condições de trabalho necessárias reais e possíveis para um grupo de catadores desenvolverem suas atividades; a força de trabalho associativo; o poder de articulação com o meio externo; a perspectiva do trabalho em rede, fomentando a economia solidária e o desenvolvimento local com outros grupos em potenciais.

LISTA DE SIGLAS

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
PNSB – Programa Nacional de Saneamento Básico
MNCMR – Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis
INCUBACOOOP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
ASPAN – Associação de Preservação da Natureza
FLIC/PE – Fórum Lixo e Cidadania de Pernambuco
COOREPLAST – Cooperativa de Reciclagem de Plástico do Fosfato
ACCMV – Ação da Cidadania Contra Fome, a Miséria e Pela Vida
ECOSOL – Economia Solidária
CRIDA – Centre de Recherche d' Information sui la Democratie et l' Autonomia
OCB – Organização das Cooperativas do Brasil
ADS-CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário - Central Única dos Trabalhadores
ONG's – Organizações Não-Governamentais
SIES – Sistema de Informação em Economia Solidária
SENAES – Secretaria Nacional da Economia Solidária
Rede de ITCP's – Rede de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
COPPE – Coordenação de Programas de Pós-graduação em Engenharia
RMR – Região Metropolitana do Recife

LISTA DE GRÁFICOS

01 – Esboço dos quatro princípios do comportamento econômico.....	33
02 – Produção e circulação de bens e serviços.....	39
03 – Tipo ideal dos serviços solidários.....	45
04 – Animação do desenvolvimento local esforço conjugado.....	63
05 – Animação desenvolvida pelo autor.....	64

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira vem passando por um contínuo processo de transformação. Tais transformações podem ser evidenciadas nos meios de produção, formas de trabalho, nas relações sociais, como também presenciam as rápidas mudanças globalizatórias nas esferas econômicas, sociais, culturais, políticas, tecnológicas e ambientais, apresentando-se, dessa maneira, sob duas visões diferenciadas. Uma delas diz respeito à perspectiva de correlação de forças em favor do capital, enquanto que a outra está ligada primordialmente a vários movimentos de resistência que vêm fazendo frente ao modelo neoliberal imposto *de cima para baixo* (SANTOS, 2002). Se por um lado essas transformações proporcionam avanços na sociedade, numa direção desenvolvimentista em prol do progresso, excluindo boa parte dos trabalhadores e precarizando suas formas de trabalho, por outro faz provocar o senso de luta social por melhores condições de trabalho, vida digna e justiça nas pessoas.

Um fato comumente discutido em nossa sociedade diz respeito aos problemas sociais vivenciados pela grande maioria das cidades brasileiras relativas às **freqüentes crises** no setor da economia, da esfera política, como também da educação, saúde e seguridade social (LLORENS, 2001). Estas instâncias sociais são, sem dúvida, importantes para o desenvolvimento da sociedade, no que tange principalmente à existência de políticas públicas de apoio e diss minação de formas econômicas alternativas, ao capitalismo através das atividades econômicas coletivas dos empreendimentos econômicos solidários, como também à distribuição de renda focadas na melhoria das condições de vida das pessoas, mesmo em tempos de globalização da economia e concentração de riqueza.

Um fato notório na sociedade brasileira é a trajetória do emprego que está sendo observada de forma negativa em décadas recentes, retratando o trabalho precário e as condições de submissão que vários trabalhadores vivenciam no seu cotidiano. Jara (1998) salienta que, apesar das estruturas injustas e desfavoráveis ao trabalhador, vivenciadas no ambiente de trabalho, persiste a insensibilidade para mudar tais padrões para objetivos sustentáveis, visando à construção de um projeto social novo, humano, mais justo e solidário.

Já as pessoas saturadas das subalternidades nos empregos formais se emancipam, encontrando oportunidades em diversas atividades econômicas produtivas que lhes dêem sustentação de renda como projeto melhor de vida, com a esperança de serem donos ou donas de seus próprios negócios de maneira coletivizada ou individual, retratando, assim, uma economia popular e solidária. Essa saída é vista como campos de resistência às demasiadas formas de exploração do trabalho através das organizações econômicas populares e solidárias, constituindo-se como tema relevante desse trabalho a partir da experiência de uma associação de catadores de materiais recicláveis Érick Soares, no município Abreu e Lima do Estado de Pernambuco.

Com uma população ultrapassando as margens dos 180 milhões de habitantes em 2006, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE¹, deve ser destacado, no Brasil, um cenário importante que é o declínio de empregos e o crescimento das atividades informais por grande parte da população. Este tipo de fenômeno, chamado também de mercado informal, por estudiosos economistas,

¹ Pode-se concentrar algumas informações de acordo com uma síntese dos indicadores sociais disponibilizados no site www.ibge.org.br do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística, mais especificamente os dados referentes a taxas de desocupação. Segundo o Instituto em 2002 a taxa média de desocupação foi de 9,2% e era maior para quem tinha mais anos de estudo: 5,6% entre os com três anos de estudo e de 10,6% para os com oito ou mais.

oportuniza aos trabalhadores e às pessoas que não se encaixam no padrão referencial das inúmeras habilidades exigidas na atualidade, encontram-se, destacando, por exemplo, os catadores de materiais recicláveis, realizando suas atividades nos lixões e nas ruas de várias cidades brasileiras.

Estes grupos de pessoas, através de seu trabalho coletivizado e ou individual, são designados como trabalhadores(as), graças à sua luta pelo reconhecimento de suas atividades junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, sendo classificado como: catador(a) de material reciclável².

Mesmo sendo, o catador, uma categoria de ocupação, ela se encontra dentro de um sistema informal de trabalho, raramente regularizada, salvaguardando os casos em que existam grupos associativos de trabalhos na tentativa de vencer o individualismo.

Estas pessoas, trabalhadores e trabalhadoras, uma vez fragilizadas pelo emprego formal e precarizado desenvolvem suas próprias estratégias de sobrevivência na busca pelo seu sustento, desenvolvendo formas coletivas de trabalhar e desenvolver uma atividade produtiva (TEDESCO, 2001).

Esta situação já é vivenciada por vários grupos humanos que sobrevivem com pequenos pontos de negócios coletivos ou individuais, oferecendo serviços dos mais diversos, enquanto outros, passam a vagar pelas ruas dos grandes centros urbanos à procura de uma oportunidade que lhes dêem uma sustentação de renda. Existem outros grupos ainda que passam a enxergar outras soluções para o desenvolvimento de trabalhos, como a catação de materiais recicláveis nas ruas. Em

²Obedece ao número 5192.05 na nova Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, na versão 2002, reconhecendo a profissão de Catador de Material Reciclável, através da Portaria Ministerial 397 de 09 de outubro de 2002 – MTE.

muitos casos, estas pessoas passam a morar no entorno dos lixões e aterros controlados³, uma vez que, naqueles locais, concentra-se boa parte dos resíduos sólidos jogados a céu aberto. Gera-se, por sua vez, o agravamento das desigualdades sociais, passando a configurar tal realidade nos dias atuais, não pelo trabalho dessas pessoas, mas, pela condição insalubre e pela precariedade da sua atividade.

O aumento de pessoas que passaram a catar “lixo”⁴ ao longo dos anos e dele sobreviver é retratado, nas ruas, nos lixões e em outras atividades concernentes ao ofício de catador⁵, a urgência de uma ação efetiva, no campo da educação associativa, para a organização coletiva, de cuidados com a sua saúde, a educação informal, envolvendo aspectos do campo socioeconômico, primordialmente.

Outra informação relevante diz respeito a um balanço social da realidade de catadores no Brasil, sendo esta atividade caracterizada como uma das situações mais alarmantes, mediante sua situação de vulnerabilidade social⁶ de acordo com as atividades que executam. Estes trabalhadores(as) vivenciam um cotidiano marcado pela pobreza, fome, habitações precárias, violência física e moral, ensino inadequado, bem como um sistema de saúde em falência acentuada, com relação aos serviços inadequados oferecidos a esses trabalhadores.

³ Há classificações definidas para os locais de despejo dos resíduos sólidos, sendo eles lixões, aterros controlados e aterros sanitários. A forma de tratamento desses resíduos é o que diferencia cada um desses processos, sendo possível encontrar catadores mais comumente em lixões e em aterros controlados.

⁴ A palavra lixo entre aspas sinaliza uma mudança do termo para resíduos sólidos. No momento em que se passou a trabalhar com materiais recicláveis ou qualquer tipo de resíduos, estes passaram a ser interessantes para as pessoas que, por sua vez, começaram a valorizá-los na sociedade por representarem um bem de remuneração.

⁵ Catador é uma atividade de trabalho pouco reconhecida na sociedade. Em outros Estados brasileiros eles são denominados de bagulhadores ou de sucateiros. São considerados como agentes ambientais e principais sujeitos da coleta de resíduos sólidos nas cidades em que executam suas atividades.

⁶ Vulnerabilidade social como um fenômeno que vem agravar as condições sociais do mundo contemporâneo. Miriam Abramovay, professora da Universidade Católica de Brasília (UCB), no seu artigo “Violência e Vulnerabilidade social” trata esta questão como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade de recursos materiais (materiais ou simbólicos) dos atores e o acesso às estruturas de oportunidades sociais, econômicas e culturais promovidas pelo Estado, pelo mercado e pela sociedade civil.

Dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2000) comentam a existência de mais de 30.000 catadores em lixões, dos quais 23% têm menos de 14 anos de idade, sendo sua estimativa nos dias atuais ligada a um número próximo o de um milhão de catadores nos lixões e nas ruas do país, entre organizados e não -organizados. Uma outra informação relevante ao contexto do ambiente, onde estes trabalhadores e trabalhadoras realizam suas atividades está voltada para a geração e disposição do lixo. Os dados do IBGE indicam que até o início dos anos de 1990, 76% de todo o lixo gerado era jogado em lixões, 13% em aterros controlados, 10% em aterros sanitários e apenas 1% era tratado devidamente, isto é, destinado à compostagem, à reciclagem e à incineração. Em relação ao resíduo hospitalar, só recentemente uma lei determinou que esse fosse tratado de forma diferenciada, incluindo sua disposição final. No entanto, isso não acontece na maioria das cidades, como exemplo, tem-se o interior do Estado de Pernambuco, onde de maneira ainda muito indiscriminada esse fato acontece.

Este estudo tratará de uma abordagem ampla das questões da organização coletiva dos catadores e das catadoras, especialmente de um grupo associativo que tem atividades em um lixão, numa cidade da Região Metropolitana do Recife, no Estado de Pernambuco, sendo essas pessoas em sua grande maioria ligadas por laços familiares.

A questão do lixo tem sido um assunto muito discutido na nossa sociedade ultimamente, trazendo para nós reflexões das conseqüências e dos impactos para os lençóis freáticos através do chorume, sua composição química ocasionando problemas ao meio ambiente e o desencadeamento para a saúde pública, o que não

deixa de ser relevante. Mas, um trabalho mais voltado para o campo da organização coletiva de catadores e do trabalho autogestionário não é observado de maneira tão abrangente considerando aspectos sociais e econômicos, na perspectiva de que venha a se discutir uma questão tão complexa, levando à solução desses problemas.

Um fato interessante no trabalho dos catadores e das catadoras, refere-se ao tipo organização coletiva que esses trabalhadores exercem, uma vez que inúmeras atividades de caráter socioeconômico para o tipo de grupo, são hoje estruturadas no formato de associação de catadores, sendo identificadas geralmente como “Cooperativas de Reciclagem”. Para Souza (2005b) o uso generalizado do termo: cooperativa ou revalorizadores de materiais recicláveis, ocorre de forma equivocada, visando simplificar a discussão. Na sua opinião a unificação de conceitos distintos como associação e cooperativa, menos contribui para o avanço da atividade, dificulta ainda o entendimento da ação e da produção de conhecimento, além de afetar o desenho das políticas públicas adequadas.

Não ter pessoas morando em lixões ou possibilitar que famílias inteiras não sobrevivam de maneira insalubre numa realidade distinta de qualquer atividade humana, parece ficar no segundo plano das ações para o poder local ou qualquer esfera política de um governo. Homens, mulheres e crianças passaram a fazer parte de uma economia marginal. Marginal por - que na cadeia dos resíduos sólidos, eles são os que menos se beneficiam dos frutos desse trabalho, e, o que não poderia deixar de ser importante, é que esses trabalhadores e trabalhadoras participam efetivamente da coleta desse material reciclado, ou seja, 90% do material reciclável,

abastecendo⁷, de maneira significativa, as indústrias e empresas de materiais recicláveis de todo o país.

Os catadores para sobreviverem encontraram nos resíduos sólidos dispostos nas ruas e lixões uma oportunidade de terem uma renda para atender às suas necessidades. Como resultado, o resíduo sólido, que precisa ser recolhido e reciclado para a sobrevivência do planeta e conservação do meio ambiente, é recolhido pelo catador e este através do seu trabalho profissional e criativo, encontra no resíduo uma forma de desenvolver suas atividades profissionais com o tratamento desses materiais.

Mesmo com toda a polêmica diante da discussão ambiental e organização de catadores é possível observar um movimento, ainda tímido, mesmo que de pouco impacto e centrado na direção de debates e ações que atinjam direta e indiretamente esses trabalhadores, mas de uma perspectiva promissora. É o caso das ações ligadas a decisões políticas de resgate social e da cidadania que possam resultar, como por exemplo, em algumas experiências coletivas de sucesso⁸, situadas no Sul, Sudeste e algumas dessas no Nordeste do Brasil, de grupos organizados de catadores.

⁷ Não há pesquisas concretas do quantitativo de resíduos coletados pelos catadores no Brasil, mas observa-se que o sujeito catador coleta boa parte dos resíduos que seguem para as industriais de reciclagem. Fazendo um comparativo com os materiais que são selecionados pela Associação Érick Soares – grupo focal deste estudo – com a coleta do lixo realizada pelo município de Abreu e Lima, vê-se que as 7 toneladas concentradas em quinze dias no grupo, correspondem a um bom percentual do total dos resíduos recolhidos pela prefeitura, que é, em média, 42 toneladas dia, considerando o n° de habitantes da população urbana do município e o nível de renda. Por isso que o catador é o principal agente impulsionador e alimentador da cadeia produtiva dos resíduos sólidos.

⁸ A expressividade dessas experiências está ligada a um movimento recente em todo o Brasil de associações, cooperativas, grupos informais ligados à cadeia de resíduos sólidos. Vários estados brasileiros compõem um conjunto dessas experiências importantes na área de resíduos sólidos – recicladores e catadores -, como é o caso da ASMARE - Associação de Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável em Belo Horizonte, COOPAMARE – a primeira cooperativa de catadores que começou com catadores de rua em 1989; e o caso da Associação de Catadores Érick Soares no município de Abreu e Lima em Pernambuco.

Outros atores sociais através de intervenções governamentais, como também a sociedade civil organizada, tentam esgotar o problema dos resíduos sólidos e a inclusão de catadores, porém, na maioria das vezes, não apresentam soluções sensatas de âmbito estrutural. Mas, junto a todas as dificuldades ressaltadas, esses atores se esforçam para ter um olhar ampliado de que a reflexão sobre meio ambiente deverá deixar de ser tratada, tão somente como uma questão apenas da degradação da natureza, de maneira a assumir uma dimensão importante, nos preceitos de equidade social que embasam noções de sustentabilidade, economia solidária e o desenvolvimento local.

O que se constata através de um estudo exploratório realizado no processo de Incubação da Incubadora Tecnológica e Cooperativas Populares da Universidade Federal Rural de Pernambuco, bem como nos trabalhos de Rafael (2005) e Souza (2005), sobre a realidade dos catadores no quesito organizacional, é a possibilidade de existir um entendimento ainda incipiente no formato organizacional, se comparado às demais classes de profissionais que fazem parte da cadeia de resíduos sólidos. Só muito recentemente, as organizações não-governamentais, outras instituições e governos passaram a canalizar esforços para o aspecto da organização coletiva de catadores. Ao menos, o mínimo das ações propostas para atingir de maneira efetiva o sujeito catador na sua perspectiva de inserção social de trabalho e renda para que possa viver dignamente de seu trabalho e melhorar suas condições de vida, inserindo-se diretamente num mercado onde suas capacidades produtivas e humanas sejam respeitadas. Sendo assim, esse esforço está voltado para realização de ações de aprimoramento de suas atividades e mais direcionado para um trabalho coletivo e/ou de formação associativa de resgate da cidadania.

Uma limitação que se destaca corresponde ao fato de que o poder local não se prontifica para o favorecimento da inclusão social desses trabalhadores e o fortalecimento da sua atividade. Aliás, muitos dos municípios da Região Metropolitana do Recife - RMR, como no caso de Abreu e Lima, conhecem pouco a realidade desses trabalhadores.

A exposição ao trabalho precário, as atividades que realizam de forma individualizada, em sua maioria, os riscos à saúde, bem como a situação de exclusão social em que vivem estes trabalhadores, no que diz respeito ao potencial de cooperação e solidariedade que estes grupos e pessoas vivenciam no seu dia-a-dia, mesmo quando apresentam histórias de conflitos⁹ internos no trabalho do lixão despertaram a atenção do pesquisador.

Face à magnitude do problema e a necessidade de se produzir conhecimento científico que possam orientar algumas práticas com o público de catadores, buscando conciliar a questão da cidadania, trabalho e renda, a questão organizacional com equilíbrio ambiental, este estudo será desenvolvido com base na experiência de uma associação de catadores no município de Abreu e Lima/PE.

A gestão do lixo em Abreu e Lima é ineficiente, refletindo a deficiência de ação pelos seus gestores, principalmente, em relação às pessoas que trabalham no ambiente do lixão. Parece haver um certo despreparo dessa gestão para com os serviços prestados à população. Os descasos relativos à saúde, à educação, e aos problemas conseqüentes da falta de políticas públicas, mesmo tendo espectros de sua abrangência em todo o município, em Abreu e Lima, estes problemas, além de

⁹ O trabalho no lixão, para a catação dos resíduos sólidos pelas pessoas que lá realizam suas atividades, é, muitas vezes, tomado por situações de competição entre os próprios catadores. Há casos de catadores que se enfrentam para disputar o melhor resíduo. Quem chega primeiro, junto com o carro de lixo, consegue o melhor resíduo e neste momento as disputas são incessantes. Acontecem também ameaças e roubos acabando, algumas vezes, em tragédia.

terem rebatimentos estruturais na população, têm-se reproduzido pela marginalização extrema das pessoas menos favorecidas.

Com sua população composta de 95.198 mil habitantes, Abreu e Lima possui uma área correspondente a 126 km² distribuídas nas zonas rural e urbana.

No lixão desse município, situado na zona urbana, existente há mais de 10 anos, há, pelo menos, 150 famílias, entre crianças, mulheres e homens catando materiais recicláveis para sobreviverem. Os deposeiros¹⁰ ficam de prontidão para a compra dos materiais recicláveis que são coletados pelos catadores individuais. Por necessitarem de dinheiro para garantir suas necessidades, principalmente de alimentação, estes catadores terminam por vender seus materiais pelo preço cobrado, sendo, na maioria das vezes, lesados nessa negociação. Evidentemente que a problemática dos catadores individuais no lixão de Abreu e Lima servirá de base para o contexto maior desse trabalho, entendendo sua relevância no tocante a situação desses trabalhadores. No entanto, para este estudo, o caso está em analisar a Associação de Catadores Erick Soares como grupo organizado que junto aos catadores individuais divide o mesmo espaço no lixão, um espaço concomitantemente de oportunidades e de disputas.

A Associação de Catadores Erick Soares é o único grupo do lixão que se encontra organizado para o trabalho coletivo, somando um total de 16 pessoas que varia de acordo com a situação e oportunidade. A maioria é ligada por laços familiares e juntas representam milhares de trabalhadores(as) fragilizados, no aspecto de políticas públicas, que não chegam a alcançá-los.

¹⁰ Deposeiro – refere-se às pessoas que são donas de depósitos de materiais recicláveis e que agregam seus caminhões nos lixões para comprar, pelo menor preço, os resíduos sólidos coletados pelos catadores.

O estudo parte, em princípio, da premissa de que as ações promovidas por diversas organizações públicas e privadas para atingir grupos coletivos de catadores não são suficientes e não estão efetivadas aos catadores e catadoras de materiais recicláveis e quando os atingem estão na margem das ações paliativas de impactos ainda pouco expressivos, principalmente, no município de Abreu e Lima, pois só recentemente algumas ações vieram a acontecer, no âmbito do associativismo, através das atividades técnicas gerenciais de alguns atores envolvidos no processo. Na realidade o trabalho que será desenvolvido aqui não pretenderá de maneira alguma levantar críticas aleatórias dentro de uma perspectiva de só questionar, entretanto, sua natureza é de contribuir e subsidiar o debate para a construção de estratégias de trabalho para o setor através de uma articulação local.

Por fim, este estudo que tem como objetivo analisar a Associação de Catadores Érick Soares, na comunidade do Fosfato em Abreu e Lima, enquanto organização coletiva e alternativa popular de trabalho e renda que faz frente ao modelo neoliberal imposto de cima para baixo, define como questões problema:

- I. Que fatores condicionam as atividades da Associação de Catadores Érick Soares, enquanto organização coletiva de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária?
- II. Que estratégias de organização a Associação de Catadores utiliza para representar efetivamente os seus membros, na busca pela melhoria da qualidade de vida para o desenvolvimento local?

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Objetivos:

Geral

Analisar a experiência da Associação de Catadores Érick Soares no município de Abreu e Lima como alternativa popular de trabalho e renda no seu sentido mais amplo, considerando a realidade dos resíduos sólidos.

Específicos

- . Caracterizar as atividades da Associação de Catadores, identificando seus desafios enquanto organização coletiva e alternativa popular de trabalho;

- . Analisar o potencial de cooperação da associação de catadores e suas práticas coletivas, bem como sua articulação com a sociedade civil organizada;

METODOLOGIA

A Pesquisa

A utilização de conhecimentos teóricos, os métodos necessários para a realização da pesquisa, bem como suas técnicas são de caráter fundamental para um procedimento coerente e sistemático no decurso de qualquer trabalho científico e este terá como objetivo chegar de maneira precisa a respostas dos problemas formulados dentro de uma temática que se quer investigar.

Este trabalho caracteriza-se pela pesquisa qualitativa como forma metodológica de investigação (Dencker, 2001), considerando o processo de organização coletiva a Associação de Catadores Érick Soares e suas experiências enquanto grupo associativo. Procurar-se abarcar as dimensões do desenvolvimento coletivo, valorizando a troca de saberes e a complexidade da prática do processo organizativo na perspectiva da economia solidária.

A proposta para sua análise realiza-se a partir de um estudo de caso com uma associação de catadores que executam seus trabalhos na catação de resíduos sólidos em um lixão do município de Abreu e Lima, tendo sua sede na comunidade do Fosfato. Na qualidade da pesquisa, procurou-se analisar como vem se dando a experiência da Associação de Catadores Érick Soares como alternativa popular de trabalho, mais especificamente o potencial organizacional da sua ação coletiva, lutando pela questão da criação e implementação de política pública para catadores e por uma gestão integrada dos resíduos sólidos gerados no município, visando disseminar como manifestação popular socioeconômica e eliminar a exploração de outros agentes que procuram de alguma forma tirar vantagem de suas atividades de

trabalho por conta da insuficiente estrutura política, social e econômica do poder municipal.

Espaço de Amostragem

Como indicação instrumental para esse estudo foi necessário intervir sobre o problema investigado e as suas múltiplas dimensões sejam elas sociais, econômicas, ambiental e organizativa. A problemática dos resíduos sólidos e suas variáveis, no que tange ao conseqüente envolvimento de pessoas que trabalham nos lixões, ausentes de quaisquer medidas políticas ou de qualquer ação do poder público, efetivas e estruturadas como também passando pelo viés ambiental, especialmente na Região Metropolitana do Recife, constituem um dos desafios maiores da temática e, conseqüentemente, de soluções complexas enfrentadas pelos gestores públicos municipais do Estado de Pernambuco, cabendo um aprofundamento do caso dos catadores, membros da associação de catadores de Abreu e Lima.

O referencial dessa pesquisa está para conhecer a experiência da Associação de Catadores Érick Soares, composta por 16 pessoas entre homens e mulheres que trabalham mais de 10 horas diárias no lixão de Abreu e Lima. Também ver como se dá a relação desse grupo associativo com os outros agentes envolvidos no processo de desenvolvimento da associação.

No município de Abreu e Lima são aproximadamente 45 toneladas de lixo sendo jogados a céu aberto, diariamente, avançando nos manguezais e invadindo as casas das pessoas sem o mínimo de tratamento necessário. Barracas com pessoas estão instaladas no lixão como se fossem pequenos acampamentos humanos a espera

dos resíduos que são coletados no município em sua forma desordenada. Resíduos sólidos de todo tipo, misturados com alimentos pelos garis contratados pela empresa que é responsável pelo recolhimento do lixo no município.

A sobrevivência em geral dos catadores do lixão e da associação Érick Soares é marcada pela necessidade real desses resíduos sólidos, como também, única fonte de renda na maioria dos casos de catadores individuais e, principalmente, da associação que é obtida através do lixo que recolhem, selecionam e vendem. Alguns catadores, como no caso da associação, retiram mais de um salário mínimo, o que vem contradizer o estigma de miseráveis, relacionado a esses trabalhadores, porque também, nesta associação organizada, os catadores comercializam seus resíduos na própria sede. O que se pode observar foi o fato da cadeia de resíduos sólidos ser dotada, basicamente, de ganhos sociais, ambientais e econômicos que precisam, oportunamente, serem melhores traduzidos para a realidade desses trabalhadores que estão na ponta do processo.

Instrumentos de Coleta de Dados

Além do conhecimento da experiência da associação e sua articulação com outros atores políticos, as análises deram-se através de documentos, entrevistas e do material de campo investigado no interior das atividades práticas das pessoas (catadores da associação e outros agentes) que foram escolhidos para a realização das entrevistas, como também a participação em suas atividades de trabalho (acompanhamento, reuniões, visitas) e de pesquisa de campo. A fim de detalhar melhor a obtenção das informações necessárias, utilizou-se as seguintes técnicas

para análise profunda do presente estudo com a associação de catadores e os outros agentes, foram elas:

- a) entrevistas em profundidade individuais e coletivas com roteiros semi-estruturados com 8 membros da associação e visitas aos espaços de trabalho;
- b) entrevistas e análise de documentos com integrante do Movimento de Catadores, Ong's, Fórum Lixo e Cidadania de Pernambuco – FLIC/PE, além de visitas à Prefeitura de Abreu e Lima e ao gabinete da Deputada Ceça Ribeiro como fazendo parte do conjunto de atores importantes no processo de transformação do grupo;
- c) análise de documentos produzidos pela INCUBACOOOP durante o processo de incubação para estruturação dos textos nesse estudo.

As entrevistas em profundidade foram realizadas nas residências dos catadores através de gravadores e anotações, quando não se utilizava o equipamento, com roteiro semi-estruturado e testado, que, segundo Parker (1995), consiste em um dos métodos mais importantes para captar os sistemas de valores, as referências normativas, as interpretações que os indivíduos dão às situações conflituais e às experiências vivenciadas. Devido ao seu caráter confidencial, oferecem um contexto no qual a variação e diversidade individual podem ser exploradas de forma mais eficaz, e os desvios das normas da comunidade podem ser examinados com maiores detalhes. Deve-se salientar que sempre foi explicado às pessoas envolvidas o objetivo da entrevista e sua finalidade como pesquisa acadêmica de cunho que pudesse ajudar o avanço da luta dos catadores, sendo-lhes guardado, por decisão

do pesquisador, o direito do não uso de seus reais nomes, ainda que, em alguns casos, os entrevistados não tivessem dado importância a esse fato.

Foram feitas entrevistas com os membros da associação Érick Soares, no total de 8 entrevistas individuais e uma entrevista que se deu de forma coletiva, envolvendo uma (1) pessoa representante do movimento nacional dos catadores, uma pessoa (1) da Ong Associação de Defesa da Natureza – ASPAN, Fórum Lixo e Cidadania – FLIC – PE, uma (1) pessoa da Cooperativa de Reciclagem de Plástico do Fosfato – COOREPLAST. Realizaram-se visitas à prefeitura do município, ao lixão, à comunidade. Analisaram-se documentos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – INCUBACOOP/UFRPE e o documento de doação da casa pelo Gabinete da Deputada Ceça Ribeiro.

O estudo deu-se através de técnicas de registro em diário de pessoal das atividades de campo, anotando as impressões, ocorrências, atitudes dos entrevistados e características do meio ambiente de trabalho, como também observação participante.

A pesquisa documental foi realizada através da análise dos documentos da INCUBACOOP, consulta de relatórios produzidos dos trabalhos com a associação através do processo de incubação e acompanhamento das atividades de campo, além de entendimento das ações e práticas dos outros atores envolvidos.

A técnica de história do grupo foi utilizada no sentido de compreender as motivações para o trabalho associativo, enquanto coletivo e individual e quais estratégias a associação utiliza para superar suas dificuldades, como também sua inserção na comunidade contribui para o desenvolvimento de sua localidade.

CAPÍTULO I – ECONOMIA SOLIDÁRIA: alguns referenciais teóricos para compreender o conceito.

A economia solidária como tema abrangente tomado por diversas entidades a partir da década de 80 passou a ser pauta de discussão das agendas políticas nacionais e internacionais, meios acadêmicos, como também no conjunto de toda a sociedade civil, na busca por formas diversas de trabalho na tentativa de promover a sustentabilidade das comunidades no combate às desigualdades e injustiças sociais.

Como forma de subsidiar o seu desenvolvimento, recentemente, o mapeamento dos empreendimentos econômicos solidários realizado no Brasil reafirma a urgência de ações efetivas e de políticas públicas mais voltadas para esses setores, redefinindo os espaços para a atuação dessas e outras formas de economia, que sejam pautadas na solidariedade, considerando a reconfiguração econômica e política no cenário brasileiro.

De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil (2005) a região Nordeste possui o maior número de Empreendimentos Econômicos Solidários em relação aos outros estados. O estudo amostral teve abrangência nacional, concentrando um total de 2.274 municípios brasileiros pesquisados.

Enquanto linha teórica que discute uma saída perante as relações de dominação, exploração da classe trabalhadora e trabalho precário, a economia solidária apresenta-se também a partir de experiências alternativas de trabalho e renda, constituindo, com essas iniciativas, o que jamais fora alcançado pela economia capitalista e conservadora, ou seja, a construção de um outro modelo de economia delineado, agora, nas relações de cooperação, solidariedade e de uma nova cultura organizacional de sociedade.

Outras linhas teóricas consistem em apresentar um movimento diferenciado na história das economias. Como no seu transcurso, configurou-se uma abordagem diferenciada, alguns autores como França Filho e Laville (2004), Singer (2003) falam sobre o ressurgimento da economia solidária, tendo em vista toda a mobilização da sociedade como resposta ao agravamento da crise do emprego e da crescente insatisfação social com o desempenho do sistema público de seguridade social.

Outros pontos desse ressurgimento são tratados pelos autores acima citados, como também por Gaiger (2003a) como sendo a reflexão de uma tendência atual, em diferentes partes do mundo, da disseminação de iniciativas autônomas, de grupos organizados na sociedade civil, a saber os empreendimentos econômicos solidários.

Para eles o lugar da produção desse tipo de atividade econômica se distingue de forma significativa daquela praticada pelo mercado, mesmo que a idéia de economia de mercado, seja ainda tão prevalente como solução principal numa sociedade, na opinião de Laville (2003) tal concepção, atrelada ao terceiro setor¹¹, acaba por demonstrar sua fraqueza. O autor ainda destaca que economia solidária constitui uma economia da dádiva¹² e se distingue das outras relações de produção.

¹¹ A questão colocada sobre Terceiro Setor está ligada como referência ao que Laville (2003) coloca das experiências que existem em diferentes continentes, porque o debate internacional poderá ajudar a esclarecer cada situação nacional em economia solidária. O autor cita as experiências francesa e brasileira. Em termos de economia solidária é bastante diferente do terceiro setor dos Estados Unidos (FRANÇA FILHO, 2002). Laville ressalta que quando se fala em economia solidária com referência à França e ao Brasil, fala-se de uma solidariedade democrática, ou seja, baseada na auto-organização, na ajuda mútua; já o terceiro setor nos Estados Unidos é filantropia.

¹² Economia da dádiva é um tema particularmente explorado por Caillé (2003). Os estudos de Caillé sobre o dom estão baseados em Marcel Mauss, sociólogo francês. Para Caillé a economia da dádiva é regida por três obrigações que se realizam em três momentos distintos: dar, receber e retribuir. Essa questão é esclarecida pela existência de uma economia não mercantil, como se verá a seguir, em que não há fixação de preços, nem exposição do negócio com transação, envolvendo dinheiro. Outro ponto a destacar por Caillé é a relação social através do dom que se faz sobre o modo associativo, ou seja, o estabelecimento dos laços sociais.

Esta confirmação é destacada por Karl Polanyi¹³ (2000) na sua obra **A Grande Transformação** em que ressalta a existência de outras formas econômicas (ou de economias), esclarecendo para toda a sociedade moderna que as economias tradicionais estavam ligadas pela sua integração, fazendo parte de um conjunto de relações intrínsecas para o funcionamento de uma economia que não estava subordinada ao mercado. França Filho e Laville (2003) afirmam que apenas na modernidade capitalista a esfera econômica se automatiza em relação às demais dimensões da vida em sociedade através do advento do princípio de mercado auto-regulado.

No momento atual a economia solidária reflete -se, expressivamente, nas formas estratégicas de organização dos grupos populares, lutando pela defesa de uma política pública junto ao Estado, como meio de garantir sua sobrevivência em sociedades marcadas por processos de exclusão social cada vez mais crescente (MEDEIROS e MARTINS, 2003).

Com abrangência, a economia solidária, enquanto movimento, propõe -se, numa perspectiva multidimensional, a associar questões do tipo políticas, econômicas, ambientais, culturais e de estabelecimento de uma nova ordem pautada no direcionamento de uma economia plural, como atestam França Filho & Laville (2004) e Laville (2003), a fim de se conseguir uma concretização de instâncias de apoio da economia, onde os seus recursos¹⁴, relacionados entre si, poderão se seguir numa

¹³ Karl Polanyi foi Professor-Conferencista da Extramural Delegacy da Universidade de Oxford. O livro “A Grande Transformação” foi escrito durante a Segunda Guerra Mundial e começou e terminou na Inglaterra numa época difícil para o autor. Para Polanyi sua preocupação estava em mostrar as implicações sociais de um sistema econômico particular, a economia de mercado que atingiu sua plenitude no século XIX. Ele desvenda os processos através dos quais o mercado separou-se das demais instituições sociais, até se tornar uma esfera autônoma, “auto-regulável” que pretende dominar o resto da sociedade pela transformação do trabalho, da terra e do dinheiro em mercadoria.

¹⁴ Tais recursos estão relacionados à hibridização entre as economias mercantis, não -mercantis e não-monetárias, como espaços públicos de proximidade para uma construção conjunta da oferta e da demanda. Os serviços de

aliança na sociedade em geral. A solidariedade circunscreve-se nas relações sociais, como princípio ético e político e de colaboração das práticas sociais e econômicas. Para a grande transformação contemporânea ela se difere das experiências convencionais da economia, onde se privilegia o ganho próprio e a lucratividade distante dos princípios recíprocos da colaboração mútua. O desenvolvimento do capitalismo trouxe para a sociedade percepções distorcidas na base de entendimento de que tudo é comercializável e tudo é vendável, sendo este sistema fabril caracterizado principalmente pela alteração da organização social e pelas relações de trabalho.

Como proposta de estímulo e formação de empreendimentos econômicos solidários na sociedade contemporânea, ressalta-se uma colocação de Gaiger (2003b) na perspectiva de que estes tipos de organizações tendem a buscar e criar mecanismos e instituições de articulação, representação e intercâmbio, tanto no âmbito econômico como no político. Aqueles constituem a célula propulsora básica, com suas vinculações e extensões, da economia solidária. Mais adiante, destacar-se-á visões de alguns autores a fim de se colocar um pouco do sentido que se pretende dar as palavras economia e solidariedade, na perspectiva de se poder ter uma compreensão do desenvolvimento dessas ao longo do estudo.

1.1 Economia para quê?

Os estudos formulados em torno do termo economia solidária exigiram para pesquisadores no século XX um aprofundamento teórico, mais atentamente, a

proximidade referem-se às práticas cotidianas das populações, ou seja, às relações de trocas simbólicas. Laville (2003) comenta que na Europa dos anos 30 houve grande multiplicação das experiências de economia solidária e que os exemplos recaem nos serviços de proximidade.

buscar por um significado das formas de economia, num sentido diferenciado e amplo na perspectiva de uma economia plural, tal como é colocada por Laville como (2003) experiência francesa. Já Polanyi (2000) insiste em dizer que “todos os tipos de sociedades são limitadas por fatores econômicos”. Somente a civilização do século XIX foi econômica em um sentido diferente e distinto, pois ela escolheu basear-se num motivo muito raramente reconhecido, como válido, na história das sociedades humanas e, certamente, nunca antes elevado ao nível de uma justificativa de ação e comportamento na vida cotidiana, a saber, o lucro.

Laville (2003) afirma que se a sociedade conseguir sair do pensamento que reduziu a economia a uma economia de mercado e a motivação humana ao interesse do lucro nesse momento. Tanto em termos conceituais como práticos, poder-se ter a possibilidade de ver uma economia que, realmente, dê lugar a todas pessoas e que não crie problemas de desigualdade, de pobreza, de exclusão, em níveis expressivos que se conhece hoje.

No Dicionário Aurélio, encontram-se vários significados sobre economia, dentre eles, um corresponde à ciência que trata dos fenômenos relativos à produção, distribuição, acumulação e consumo de bens materiais.

O entendimento do termo economia, centrada no humanitário e no cooperativo, é apresentado a partir da reflexão de Arruda (2003a). O autor comenta sobre a necessidade da contextualização do termo economia a fim de melhor entendê-la. Além disso, na maioria das vezes, ela é percebida como uma intimidação e uma imposição que obriga as pessoas de viverem em função de um trabalho para a mera sobrevivência. Neste caso há uma ressalva de que essa perspectiva não encanta ninguém, principalmente, quem está vivendo a luta pela sobrevivência, ou da

exclusão. No entanto, na perspectiva da cooperação e da solidariedade, a dimensão econômica ganha uma **dimensão de encantamento**¹⁵.

O termo economia ou *oikos* do grego também pode ser concebido como gestão da casa, tendo a ver, essencialmente, com os habitantes dela e suas relações. Conseqüentemente, portanto, ela é fundamentalmente tanto no aspecto social quanto no humano.

A busca pela superação da idéia do mercado e do capital como comandantes do mundo ocidental, mediante as estratégias de circulação do capital e concentração do mesmo, é marcada, no momento atual, pela superação também da relação de dominação que deles resultam na tentativa de se instituir no contexto atual a reimbricação da economia com o social.

Quanto ao uso do conceito, incluindo suas limitações, o termo economia para Arroyo (2003) é entendido como aquela atividade humana, ou o conjunto das atividades humanas sistêmicas, objetivadas a desenvolver e organizar a sociedade para atender as demandas humanas individuais e coletivas, envolvendo a produção, transformação, comercialização, distribuição, comunicação e consumo de produtos primários ou, até idéias, artes. Para o autor o conceito de economia acompanha a dinâmica de acúmulo de riquezas do padrão civilizatório.

Marcos Arruda (2003b) ainda contribui para essa discussão dizendo que economia é um termo abstrato, que se refere a toda forma de organização social da produção e da reprodução da vida a partir do uso dos recursos que o ecossistema oferece. Faz lembrar que em outro momento Arroyo (2003) colocou que não se deve

¹⁵ Para Arruda (2003, p. 21) o encantamento constitui o centro das relações humanas e consigo o fundamento da real economia. Ele acrescenta que ela se desencanta no momento em que se materializa e perde essa dimensão social e humana, que é a sua essência.

pensar em economia dissociada de ecologia. Ainda na compreensão do autor, além de sistêmica ela possui uma substância ambiental; não só das relações com os ecossistemas, mas ambiental do ponto de vista da construção das relações humanas.

1.2 Solidariedade por quê?

A disputa pela palavra solidariedade trouxe consigo um choque de interpretações. No momento atual, perpassa desde a idéia simples e pura da caridade, àquilo que remete a uma ação humana, relativa ao ato de cuidar, correspondente à percepção de que o melhor para mim é o melhor para o outro. O contrário de ser solidário consiste na idéia de ser egoísta, que não está preocupado com o bem-estar de seu próximo. Vale dizer que as ações de mutualidade sempre foram um ato peculiar nas sociedades tradicionais, como se verá ao longo deste trabalho.

Antes de se dar seguimento às suas diversas expressões, no Dicionário Aurélio, a palavra solidariedade está referida à qualidade de ser solidário. Quer dizer, também, laço ou vínculo recíproco de pessoas ou coisas independentes.

França Filho e Laville (2004) colocam como foi esboçado um projeto de economia a partir da solidariedade na França e na Inglaterra, bem como os diferentes entendimentos nos seus campos. Os autores ressaltam que na modernidade a economia de mercado reside no desejo de pacificação das relações sociais mediante a satisfação dos interesses individuais. Na Inglaterra, a condição do emprego do termo solidariedade estava ligada àquilo que os mais ricos deveriam ter em relação aos mais pobres, como condição para sua cidadania. Na França, toda

ênfase residia sobre as formas de auto-organização operária, por exemplo. A caridade é substituída por uma solidariedade entre cidadãos considerados livres e iguais. Neste caminho, a solidariedade passa a ser definida como o laço social voluntário que une cidadãos livres e iguais de direito.

Já no Brasil, a solidariedade, durante muito tempo, foi considerada como sendo para os pobres e miseráveis, vinda propriamente de uma descendência da igreja, de ajuda aos pobres para que não se sofresse o castigo eterno. Dar comida a quem tem fome, e nunca se entender que a fome maior é a da justiça social, ausente até os dias de hoje. Diferentemente é a solidariedade que se está tentando provocar, nos textos a seguir, que é vista tanto no âmbito do estudo presente, como em várias experiências espalhadas pelo Brasil, retratando a organização coletiva de vários trabalhadores em diversos ramos de atividades.

Como vocação, o princípio da solidariedade se inscreve no centro da sua prática de elaboração de atividades econômicas, caminhando para além das convicções individuais.

A partir do ideário da solidariedade, muitos grupos vão se organizar, sobretudo por profissões, e as formas assumidas serão as associações, cooperativas ou organizações de ações de mutualidades.

Melo Lisboa (2003), discutindo a semântica da palavra, comenta que a idéia de solidariedade sofreu várias conotações ao longo do tempo. Frisa o autor que, na antiguidade, a solidariedade era regida pelas relações face a face (comunitárias, famílias e vizinhança). Sendo fonte de sentido, expressava abrigo e segurança diante das diversidades da vida. Porém, a socialização pelo dinheiro empobrece

emocionalmente o ser humano, levando-o a viver relações despersonalizadas, utilitaristas e instrumentais, o que o incapacita para suportar as relações humanas.

Far-se-á, no momento, a contextualização de uma experiência que ocorrera na década de 90 no Brasil e que ficou conhecida pelo seu caráter de apelo à solidariedade. O movimento pela Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela a Vida – ACCMV foi liderado pelo sociólogo Herbert de Souza (Betinho) em 1994. Inicialmente, sua tática era distribuir alimentos, porém, passou também a integrar outras ações que fomentassem a geração de trabalho e criação de renda. Considerado como um movimento de massas a ACCMV acabou por desencadear um processo de formação de cooperativas, juntamente com o apoio da Universidade do Rio de Janeiro, devido, principalmente, à triste realidade de desemprego, que já era alarmante naquela época. A solidariedade é considerada, nessa condição, como um compromisso político e ético constituído de valores sociais para uma questão mais concreta de sua prática, configurada na vida das pessoas pela melhoria da qualidade de vida.

1.3 Distinção e relação dos princípios do comportamento econômico: mercado, redistribuição, reciprocidade e domesticidade.

A história de um comportamento econômico é destacada por Polanyi (2000) no que se refere a uma crítica a proposta liberal nas sociedades modernas. Ligando a antropologia social à história econômica, o autor tratou, nos seus escritos, de desvendar um outro tipo de movimentação nas relações sociais que não aquela baseada na livre negociação cujo ponto principal seria ter, tão somente, o lucro com

o capital adquirido. Ele demonstra que até o final do século XVIII, encontra -se, em todas as sociedades, o sistema econômico imerso no sistema social.

Numa de suas colocações o autor demonstra que nenhuma sociedade poderia sobreviver durante qualquer período de tempo, naturalmente, a menos que possuísse uma economia de alguma espécie. Ele considera ainda que “a história e a etnografia conhecem várias espécies de economia” (POLANYI, 2000).

Nesta perspectiva, quatro princípios foram mencionados, no que diz respeito à integração de uma economia calcada noutro comportamento econômico, dirigida por outras motivações que não aquelas baseadas por interesses individualizados. Sendo eles:

1. A reciprocidade: será aquela que poderá ser partilhada entre as pessoas da sociedade, acordos mútuos tendo em vista reforçar os laços sociais;
2. A redistribuição: está ligada a uma distribuição eqüitativa de insumos por uma determinada autoridade (chefe) que armazena (bens) e se encarrega de distribuí-la;
3. A domesticidade: é outro princípio relacionado, agora, ao que é produzido para o uso próprio, auto consumo;
4. O mercado: que consiste nas atividades de troca de bens e serviços, ou seja, oferta e procura, vindo a formar a esfera mercantil da economia.

Desta forma, desdobrar-se-á o que cada um desses princípios traz nas suas formas constituintes, já observadas nas sociedades tradicionais como destaca Polanyi.

1. A reciprocidade - está correspondente à relação entre várias pessoas e grupos. No sentido de poder haver o oferecimento de algo para determinada pessoa e esta retribui com qualquer outra coisa. Nessa relação, está incutida uma seqüência durável de dádivas. Este tipo de seqüência de dádivas (oferendas), tem um sentido relevante numa dada realidade social, assumindo o caráter particular - a doação de pessoa para pessoa -, ou geral, - a doação para uma coletividade. A existência da dádiva está ligada à outra ou a uma contradádiva. Um outro aspecto fundamental a se observar é o fato de que, na reciprocidade, as transferências de dádivas não são dissociadas de quem as oferece, como também representam um importante aspecto do comportamento social. As trocas são personalizadas, compreendendo-se que cada indivíduo tem seu parceiro ou companheiro num tipo de movimentação que constitui uma relação social da troca de seus objetos ou de outros bens. A troca dos bens é feita para manter e reforçar o elo social; e essa troca nada tem a ver com a troca de mercado (LAVILLE, 2003).

2. A redistribuição - é outro princípio do comportamento econômico cuja produção é dirigida a uma autoridade central. Esta autoridade é responsabilizada pela função de distribuição. Tendo que armazenar toda a produção, tal autoridade terá que repartir de maneira regular os bens e os serviços para o coletivo. Está implícito que esse tipo de organização social tem um centro onde se reparte o que foi produzido. Polanyi (2000) coloca que em muitas civilizações de grande desenvolvimento econômico foi elaborada com esse tipo de princípio

comportamental econômico, uma complexa divisão do trabalho através deste tipo de mecanismo: a redistribuição. Chama-se também de um tipo de **divisão do trabalho melhorada**, graças aos padrões expostos, que, no caso, beneficiava a todos daquela dada sociedade, através da simbiose das relações de produção. Será importante ressaltar que toda arrecadação, armazenamento e distribuição de mercadorias, expresso por um determinado regime político vigente serão dirigidos ao chefe, ao templo, ao déspota ou ao senhor e estes estarão no centro deste modelo tradicional.

3. A domesticidade - é entendida como uma produção para a sua própria subsistência, para o seu consumo próprio. Está ligada a um tipo de produção e armazenamento para usufruir e satisfazer as necessidades dos membros desse grupo. O modelo expresso nesse princípio é de grupo fechado. A natureza do núcleo institucional é indiferente, podendo ser o sexo - em relação à família patriarcal -, o local - como as aldeias ou vilarejo -, e/ou poder político - como o poder senhorial. Não importa o tipo de organização interna, podendo ser déspota - como uma família romana -, ou democrática podendo variar. Quanto à sua dimensão de grupo pode variar consideravelmente.

4. O mercado - este princípio corresponde ao encontro e entre a oferta e a procura de bens e serviços, tendo, como finalidade, a troca. Nesse caso, o preço é que ajusta a procura e a oferta, que, nem sempre, é pago em forma de moeda, podendo a troca assumir a função de pagamento em bens e/ou serviços, quando o demandante não cumprir o pagamento monetário.

França Filho e Laville¹⁶ na publicação referente a um estudo comparativo da economia solidária das realidades europeia e latino-americana apresentam tais análises sociológicas e antropológicas e sintetizam, com o esquema abaixo, os princípios do comportamento econômico identificado por Karl Polanyi:

Figura (1)

Esboço dos quatro princípios do comportamento econômico.



Fonte: França Filho e Laville (2004)

Observando este esboço, a partir de uma visão antropológica e sociológica, ver-se-á que a economia é muito mais ampla que o mercado, principalmente da forma que está configurada na nossa sociedade, revelando esse mercado o caráter contraditório e sua incapacidade de abranger a totalidade das formas econômicas. O princípio da reciprocidade é fundamental na perspectiva de que ela se realiza onde uma parte da economia é administrada pelas pessoas e pelos grupos. Este princípio sempre foi componente da economia desde as sociedades mais arcaicas até a sociedade moderna. A redistribuição está neste esboço como outro princípio desta integração econômica em que um poder central é responsabilizado pela redistribuição conforme suas normas estabelecidas. A economia tradicional serve

¹⁶ Os autores publicaram juntos, em 2004, "Economia Solidária – Uma abordagem internacional". França Filho é brasileiro, Professor da Universidade da Bahia – UFBA e coordenador do Bansol – Associação de Fomento à Economia Solidária e Ecosol – Estudos e Ações em Economia Solidária. Jean-Louis Laville é considerado uma das pessoas que ajudou a formar o conceito de economia solidária. Professor e pesquisador francês, ele integra e coordena o CRIDA (Centre de Recherche e d'Information sur la Démocratie et l'Autonomie).

como destaque, no que tange a considerar a existência de um mercado auto-regulado ausente. O momento atual aponta uma direção à ciência econômica como estudo do mercado, levando-se em consideração a lei da oferta e da demanda (Laville, 2003), ou seja, anterior ao advento da indústria nenhuma economia era controlada por mercados.

O ganho e o lucro¹⁷ realizados nas trocas, persistentes no século XIX, jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Embora a instituição do mercado fosse bastante comum desde a Idade Média, ou até na própria história da humanidade, seu papel era apenas incidental na vida econômica, pois não preenchia as necessidades.

A referência desses princípios orienta a ver a economia, não exclusivamente como a noção de mercado, mas também como forma extensiva, através dos princípios anteriormente colocados.

Os quatro princípios do comportamento econômico, para o autor, estão ligados diretamente a um determinado **padrão institucional**, entendido como padrões de suporte. Polanyi afirma que os princípios citados não poderão ser efetivos se esses padrões não forem exercitados. O padrão institucional da **simetria** facilitará o comportamento da reciprocidade e este será um aspecto freqüentemente encontrado nos povos iletrados. Nesta dinâmica, o que favorece para os atos de dar e receber é a facilidade da circulação de bens e serviços sem a necessidade de registros. Conta-se também, neste aspecto, do padrão da simetria, com a capacidade organizadora dos atos recíprocos entre aldeias, resultando em contrapartidas.

¹⁷ Ver Polanyi (2000).

França Filho e Laville (2004) comentam que “nas sociedades tradicionais, a valorização e a manutenção dos laços ou vínculos sociais era considerada prioritária em relação à produção de riquezas”. Citando Polanyi, os autores acrescentam que a economia estava imbricada nas relações sociais.

Será o modelo institucional da **centralidade** que permitirá a redistribuição, uma vez que se supõe uma dada autoridade e uma divisão de trabalho entre os representantes dessa autoridade e os outros membros do grupo. Este padrão institucional esteve presente, de alguma maneira, em todos os grupos humanos na qualidade de que o chefe poderia armazenar e redistribuir os bens e serviços, geralmente, resultantes de alguma atividade de caça numa tribo de caçadores. Ressalta-se que não haveria outro tipo de partilha, nessa realidade, que não se desfazer daquele alimento, pois não existia uma forma de conservá-lo e sendo assim deveria dissolver-se do bem adquirido.

Em algumas sociedades, mediante pesquisa de Polanyi (2000), há também casos em que as relações entre grupo influente ou pessoa importante e os subordinados – relações de poder -, diferem consoante o poder político instituído, ou seja, a forma de redistribuição tinha como objetivo aumentar o poderio, colocando os recebedores sob obrigação para fazê-los seus devedores. Desta forma, ter-se-á como significado, na redistribuição, a necessidade da existência de um centro onde esse tipo de movimento poderá ser realizado. No princípio da redistribuição, o padrão do comportamento não será individualizado e este dependerá de um centro reconhecido.

É interessante destacar que essa dinâmica apresentada referente à simetria e à centralidade caminha na direção da reciprocidade e redistribuição. Para este tipo de

organização social, a questão da motivação econômica utilitarista é descartada. Em determinadas comunidades, destaca o autor, é refutada a ideia do lucro, enquanto se considera como virtude ações de generosidade para com o outro.

Como crítica ao sistema utilitarista moderno, o qual a sociedade capitalista atual está experimentando, Lechat & Schiochet (2003) comentam que toda dívida¹⁸ tem por finalidade a criação, manutenção ou regeneração do laço social, pois se trata de um processo sem fim onde a relação importa mais do que a coisa dada. A economia da dívida para esses dois autores implica na existência de uma economia não-mercantil, em que não há fixação de preço nem pagamentos em dinheiro.

Todo este seguimento de reciprocidade e de redistribuição exposto está representado, principalmente, sem qualquer motivação para o lucro ou negociação monetária. Na verdade, como diz Polanyi (2000), o sistema econômico é mera função da organização social.

A base do suporte da domesticidade é a **autarquia** e esta compõe o terceiro padrão institucional. Em linhas gerais, o núcleo institucional para este tipo de comportamento pode diferir tanto pelo poder político como pelo sexo ou autoridade maior na família.

O comportamento econômico pelo mercado será capaz de criar um padrão institucional particular, o **mercado**. Será um local de encontro para se exercer a compra e a venda de qualquer coisa. Um fato peculiar reconhecido em quase todas as sociedades é o fato de que, embora a instituição do mercado estivesse sempre

¹⁸ Dívida é um termo que se faz muito oportuno debater nos princípios da economia solidária. Alguns autores o têm discutido, com destaque para Noelle Lechat e Valmor Schiochet na publicação “Economia da dívida” no livro “A outra economia” lançado por Cattani. Nele, os autores abordam a questão da dívida baseados nos escritos de Marcel Mauss em “Ensaio sobre a dívida”. Mauss considera que nas sociedades tradicionais as relações de troca estavam fundamentalmente ligadas pelos atos de dar, receber e retribuir.

presente na história da humanidade, seu papel era apenas incidental na vida econômica, ou seja, “sua presença ou ausência ou do próprio dinheiro não afeta necessariamente o sistema econômico” (POLANYI, 2000).

Uma afirmação importante de Polanyi (2000), mediante descobertas nas pesquisas históricas e antropológicas, diz que “a economia do homem, como regra, está submersa nas suas relações sociais”. Ainda na proposta desta linha, a idéia de que a economia é controlada por mercados como também regulada se faz ratificada recentemente.

A ação de estudar sociedades não modernas¹⁹ em que a ordem na produção e na distribuição era basicamente atos não associados à economia monetária acabou por encontrar formas de transação básicas como a reciprocidade e redistribuição. É interessante destacar que, o princípio da permuta quando existia estava subordinado a um dos outros dois princípios. Cada uma delas supõe, respectivamente, uma organização social com base na simetria social (igualdade social) ou centralidade (sociedade com Estado despótico ou burocrático).

O exemplo recai nas sociedades tribais, pois os atos de troca eram gratuitos e o que se esperava era um ato de reciprocidade, não necessariamente dos mesmos indivíduos. Isso leva a supor que a ausência da noção de lucro ou até mesmo da riqueza, dá importância ao que se chama de prestígio social. Dessa forma, “a reciprocidade ajuda a salvaguardar a produção e a subsistência das famílias” (POLANYI, 2000). O autor ainda acrescenta que, nas sociedades tribais, o sistema econômico é mera função da organização social e, enquanto esta seguir a sua rotina

¹⁹ A esse respeito, Polanyi (2000) utilizou de exemplo das sociedades tribais, que, na sua base conceitual, foram largamente estudadas por Thurnwald e Malinowski, no princípio do século XX.

normal, não há razão para a interferência de qualquer motivação econômica individual.

Os sistemas econômicos apresentados, até o fim do feudalismo na Europa Ocidental, foram organizados segundo os princípios de comportamento econômico²⁰ explicitado: redistribuição, reciprocidade e domesticidade, ou ainda, pela junção dos três princípios.

1.4 O mercado e sua ascensão: (re)significando seu princípio a partir das sociedades pré-capitalistas.

Primeiramente, será importante entender que nenhuma sociedade além da nossa, ou seja, muito anterior ao século XIX, foi controlada por uma economia de mercado. Reconhecida como padrão institucional auto-regulável dirigido pelos preços e não sofrendo interferência de nenhum outro fator externo. Trata-se de uma estrutura institucional recente em que os mercados eram considerados apenas acessórios da vida econômica, sendo o sistema econômico absorvido pelo sistema social (POLANYI, 2000).

Polanyi, contrariando Adam Smith, coloca que os lucros e os ganhos realizados nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana. Os atributos de vantagem competitiva nunca foram impulsionadores da economia nas sociedades que precederam, historicamente, o mundo capitalista. Ficando claro que os mercados existiam, mas desempenhavam um papel residual e não determinante ou hegemônico. É apenas na modernidade capitalista que a esfera econômica se

²⁰ França Filho e Laville colocam que estes princípios foram institucionalizados com o auxílio de uma organização social que utilizava, entre outros, os padrões da simetria, centralidade e autarquia. Os autores ainda acrescentam que isso não significou de modo algum a ausência de mercado, mas os mercados eram diferenciados e limitados a certos espaços.

automatiza em relação às demais dimensões da vida em sociedade, através do advento do princípio do mercado auto-regulado. O autor coloca que “uma economia de mercado é um sistema econômico controlado, regulado e dirigido apenas por mercados”. Outro aspecto desse sistema auto-regulável é o fato de que a ordem na produção e distribuição dos bens é confiada a esse mecanismo auto-regulável (POLANYI, 2000). Observa-se que esse tipo de economia se origina de modo que todas as expectativas das pessoas passam a ser depositadas no horizonte de se atingir o máximo dos ganhos monetários.

Com a consequência da auto-regulação, tudo que for produzido é para renda no mercado, vindo originariamente surgir o que chamamos de rendimento. Os mercados aparecem para todo tipo de produtos da indústria, mercados para o trabalho, a terra e tudo aquilo que for monetarizado. Os preços passam a ser salários por formarem renda, como também o aluguel e os juros em cima das mercadorias. Tanto os salários são os preços para o uso da força de trabalho, como o aluguel é o preço para o uso da terra, e, juntos constituem a renda, para aqueles que a vendem e a fornecem. Em ambos os casos, a renda pode ser chamada de lucro e os serviços são constituídos como empresariais.

O trabalho, a terra e o dinheiro são uma parte fundamental do sistema econômico e têm de ser organizados em mercados. Contudo, não são mercadorias, dado que nenhum deles é produzido para venda, ou seja, a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias são inteiramente fictícias na visão de (POLANYI, 2000). Na verdade, estes elementos são vendidos e comprados no mercado.

A ampliação do mecanismo do mercado aos componentes da indústria, ou seja, o trabalho, a terra e dinheiro tiveram como consequência a introdução do sistema fabril numa sociedade comercial, levando-se a compra destes elementos. A organização do trabalho alterou-se com a organização do sistema do mercado e o desenvolvimento desse sistema modificou também a organização da própria sociedade. Desta forma, a sociedade tornou-se um acessório do sistema econômico.

No final do século XVIII, é revelada a transição para um sistema democrático, como também para uma política representativa que significou a total reversão da tendência da época e, concomitantemente, a mudança dos mercados reguláveis para mercados auto-reguláveis, representando assim, uma transformação completa na estrutura da sociedade. Polanyi (2000) destaca que um mercado auto-regulável exige, no mínimo, a separação institucional da sociedade em esfera econômica e política. Ressalta-se que anterior à revolução industrial um sistema econômico separado do sistema social era ausente, sendo o fato acontecido posterior ao século XIX.

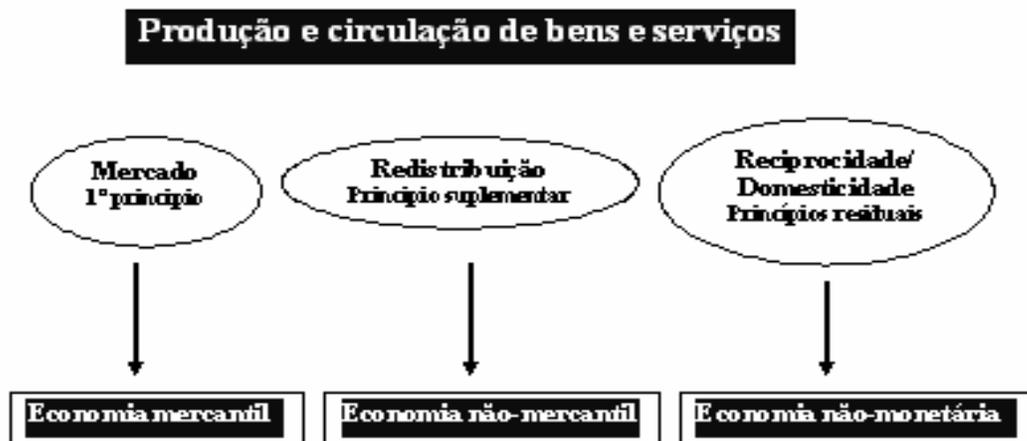
No caminhar do século XX, mais precisamente, posterior à segunda guerra mundial, surge o protecionismo social, exercido pelo Estado. O Estado, ao passo que se encarrega desse protecionismo, também se reforça da autoridade central, reconhecidamente como redistribuição (FRANÇA FILHO E LAVILLE, 2004). O Estado passa a ser a peça central a partir da qual a redistribuição de bens e serviços é realizada. Nesta perspectiva dos efeitos do mercado, a reciprocidade, que aparecia nas sociedades tradicionais como uma lógica social integrada, sofreu um certo impacto e passou a apresentar-se de forma dispersa. A domesticidade, por sua vez, tendeu a integrar-se na atividade intrafamiliar.

Com o aparecimento do Estado social, no século XIX, verifica-se que o mercado constituiu a principal força de mudança e o seu aparecimento levou a perda da importância dos princípios da reciprocidade e da domesticidade na organização econômica. O século XX foi marcado pela separação do mercado e pela redistribuição estatal, o que enfraqueceu de maneira progressiva a domesticidade e a reciprocidade.

A segunda metade do século XX, na opinião de França Filho e Laville, é marcada pelo enfraquecimento da economia tradicional, que tinha peso considerável na organização econômica antes da Segunda Guerra, sendo esta marginalizada em favor de uma economia monetária que se estende permanentemente, seja através da economia de mercado ou pela emergência dos fluxos financeiros gerados no âmbito do Estado-providência.

Nesse período, observam-se as conseqüências geradas, em termos de articulação entre três formas distintas de economia, como princípios de comportamentos econômicos diferentes, a saber: economia mercantil, economia não-mercantil e economia não-monetária, as quais correspondem aos princípios do mercado: redistribuição e reciprocidade/domesticidade, conforme a figura 2 onde se apresenta um esboço demonstrativo da articulação entre as três economias distintas.

Figura (2)



Fonte: França Filho e Laville, (2004).

Para os autores esse tipo de processo de integração das estruturas de economia, foi fortemente acelerado. Parte dessa estrutura, torna-se subconjunto do mercado, enquanto outra, subconjunto da redistribuição. Adiciona-se, ainda, a parte integrada na economia mercantil que corresponde às organizações de tipo cooperativo²¹. Os autores afirmam que:

Nestas organizações, as regras de reciprocidade na igualdade são inseridas em empresas definidas como unidades de produção, regulando, sob o modo mercantil, as relações com o seu meio ambiente, através da troca de recursos produtivos e de produtos, e as relações internas, pela existência de uma

²¹ Esta perspectiva apresentada segue a linha da economia social e não da economia solidária. A contraposição serve para se distinguir com dois tipos de pensamento: o primeiro, entorno da economia que ao longo do tempo se alia às regras do mercado, (Polanyi argumenta que historicamente isso fez surgir a nova classe dominante, burguesa e mercantil contracenando com o estado) e o segundo, em relação a outra economia que se funda nas relações sociais sem a determinação dos fins econômicos para o enriquecimento individual do sujeito, supervalorizando uma economia liberal. Na economia solidária as relações sociais definem as relações econômicas e não o contrário.

contabilidade medindo as trocas entre associados em termos monetários²².

Neste tipo de economia o mercado constitui o mecanismo a partir do qual se organiza a economia de mercado. Isso independe do maior ou menor nível de intervenção por parte do Estado ou de outros agentes.

Já a economia não-mercantil corresponde à parte da economia onde a tarefa é assegurar a ordem na produção e na distribuição de bens, pertencentes à redistribuição. A redistribuição, torna-se um princípio supletivo em relação ao mercado.

Coloca-se que as comunidades tradicionais que determinavam o modo de circulação de bens e serviços de vínculo social entre as pessoas eram profundamente perturbadas pela generalização da relação assalariada. A economia não-monetária está assim correspondente com a economia que tem a tarefa de assegurar a ordem na produção e na distribuição de bens pertencentes à reciprocidade e à domesticidade (princípios subsistentes como residuais no interior da economia não-monetária). Entende-se que há uma certa marginalização desse tipo de economia não-monetária face às economias mercantil e não-mercantil.

Os autores acrescentam relativo à hierarquização das economias a partir da sinergia entre Estado e mercado que a economia mercantil, governada pelo princípio do mercado, e a economia não-mercantil, governada pelo princípio da redistribuição, ocupam um lugar cada vez maior em detrimento da economia não-monetária, regida pelos princípios da reciprocidade e da administração doméstica.

²² França Filho e Laville. 2004, p. 62.

1.5 A economia solidária na modernidade

Uma proposição importante colocada sobre economia solidária está na questão que a define como uma nova forma de relação entre a economia e a sociedade (FRANÇA FILHO, 2002).

Será importante destacar, a partir do termo economia solidária, algumas características particulares que, na presente época passa a explicitar, principalmente, dois aspectos importantes dessa relação: o primeiro, como sendo de caráter organizacional, ou seja, experiências que se fundam a partir de uma outra perspectiva econômica, diferente da dinâmica capitalista. Por conseguinte, o segundo aspecto refere-se aos múltiplos serviços capazes de mobilizar a sociedade sob outra óptica constituinte, como uma nova forma de regulação²³ perante um projeto político de sociedade.

Sobre o primeiro aspecto caberá aqui se destacar algumas questões relativas a diversas formas de organização, as quais nossa sociedade está implicada. Deve-se ressaltar que, no capitalismo, é o modo de produção e os meios de produção e distribuição, assim como o trabalhador que se tornam mercadorias, apropriadas privadamente (SINGER, 2000).

Mesmo tendo-se consciência desses pontos negativos que estão sendo apresentado, ou seja, a concentração do capital nas mãos de uma minoria, bem como os desdobramentos das transformações que alteraram as relações entre Estado, sociedade e o mercado apropriado pelo mundo capitalista problematizados

²³ França Filho (2002) coloca que a economia solidária vem assim se posicionar num contexto de falência dos mecanismos de regulação econômico-política da sociedade. Para o autor esses foram fundados, historicamente, em torno de duas esferas principais de organização das relações político-econômico-sociais – o Estado e o mercado – encontrando no trabalho, no sentido moderno do termo, ou seja, na relação salarial, sua estrutura fundamental.

pelos autores Singer (2000), Santos (2002), Gaiger (2003) e Rocha (2002), destaca-se, como relevante, apesar desses fatores intensificarem os distanciamentos sociais, a possibilidade de se criar, sob outra perspectiva, condições para o surgimento de alternativas populares de trabalho inovadores.

Trata-se de organizações coletivas que operam diferentemente daquela empresa capitalista. Para Singer (2000) integram ainda este campo da economia solidária os clubes de troca, formados por pequenas mercadorias, que constroem para si um mercado protegido ao emitir uma moeda própria que viabilize o intercâmbio entre os participantes.

Gaiger (2003a) também comenta sobre o aparecimento em escala crescente de empreendimentos populares baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão. São iniciativas econômicas que para o autor representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de exclusão estrutural e pelo empobrecimento.

Além disso, é interessante que se observe o caráter solidário dessas experiências em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza o comportamento econômico padrão nas sociedades capitalistas (SINGER, 2003).

A revitalização das práticas alternativas coletivizadas a partir da organização do trabalho pelos grupos populares busca, essencialmente, estabelecer novos vínculos nas relações de trabalho a partir da solidariedade e da democracia. Trabalhadores e trabalhadoras têm se articulado, através da auto-organização como associações, cooperativas populares, grupos informais e as empresas autogestionárias²⁴, na tentativa de gerar renda coletivamente, procurando ainda, ampliar o controle sobre o

²⁴ Empresas que declararam falência e passaram a ser geridas pelos trabalhadores.

próprio trabalho através de uma gestão democrática fortalecendo a autonomia do grupo.

O segundo aspecto é condizente a uma nova noção de economia solidária como perspectiva de regulação da sociedade, que significa reconhecer uma outra possibilidade de sustentação das formas de vida dos indivíduos em sociedade, não-centrada nas esferas do Estado e do mercado (FRANÇA FILHO, 2002).

Sobre este aspecto cabe destacar aqui o caráter emancipatório das experiências brasileiras, dos empreendimentos econômicos solidários. Pois, categorias de trabalhadores ainda carecem da libertação do mundo capitalista, encontrando-se implicadas profundamente no âmbito do Estado e do mercado. Estes, por sua vez, mascaram com suas ações libertadoras um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias envolvendo várias pessoas (HARVEY, 2005). Este é um ponto crítico que se precisa mergulhar profundamente, a fim de criar os questionamentos necessários à determinação das políticas públicas realmente definitivas para a sociedade atual.

Em termos gerais, o caso francês vem destacar alguns traços característicos do fenômeno que se chama hibridização das economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária, demonstrado na figura 3 (FRANÇA FILHO; FRANÇA FILHO & LAVILLE; LAVILLE (2004; 2002; 2003).

Com esse sentido, há nestas iniciativas de economia solidária, a existência ao mesmo tempo de venda de um produto ou prestação de um serviço (economia mercantil) – recurso ao mercado; subsídios públicos originários do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil) –

recurso ao Estado ou a instituições públicas da sociedade civil; e trabalho voluntário (recurso não-monetário) – recurso com uma lógica recíproca ou uma lógica da dívida.

A idéia principal, na questão da economia, para esse modelo francês consiste, principalmente, em colocar a economia solidária como nova tendência do desenvolvimento econômico da sociedade, ou seja, as formas de organização de trabalho em que a economia passa a se articular no âmbito dos agentes que a impulsionam. Nesse enfoque, observa-se, assim, um direcionamento conclusivo no que concerne a não reduzir o conceito de economia a simples lógica do mercado. Ao contrário, compreendida como economia plural onde se admite, na visão de Laville (2003), uma pluralidade de princípios do comportamento econômico.

No Brasil, essa realidade manifesta-se de maneira ainda em construção, considerando as diferentes formas de organização econômica, com o destaque da estruturação e a criação recente da Secretaria Nacional da Economia Solidária em junho de 2003, como também a realização da I Conferência Nacional da Economia Solidária em 2006 e as posturas ousadas do Fórum Brasileiro e dos Fóruns Estaduais encampados pela sociedade civil organizada. Isso tem demonstrado que a realidade brasileira, assim como a francesa caminha numa estrada promissora do trabalho organizado de maneira coletivizada, não só pela questão emergente do desemprego, mas, sobretudo, pelo sentido pessoal de superação desse modo mercantil competitivo expresso sob a forma dominante e de exploração.

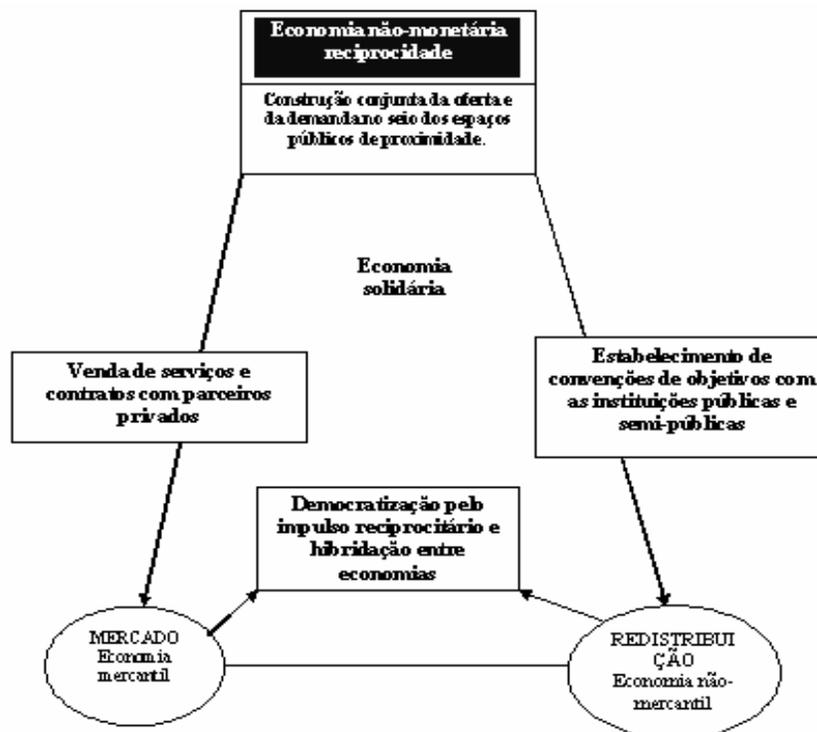
No entanto, tanto no caso francês como no brasileiro a questão do vínculo social está ligada ao enraizamento da economia solidária para esse projeto, dotando as atividades empreendidas de um sentido de compartilhamento, podendo permitir a

abertura progressiva de espaços, onde se julgam formas diversificadas de trabalho que levam em consideração a situação social dos atores implicados.

A partir da proposta de hibridização das economias França Filho e Laville (2004), considerando o caso francês, esboçaram o tipo ideal dos serviços de economia solidária, conforme mostra a figura a seguir:

Figura (3)

Tipo ideal dos serviços solidários



Fonte: França Filho e Laville, (2004).

1.6 Como se entende a realidade brasileira.

A realidade brasileira, para o cenário das experiências da economia solidária, tanto no campo da organização coletiva dos trabalhadores, como no espaço da articulação política passou a ser uma perspectiva concreta da consolidação de

algumas ações, a partir do próprio governo que se instituiu depois de 2002. Dessa forma, o propósito do presente estudo será o de suscitar para esta parte do trabalho: qual o sentido para a disseminação das experiências de uma economia solidária?, Em qual vontade política está alicerçado um projeto de economia solidária?.

Quando se lembra de um fato social que atingiu o Brasil a partir da década de 1980, a saber, a crise do emprego, e, ao longo do tempo, este vem agravando, cada vez mais, a situação de milhares de pessoas, surge a imagem de que nessa trajetória econômica, cultural, social e política a economia solidária passou a ser o horizonte de milhares de pessoas no final do século XX e início do século XXI (SINGER, 2002).

Pensando também que o processo de constituição do mercado de trabalho no Brasil esteve quase sempre atrelado ao desempenho da indústria da base produtiva no país, observa-se, com isso, que tais características se devem a um modelo de desenvolvimento que tiveram suas determinações para a conformação desse mercado de trabalho, visando ao crescimento econômico através da exploração das classes trabalhadoras.

Noutro espaço, percebe-se o desencadeamento de processos em expansão de novas formas de organização do trabalho e da produção. A maioria destas experiências escolheu, quase sempre, pela autogestão, considerando a forma coletiva de fazer e desenvolver qualquer tipo de atividade econômica. São empresas autogestionárias, associações, cooperativas populares e outros grupos informais, disseminando experiências distintas, como cooperativas de produção, associações de catadores e recicladores, empresas que passaram a ser geridas pelos seus próprios empregados quando declaradas falidas.

Por se pronunciar as experiências de economia solidária, caberá aqui uma observação. Será que é positivo afirmar que o crescimento da economia solidária no Brasil se dá pelo aumento das cooperativas em seus vários ramos?. A Organização das Cooperativas do Brasil - OCB divulgou que os 2,5 milhões de cooperados em 3,5 mil cooperativas na década de 1990 tiveram crescimento para 5 milhões de cooperados em 7 mil cooperativas em 2001. Com esses dados da OCB seria também positivo afirmar que esse aumento expressivo do cooperativismo brasileiro, a partir da década de 1990, é referente, principalmente, às cooperativas que têm condições de arcar com as cargas tributárias exigidas pela OCB.

Com isso, observa-se também que outra grande quantidade destas experiências não consegue se legalizar como cooperativas porque não tem condições de arcar com essas despesas, considerando ainda que boa parte das cooperativas que são filiadas não se orienta pelos princípios do cooperativismo, utilizando-se, inclusive, de seus integrantes como verdadeiros funcionários contratados e não cooperados. Outro ponto fundamental é o fato da OCB utilizar um discurso que nega a existência de um movimento de luta, proveniente de um processo sócio-cultural e histórico dos grandes marcos do movimento cooperativista.

Outro aspecto que deve ser considerado importante no interior desse processo de construção da economia solidária está relacionado às dificuldades que grande parte destas organizações associativas e cooperativas encontram, no que diz respeito à sua sustentabilidade ou mesmo ao acesso de crédito. Os empreendimentos econômicos solidários vêm acompanhando uma política de crédito no Brasil que só veio ter uma proposta diferenciada no momento atual o qual se encontra a sociedade brasileira, inclusive, sendo tema da primeira conferência

nacional da economia solidária. Referência esta que se deve à mobilização de pessoas que, comprometidas com a idéia de uma sociedade mais justa e solidária, carregam consigo ideários de uma democracia participativa. Sendo ponto principal desta discussão, a economia solidária se coloca como um novo paradigma, partindo destas experiências econômicas populares e dos movimentos sociais comprometidos pela transformação da crise social e econômica que gerou a exclusão de milhares de pessoas. As experiências destes grupos populares, por sua vez, favoreceram o crescimento dessa economia através da articulação dos movimentos como um todo, possibilitando interferir nos processos econômicos mais amplos (TEDESCO E CAMPOS, 2001).

No Brasil, a construção da economia solidária terá por finalidade a possibilidade de integrar organismos sociais como a igreja, os sindicatos, as universidades e também os partidos políticos, juntamente com a esfera pública. Um marco importante no movimento sindical, a partir mesmo da crise em que se instalava no país, foi a criação da Agência de Desenvolvimento Solidário na Central Única dos Trabalhadores – ADS-CUT. A proposta da ADS mediante o cenário socioeconômico daquele momento era o de tentar reverter o quadro de desemprego (FARIAS, 2003). Cabiam à agência várias ações, além de servir como um instrumento da Central Única dos Trabalhadores, bem como articular com a sociedade um processo de implantação de políticas públicas e de desenvolvimento sustentável e solidário, como também os vários empreendimentos econômicos solidários, no sentido de que estes pudessem construir condições favoráveis para se desenvolver.

Junto com a proposta do Governo Lula, instituía-se, como o princípio da democracia, todas as iniciativas voltadas para a economia solidária, considerando -se

sua abrangência enquanto estratégia de política pública. As iniciativas do tipo cooperativas populares, as redes de produção e comercialização, os festivais que estão no calendário nacional e estatal, os clubes de trocas, entre outras, foram sendo impulsionadas a partir das ações e atividades da sociedade civil organizada, onde cada uma delas tem uma participação decisiva no seu campo de atuação (os movimentos sociais, as incubadoras nas universidades, os sindicatos, as igrejas, as ONG's entre outros). O fórum brasileiro da economia solidária, na ocasião de realização do Fórum Social Mundial, constituiu suas bases e daí por diante passou a ser uma política governamental nos municípios e estados de todo o Brasil.

Em 2005, a realização do mapeamento da economia solidária em todo o território nacional trouxe consigo um conjunto de informações importantes sobre os empreendimentos econômicos solidários, desvendando um cenário pouco visto para as ações e implementações de políticas públicas para o setor. A consolidação do Sistema de Informação em Economia Solidária – SIES é mais um instrumento que, além de dar visibilidade ao movimento no país, irá promover o reconhecimento público estatal a partir mesmo dos apoios das várias entidades que fomentam a economia solidária.

A economia solidária no Brasil tem muito que alcançar e, levando-se em consideração o envolvimento da sociedade civil como um todo, os avanços são imensuráveis. O projeto na Europa, especialmente, na França, teve um encaminhamento diferenciado, após os anos 30, com a expansão dos serviços de proximidade. Desse modo, a solidariedade passou a ser considerada mais uma redistribuição assegurada. No Brasil, este pólo, a redistribuição, é praticamente inexistente, pois não se conseguiu priorizar as bases necessárias para poder

funcionar uma economia em que todos tivessem lugar a ela. Importante lembrar que, a partir dessa concepção, abordar economia solidária como um projeto socialmente justo significará romper com a visão reducionista da economia, que considera a economia de mercado e que não valoriza a pluralidade dos princípios econômicos tão marcantes na França e possivelmente de serem implementados à realidade brasileira.

1.7 Economia solidária: empreendimentos econômicos solidários em foco.

Empreendimentos da economia solidária se diferenciam de outras formas empresariais e de produção capitalista que visam à competitividade, principalmente, por, na sua essência, estar legitimada aos princípios de autogestão, de cooperação e distribuição eqüitativa. O capital de uma empresa, em especial, os meios de produção é propriedade dos próprios trabalhadores, que gerenciam e administram o empreendimento com democracia e igualdade de direitos na tomada de decisões.

Compactuar-se-á com a definição Gaiger (1999; 2003b) como orientação para este trabalho. O autor compreende como empreendimentos econômicos solidários, diversas formas de organização econômica coletiva, originadas da livre associação dos trabalhadores, com base nos princípios de autogestão, cooperação e democracia. Dissertando sobre tal temática, Gaiger (ibid.) retrata, nas suas pesquisas, o aparecimento em escala crescente de empreendimentos econômicos solidários em todo cenário brasileiro.

A Organização das Cooperativas do Brasil – OCB entidade representativa das cooperativas brasileiras terá compreensão similar dos princípios apresentados anteriormente e dos que serão posteriormente desenvolvidos. Ter-se-iam inúmeras

razões ideológicas, como também tendenciosas a propostas liberais da economia para colocar sobre os diferentes tipos de cooperativas ou outras organizações existentes. Em vez disso, dar-se-á subsídios a fim de se avaliar que propostas mais se aproximam daquilo que se compreende estar mais junto do controle dos meios de produção pelos trabalhadores, como da promoção dos processos econômicos e políticos.

Nos últimos 20 anos, as práticas econômicas brasileiras voltadas para o associativismo são um fato destacado por vários pesquisadores, dentre eles, Gaiger (2001) com as pesquisas sobre empreendimentos econômicos solidários, no Rio Grande do Sul e em outros estados. Para o autor, o crescimento da economia solidária no Brasil deve-se, em boa parte, à ação contínua e permanente das organizações. A Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, numa perspectiva mais abrangente do cenário brasileiro, realizou em 2005 pesquisas em vários estados sobre os empreendimentos econômicos solidários. Um dado parcial sobre a pesquisa, retrata o Nordeste como uma das regiões que mais possuem empreendimentos no Brasil, informação esta que vem impulsionar o avanço nas políticas públicas de apoio e fomento, sendo importante, contudo, saber onde estão situados esses grupos e quais são suas reais condições, necessidades e articulações.

Como se pode observar, há informações concretas, no que concerne à organização do trabalho, onde o projeto associativo é revitalizado a partir desses empreendimentos solidários, tentando estabelecer novos vínculos nas relações de trabalho. Contrapondo-se à mercantilização do homem imposta pelo neoliberalismo, o mecanismo de ação recíproca entre cidadãos livres poderá constituir uma via

importante para romper com a hegemonia neoliberal, no entanto, o solidarismo filantrópico (Gaiger, 2001) deve ser criticado como forma de enfrentar o problema de frente, estruturalmente.

A economia solidária como paradigma e como posição crítica ao neoliberalismo é marcada por Jean Louis Laville (Conselho Nacional de Pesquisa Científica da França) em sua participação no Fórum Social Mundial e comentado por Rocha (2002) quando escreve:

O que faz a originalidade da economia solidária é sua capacidade de articular constantemente a dimensão política e a dimensão econômica e resistir e construir e contestar e propor e ligar a crítica à globalização com práticas de cidadania econômica no cotidiano.

Portanto, um aspecto a ser avaliado é como construir uma economia que não prescindia ao mercado, ou de outra forma será como fomentar o mercado na economia, na perspectiva do desenvolvimento amplo das sociedades humanas. Vale ressaltar que essa perspectiva apresentada através do desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários marca de maneira propositiva a construção da democracia dos ganhos da produção, orienta a redução das taxas de desemprego e projeta a possibilidade de autogestão.

Convém lembrar que a partir dos anos 90, no Brasil, as cooperativas (para Ana isso vem bem antes) surgiram com outra conotação, dentro do conceito de empreendimentos econômicos solidários ou empreendimento autogestionário. Os empreendimentos solidários podem explicar um novo e complexo tecido social, onde os setores populares desenvolvem suas atividades produtivas, cujo objetivo não é,

prioritariamente, a acumulação do capital, mas a sustentabilidade socioeconômica de quem neles trabalha (Gaiger, 1999).

Uma diversidade de experiências é colocada por França Filho e Laville (2004), no que tange as entidades que atuam como organizações de apoio e fomento ao desenvolvimento dessas iniciativas. Uma delas ganha destaque neste trabalho, são as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares que surgem nas universidades brasileiras em 1996. A incubação de empreendimentos solidários constitui um componente importante da economia solidária no Brasil. A perspectiva de trabalho das ITCP's compreende a incubação de grupos que desejam produzir e trabalhar em conjunto, dando-lhes formação em cooperativismo e economia solidária de forma que viabilizem os empreendimentos autogestionários.

Algumas situações são interessantemente destacadas por Gaiger (2003), caracterizando o surgimento de empreendimentos econômicos solidários. Por vezes, essas situações poderão estar associadas a um conjunto de ações, comportamentos e modos de organização, sendo elas:

- a) Presença de uma tradição associativa nos meios populares de classes ou comunitárias, propiciando um sentimento de vínculo, bem como um passado comum e reconhecimento mútuo, particularmente uma identidade de trabalho;
- b) Existência de organizações populares e de mobilizações coletivas, dotadas de lideranças populares legítimas e ativas;
- c) Mediação de organismos representativos ou de apoio, capazes de canalizar a demanda social para alternativas associativas;

d) Formação de um cenário político e ideológico que reconheça como relevante essas demandas sociais e as alternativas que apontam, as quais passam a penetrar em amplas frações dos movimentos sociais e na institucionalidade política.

O desenvolvimento da economia solidária passa, porém, no ideário e na prática de um número crescente de empreendimentos econômicos, movidos pela força de suas convicções, o que se chama de solidarismo popular, na perspectiva das práticas alternativas ao capitalismo. Esse aspecto tornou-se fundamental para a identificação deste tipo de prática da economia solidária, numa perspectiva também de desenvolvimento sustentável da sociedade.

A colocação de Tedesco (2001) explicita a importância de ações de colaboração solidária, trazendo junto concepções que têm a cooperação, a integração, a democratização das decisões e que se dão nas esferas locais, regionais, nacionais e mundiais, abarcando, inclusive, horizontes políticos, econômicos, sociais e culturais. A concretização da economia solidária, dar-se-á, essencialmente, na predisposição de um coletivo à organização de um empreendimento econômico solidário.

CAPÍTULO II - O DESENVOLVIMENTO LOCAL COMO PRINCÍPIO DE CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

2.1 O contexto do desenvolvimento

A segunda metade do século XX foi caracterizada como o período das grandes transformações na economia política. Tratou-se, principalmente, de transformações que não foram totalizantes para os diversos setores da sociedade, como grande parte da população menos favorecida. Observa-se ainda uma freqüência em benefício da grande produção ou produção em massa em função dos lucros, permanecendo como princípio organizador da vida econômica. Segundo Manuel Castells (1999), na obra **A sociedade em rede**, a questão da produtividade, em longo prazo, é fonte da riqueza das nações... A tecnologia, inclusive a organizacional e a de gerenciamento, é o principal fator que induz à produtividade. Este tipo de comportamento da economia globalizada na modernidade suscitou necessidades de refletir a questão do desenvolvimento.

Fatores como o processo globalizante da economia, o incremento das políticas neoliberais com a abertura dos mercados, a destacar – a crise na geração de empregos e do Estado-providência e o conseqüente agravamento do processo de exclusão social que marcou o século passado, principalmente pela interação econômica com o internacional -, impulsionou de forma diferenciada o redirecionamento nas políticas de desenvolvimento e no papel de diferentes atores sociais (Banco Mundial, 2003).

No decorrer dos anos 80 até chegar a 1990, o processo de mudança na sociedade vinha sendo dado de forma propositiva no conjunto das ações sugeridas

pelos governos para a questão do desenvolvimento. Neste sentido, o conhecimento sobre desenvolvimento e a prática de desenvolvimento local começa a ser propagada sob outras percepções: a primeira crítica diz respeito à questão universal do desenvolvimento, isto é, uma concepção de que qualquer prática do desenvolvimento deveria ser utilizada para quaisquer realidades, visão esta que passa a ser questionada. O que vogava era uma reflexão das práticas que ocorriam sob essa perspectiva, deixando dúvidas em relação aos modelos de desenvolvimento que eram determinados para acontecerem em locais pré-estabelecidos sem a participação da comunidade, no paradigma antes considerado **de cima para baixo**.

Este era propagado a realidades bem diversas, descartando seu caráter particular (principalmente em países em desenvolvimento), frisando incluir normas e técnicas abordadas pelos agentes que promoviam o desenvolvimento, definidas primeiramente pelos grandes centros das capitais ocidentais movidas pelo capital financeiro para o controle das atividades. Um outro ponto era as linhas do conhecimento que estavam para discutir e agir na perspectiva do desenvolvimento econômico, quais sejam dos programas e agências internacionais de desenvolvimento, legitimaram por muito tempo e, de acordo com Singer (1982), perdurou tão somente sob a idéia do processo de crescimento econômico, beneficiando poucos e sem considerar outras dimensões importantes como as sociais e culturais.

O plano local como perspectiva atual e como interpretação nova sobre desenvolvimento antes voltada, sobretudo, para esfera nacional, criou um sentido diferenciado diante de estratégias locais para o desenvolvimento das suas

capacidades endógenas na contemporaneidade. Considera-se que tal idealização do conceito de desenvolvimento abarque a construção da cidadania e que processos de desenvolvimento local viabilizem o empoderamento das populações nos vários contextos populares, urbano ou rural. Esse parece ser o prisma relativo às questões mais amplas do desenvolvimento, considerando uma visão holística do processo.

Jara (1998) coloca que, num momento de sobreposição de crises, sejam urgentes a reformulação de idéias, conceitos e metodologias, na perspectiva de construir um novo paradigma de desenvolvimento. O que antes cabia como análise à questão do crescimento voltado para uma economia de concentração de lucros, na visão do autor, será oportuno refletir sobre os problemas centrais relativos ao meio ambiente e aos recursos naturais como também, particularmente, sobre a situação social das comunidades excluídas, fazendo-se uma releitura do estilo de desenvolvimento, seu impacto sobre a renda familiar, qualidade de vida, equidade, liberdade, diversidade cultural, participação social e capacidade produtiva integrada futura.

Para Santos e Rodriguez (2002) a idéia de desenvolvimento dominou as discussões e as políticas econômicas relativas aos países pobres durante mais de meio século. O período pós Segunda Guerra culminou com o objetivo dos programas econômicos de países ricos e agências financeiras internacionais à aceleração do crescimento econômico dos países subdesenvolvidos. Para os autores, tais fatores vieram como meio de “eliminar o fosso” entre estes e os países desenvolvidos.

O colapso deste tipo de desenvolvimento começou a fracassar pelo seu estilo concebido, qual seja o neoliberalismo. Os projetos de desenvolvimento econômico foram implementados a partir do paradigma **de cima para baixo**, baseados nas políticas traçadas e ordenadas por agências tecnocratas nacionais e internacionais, sem a participação das comunidades atingidas por essas políticas. Os autores ainda retratam que os planos de desenvolvimento estavam tradicionalmente centrados na aceleração do crescimento econômico, principalmente do setor industrial. Resquício desse tipo de padrão adotado refletiu em resultados macroeconômicos, impactando de maneira exorbitante na marginalização de outros objetivos sociais, econômicos e políticos, como a participação democrática na tomada de decisões, a distribuição equitativa dos frutos que esse desenvolvimento poderia trazer e a preservação do meio ambiente (Santos e Rodriguez, 2002).

Permeando o período que sucedeu em meados da década de 1970, a destacar a crise do modelo de acumulação capitalista dos países centrais, emergiu as primeiras experiências de desenvolvimento local. Fala-se da crise do modelo de desenvolvimento fordista, expressando um modelo de desenvolvimento onde se associam: produção em massa ou em grande escala; regime salarial sendo realizada em grandes fábricas, sob o modo taylorista de organização do trabalho e um papel centralizador dos Estados nacionais, tanto no plano econômico quanto na cobertura social (Harvey, 2005; Bonanno, 1999; Tedesco, 2001). Nesta direção, Llorens salienta que "a crise do planejamento centralizado a partir da instância central estatal reflete também a crise do modelo fordista" (Llorens, 2001, p. 72).

Uma direção fica clara no ponto colocado de uma proposta de desenvolvimento local: Considerar este nos preceitos da sua prática participativa sem nunca perder de

vista a integração dos atores locais, mesmo que evidenciando a fragilidade de uma política governamental efetiva no momento atual. Quanto à criação e à manutenção de uma infra-estrutura, deve-se garantir o desenvolvimento das comunidades, tendo como resultado a melhoria da qualidade de vida das pessoas, tal integração entre programas e comunidades terá alcances definitivos.

Como enfoque novo surge a necessidade de pensar os processos de desenvolvimento focalizando o local, que é onde acontecem as relações sociais de produção (BNDS/PNUD, 2000). O (re)surgimento do local está atrelado ao impulsionamento da globalização, que se nutre das energias locais (endógenas), apontando para um novo papel a ser desempenhado pelos territórios locais, a partir de suas potencialidades e identidades.

Dessa maneira, observa-se que o local servirá de inspiração para (re)orientar a ação de um conjunto de atores que encontram nele o espaço para desenvolver novas formas de atividades socioeconômicas, direcionados a atingir sua sustentabilidade, a partir do que Santos e Rodriguez (2002) colocam como estratégias de desenvolvimento alternativo, naquele tipo específico de produção territorial, construindo espaços de formulação e gestão de políticas públicas, desenvolvendo uma cidadania mais participativa e a reconstrução do tecido social sob novas bases.

A expressão do termo presta-se, na visão de Jara (1998), a várias interpretações. Para o autor, um processo de desenvolvimento local está relacionado a uma situação complexa, seguida de seu conteúdo humano e de como as pessoas se relacionam. Quando se fala na palavra **local** está exposto um determinado lugar, que pode ser um continente, um estado, um município ou até mesmo uma

comunidade. Brose (2004) contribui com a discussão e diz que a soma de vários níveis, na instância do local, como o político, ecológico, cultural, social e econômico resulta em um campo de ação favorável ao fomento do desenvolvimento local. A perspectiva do local não aparece como expressão vulgar e se encontra relacionada a um componente global, num movimento de inter-relações. Ou seja, o local é a instância final onde se materializam os resultados dos processos de desenvolvimento.

Augusto Franco (2000) acrescenta que mediante o papel enfatizado do desenvolvimento numa vertente determinista no fator econômico, uma visão mais sistêmica do processo de desenvolvimento passa a ser ampliada, ultrapassando os limites do que antes não se conseguia atingir, tanto das questões socioambientais como do padrão de produção e consumo expostos e antes definidos. A vertente que considera o local como elemento de transformação sociopolítica, para o autor representa o **lócus** privilegiado para novas formas de solidariedade e parceria entre os atores, em que a competição cede espaço à cooperação, promovendo o espaço para o estabelecimento de novas redes solidárias, cujo enfrentamento depende, em grande medida, de intervenções que se realizam em nível local.

2.2 Para entender o desenvolvimento local: alguns pontos iniciais

Os debates públicos atuais direcionados para a questão do desenvolvimento local na nossa sociedade são justificados, principalmente, pela sua discussão central acerca daquilo que vem sendo provocado pelo quadro de exclusão social e miséria, persistentemente no contexto brasileiro.

Vários pontos dessa discussão são primordiais, no campo político, sobre o referido debate, abrangendo desenvolvimento local e participação como forma de combate aos retrocessos causados pelo tão ressaltado crescimento econômico dirigidos pelas organizações que promovem o desenvolvimento nos moldes convencionais.

Sobre desenvolvimento local estão imbricados vários aspectos bem abrangentes, relacionados à qualidade de vida das pessoas, à ação multidimensional das questões que envolvem o desenvolvimento como um todo, tais como; inclusão social, através das atividades que envolvem processos de formação socioeconômica e política, valorização da diversidade cultural, como também o uso adequado dos recursos naturais (BARTH & BROSE, 2002).

A perspectiva sistêmica da abordagem do desenvolvimento local que se encontra em Denault (1995) assinala que “uma análise mais rigorosa e realista sobre tal conceito não poderia reduzir-se a um único setor, como o campo econômico, tão empregado”. Recorda o autor que os atores sociais intervêm em muitos setores como: social, cultural, político, econômico, onde se pode distinguir, sem nunca esquecer que, na dinâmica real deles, todos esses setores estão estreitamente interligados.

Uma outra dimensão concernente à concepção de desenvolvimento local vem se revelar no envolvimento e participação de uma dada organização popular no processo de construção coletiva, consolidação e execução de políticas públicas, demandando uma nova forma de gestão pública. Entretanto, para melhor se apreciar o tema, tratar-se-á de alguns conceitos que, no âmbito deste debate, possam revelar a extensão paradigmática e essencial da discussão.

Enquanto discussão paradigmática, o momento de transição em que se vive revela o campo do desenvolvimento mundial associado ao processo intenso de globalização e às suas reais impulsões para a liberalização econômica, a formação de blocos regionais, bem como a articulação de redes empresariais com estratégias e atuação global. Noutro campo, aquele onde se trata dos benefícios não restritos aos capitalistas, contudo, segundo Buarque (2002), observa-se forte preocupação com a questão do desenvolvimento local, ligada, juntamente, à descentralização econômica, social e política.

Nas últimas décadas do século XX, o conhecimento sobre desenvolvimento e a prática de projetos de desenvolvimento local passam por profundas transformações, principalmente, como apresenta Jesus (2003) “quando reflexos nefastos da última onda de globalização se intensificaram entre nós”.

No ponto em que se discute questões econômicas, qual seja da sua flexibilização como política neoliberal, no ambiente dos grandes negócios internacionais onde a competitividade gera a desconfiança e a degeneração das relações sociais de trabalho, estas, entram com o chavão de que esse dinamismo econômico deverá trazer melhores condições de vida para as populações. Tratando-se, na realidade, de uma propaganda enganosa, uma vez que esse dinamismo, do qual se fala, dependerá, essencialmente, de fatores econômicos e mercadológicos, beneficiando somente aqueles que detém o capital financeiro.

Contudo, observa-se que os reais fatores que mobilizam o desenvolvimento local são aqueles que se ligam a questões não econômicas, ou, pelo menos, não se determinam como principal fator do desenvolvimento, considerando-se valores como: confiança, cooperação, autonomia, não ligadas, diretamente, a questões

individuais como demonstram culturas organizacionais formuladas pelas grandes empresas. Na fala de Franco (2001), deve-se considerar a idéia de cooperação e de cooperatividade sistêmica como elementos sem os quais a competição e a competitividade sistêmica levam a crescimento concentrador e, portanto, a crescimento sem desenvolvimento. Como salienta Prévost (1996), as perspectivas de desenvolvimento local diferem de crescimento, uma vez que o primeiro implica em aumento de bem estar e mudança de estrutura econômica e social, envolvendo uma sociedade em todos os seus setores.

Fomentar desenvolvimento local não pode nunca ser atribuído a um único setor da sociedade, como demonstra (Barth & Brase 2002). Para os autores, o processo de formação que se iniciou com os debates públicos, as pesquisas acadêmicas, como também as práticas participativas junto às populações atendidas servirão, necessariamente, para produzir mudanças positivas e sustentáveis nos ambientes urbano e rural, de modo que essa interação, o tempo todo em movimento gere um tipo de continuidade capaz de determinar a ação conjunta desses vários segmentos como as Organizações não-governamentais, instituições, movimentos sociais, empresas e demais organizações da sociedade civil e iniciativa privada.

Os autores ainda destacam a importância da negociação política que as comunidades locais deverão ter para que possam prosperar condições viáveis de desenvolvimento em consonância com a sociedade civil, através de um tipo de entrosamento exógeno para o benefício das suas potencialidades locais. Eles afirmam que estarão comprometidas quaisquer possibilidades de desenvolvimento se as relações de respeito mútuo e de confiança estiverem comprometidas.

A via que valoriza a discussão da relação do desenvolvimento local com a construção da cidadania privilegia e ressignifica valores da sociedade até então deixados para trás. Oliveira (2002), refletindo sobre a questão do desenvolvimento local, transmite que, embora o bem estar social e a qualidade de vida devam ser direitos dos cidadãos, tais direitos não podem ser considerados como sinônimo de cidadania, pois provocariam uma inversão no sentido da política. É através desta que os cidadãos lutam pelo bem-estar e qualidade de vida, e não o inverso. Tramitando sobre tal questão, acrescenta-se ainda a preocupação de se referendar o foco na cidadania, já que esta terá que se ligar a um processo envolvendo o indivíduo como sujeito autônomo, crítico e reflexivo, longe, portanto, do indivíduo-massa. Para o autor trata-se de uma aquisição por meio de conflito.

Outros conceitos são evidenciados sobre esta temática, destacando-se a sua abordagem teórica e prática. Relacionados a fenômenos sociais como as formas de organizações associativas, Buarque (2002), afirma que o desenvolvimento local pode ser entendido como um “processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Assim, por desenvolvimento local, na visão do autor, está a melhoria das condições locais de vida da população, sob todas as dimensões. A abrangência multidimensional desse processo de mudança possibilita a condução de viabilidades humanas e a efetiva criatividade nos trâmites da negociação no campo político.

Um esforço efetivo em torno de uma nova concepção sobre desenvolvimento fica premente, no que concerne a importância de se captar a complexidade da realidade social, ou seja, das questões mais intrínsecas de uma dada realidade.

Para Buarque (2002), além de considerar a noção de sustentabilidade será importante destacar que desenvolvimento local, como processo de mudança, será o resultado das múltiplas ações convergentes e complementares numa dada realidade. Tais capacidades terminam por quebrar a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso de maneira a se construir políticas públicas locais abrangentes com consequência direta na organização social e econômica local. Ainda com o autor, encontrar-se-á o desenvolvimento local caracterizado pelo impulso endógeno que, juntamente com o processo da globalização, passa a ser uma resultante direta da capacidade de os atores e de as comunidades locais se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas potencialidades e na sua cultura.

A globalização neoliberal, rompendo laços sociais, confunde as identidades, fabrica a exclusão, como também é causadora de terrível desajuste social, o que vem a despertar uma imensa necessidade de organização coletiva, de laços e construção de vínculos, de reconhecimento e de identidade (SANTOS, 2002). Neste contexto, surge o desenvolvimento local como mecanismo e necessidade de reintegração social, como assinala o autor.

Encontra-se em Jara (2001), um enfoque que favorece a mobilização e a organização local. O autor afirma que para a construção do desenvolvimento local será necessário dotar ou possibilitar as pessoas de conhecimentos e habilidades para que elas possam gerenciar os seus recursos nos novos espaços que se constroem de diálogo, de deliberação e de controle. Para o autor, a questão da participação encontra-se como maior desafio enfrentado no desenvolvimento local e garanti-la nos diferentes grupos da sociedade, facilitará o favorecimento do controle social sobre o desenvolvimento, elegendo o local, enquanto espaço privilegiado da

formação de cidadãos. O autor ainda comenta sobre uma abordagem integradora das dimensões econômicas, sociais, políticas e técnicas.

A referência desse debate remete a uma discussão sobre desenvolvimento local, aquela antes considerada no caminho de uma política centralizadora e imperialista de modelo americano e que tinha como foco principal a persuasão de populações para os padrões tecnológicos direcionados ao campo econômico. No relato de Franco (2001), as pessoas e as instituições que fazem o desenvolvimento local partem, em geral, de pontos de vista diferentes, podendo ser classificados em dois grandes campos: o campo dos pontos de vista que não integram o padrão de desenvolvimento exposto que ainda é muito praticado e o campo dos que questionam este padrão. O autor salienta ainda que, no primeiro, situa-se o ponto de vista, predominantemente, econômico e da inserção competitiva.

Jara (1998) também menciona um enfoque para além do fenômeno econômico, capacidades e oportunidades locais, exigindo uma mudança de cultura e de relacionamentos sociais e institucionais. Neste processo, como ressalta Tauk Santos (2002), “a construção das velhas identidades nacionais cede lugar à organização popular na comunidade, no município, como ponto de partida à participação dos munícipes na construção da nova cidadania, entendida como a via para o desenvolvimento local”.

Como pressupostos de desenvolvimento local consiste, principalmente, a construção de uma cultura política diferenciada. Com efeito, faz-se necessário acrescentar aspectos multidimensionais e todos elementos susceptíveis que dinamizem os atores locais e suas potencialidades. Dessa forma, a abrangência que se faz pautada nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais irão permitir

estimular formas autogestionárias de sociedade e, sobretudo, nas camadas populares, criando o sentimento e a prática da cidadania e da participação.

Com impulso sobre as questões prementes destacadas sobre o desenvolvimento local, a partir da leitura e da possibilidade de trabalhar a perspectiva, concebida dentro do paradigma **de baixo para cima** contemplando um modelo autônomo de caráter coletivo, já mencionado por Santos (2002) “no interior de um processo de construção de poder comunitário”, cria-se um campo potencial e de abrangência para as iniciativas econômicas populares.

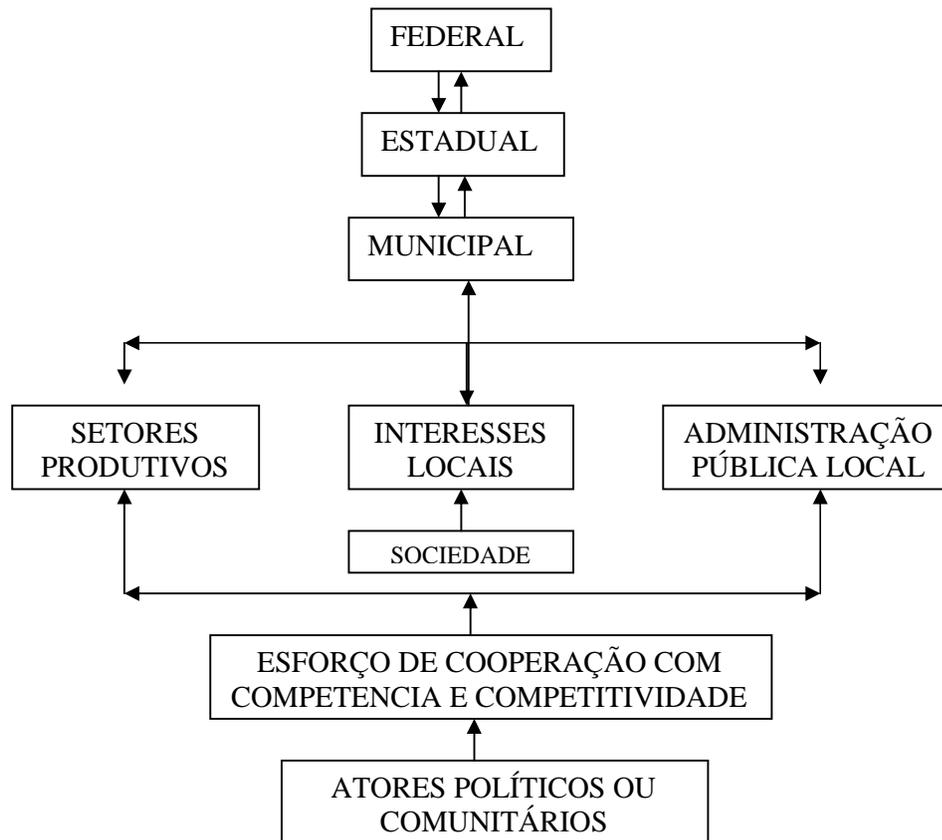
A concepção de Araújo (1995), nesse seguimento, prevê que o planejamento participativo, a partir de um modelo autônomo, traz consequências positivas para o desenvolvimento da comunidade e concomitantemente seus objetivos estão exclusivamente focados numa proposta de mobilização de esforços e da capacidade criativa das comunidades, as quais permanecem latentes por falta de estímulos que as aglutinem e direcionem a promover prioridade máxima quanto à satisfação das necessidades básicas das comunidades, utilizando substancialmente seus próprios recursos e sua iniciativa endógena.

Para o autor a retomada para o desenvolvimento, em novas bases, requer que este não esteja mais travestido de crescimento econômico, mas ser concedido à sociedade, que deve participar deste, identificando e participando do processo instituído, acompanhando e controlando os resultados obtidos e desejados. Tal processo se dará num esforço de cooperação conjugada pela disponibilidade e interesse local em parceria entre as instâncias governamentais e não governamentais. Este tipo de proposta, explica Araújo (1995), implica

transformações, na perspectiva do paradigma **de baixo para cima**, ou seja, de desenvolvimento endógeno.

Figura (4)

Animação do desenvolvimento local – esforço conjugado (Araújo, 1995).



Como perspectiva na comunidade para o avanço político e socioeconômico, salienta-se o foco do desenvolvimento pautado no direcionamento para a sua consolidação em que membros, profissionais, líderes ou cidadãos simples deverão ter participação ativa e responsabilidade cooperativa pelo desenvolvimento econômico, social, cultural, político e administrativo do ambiente em que vivem.

O maior desafio colocado na contemporaneidade, enquanto prática e conhecimento de desenvolvimento local, é de vê-lo e praticá-lo como um ato

coletivo. Ou seja, consignando a ação entre vários atores importantes para o desenvolvimento de uma dada localidade. Porém, como empecilho dos acontecimentos uma das razões que se colocam partiu, exatamente, da incapacidade dos governos de atender às necessidades das regiões (Denaut, 1995). Sabe-se, entretanto, que com o processo de industrialização e da disseminação da economia global os Estados ficaram mais sensíveis aos interesses dos grandes capitalistas, do que mesmo das populações pobres e marginais.

Mobilizações populares, a partir de um conjunto de elementos imbricados nas suas potencialidades, tais como; uma visão comum de futuro, seu envolvimento, o poder de articulação, o senso da busca por oportunidades, preocupação com o meio ambiente, princípio de redes de cooperação e solidariedade e potencial organizativo, enquanto fatores da elevação da qualidade de vida farão instituir uma nova forma de conceber o desenvolvimento sob novas bases, no paradigma de desenvolvimento local e endógeno.

Figura (5)

Animação do espaço concertado à luz do modelo de Araújo (1995)



A integração de esforços endógenos e exógenos, considerando o desenvolvimento local e assumindo a perspectiva do desenvolvimento alternativo, é verificada como desafio, principalmente, pelo critério o qual assegura a elevação cultural de trabalhadores e de trabalhadoras. Como salienta Jesus (2003), é necessária a discussão com esses trabalhadores(as) sobre ação coletiva, cooperativa, empresa solidária, empreendedorismo econômico solidário, seja enquanto valores, seja enquanto práticas, seja, ainda, enquanto sua inserção nessas realidades, como forma de efetivamente eles e elas se apropriarem como sujeitos e como atores do processo de desenvolvimento local alternativo.

2.3 Desenvolvimento local: um processo essencial à construção da economia solidária.

Duas temáticas fundamentais para a constituição deste trabalho vêm sendo discutidas ao longo do texto, sendo elas desenvolvimento local e economia solidária. A primeira foi trabalhada numa perspectiva antagônica à idéia de crescimento econômico, dedicando-se a uma leitura que considera o processo abrangente do desenvolvimento e as suas peculiaridades estratégicas locais das mobilizações endógenas, ou seja, o indivíduo e a comunidade como matriz principal do processo que implicará na sua transformação. Relacionado ao indivíduo entende-se que, a partir do processo endógeno, este mesmo indivíduo se constrói não somente por categorias econômicas, mas pelos vários aspectos relacionados à sua condição, seja ela moral, cultural, ideológica, histórica, psicológica etc. A temática da economia solidária foi desenvolvida partindo-se do princípio que a distingue das formas econômicas modernas. Considera-se seu projeto político de sociedade e as

manifestações das várias experiências econômicas populares de produção e trabalho.

Sendo assim, tentar-se-á fundir duas idéias essencialmente importantes, destacando nuances do processo como um todo em que os conceitos estão imbricados, e, principalmente, reconhecendo suas particularidades, enquanto idéias que possam ajudar a compreender determinados conflitos existentes nos trabalhos que envolvem grupos econômicos solidários.

Há disseminação de experiências que envolvem a articulação dos diversos tipos de empreendimentos econômicos solidários com a sociedade civil organizada, ou seja, cooperativas populares de produção, associações de catadores e recicladores e artesãos, as empresas autogestionárias, como também os clubes de trocas e as redes se instalam na perspectiva de criação de espaços de relações entre essas diversidades que se integram e consolidam em cada experiência o desenvolvimento da sua localidade (MANCINI, 2003).

Quando se pensa em espaços onde se desenvolvem experiências de algum tipo, seja produtiva ou de serviços, articulados com o poder público e a sociedade civil, percebe-se tratar de uma experiência de desenvolvimento local com certeza. Destacar-se-á também a noção de sustentabilidade para um projeto audacioso de desenvolvimento local, compreendendo-se a forma mais abrangente do trabalho que tem como perspectiva a superação dos modelos de desenvolvimento nascidos na modernidade (FRANCO, 2000). Não é objetivo abranger aqui a questão da modernidade, porém é importante que se entenda a modernidade tão propagada, a qual se está relacionado, uma vez que se cruzam fronteiras, provocando mudanças desastrosas. Esta mesma modernidade é a que une a humanidade à perspectiva

fragmentada e esta última conduz a uma incitação e ao encorajamento para transformá-la e não ela a humanidade (HARVEY, 2005).

Pode-se encontrar nos trabalhos de Franco (2000) e Jara (1998) alguns elementos essenciais, do tipo socioambientais que distinguem a aparição de novas formas econômicas e sociais, a partir mesmo dos elementos que constituem a crise da relação entre estado-mercado. Este fato marcou-se como ponto de partida na construção de referenciais de desenvolvimento sustentável. Considerando, ainda, esses elementos como ponto de partida. Poder-se-á vincular as ações às atividades de redes e fóruns, que, com a sua articulação, poderão abrir novos rumos de desenvolvimento, repercutindo nas políticas públicas de forma que proporcionem a sua transformação.

As situações localizadas no âmbito das práticas assistencialistas precisam ser superadas a partir mesmo da consideração de que pequenos, micros, informais deixem de ser inviáveis e passem a ter caráter consistente, dentro, inclusive, de uma proposta de crédito que possa oportunizar sua sustentabilidade. No Brasil, empreendimentos econômicos solidários informais e/ou pequenas cooperativas populares, associações são uma realidade concreta. O mapeamento de uma economia solidária, realizado em 2005, trouxe esse dado a partir de um estudo de amostragem em 2.274 municípios brasileiros. Os 14.954 mil empreendimentos econômicos solidários mapeados têm endereço e identificação de suas especificidades. O território brasileiro constitui um ator importante para o desenvolvimento local dessas iniciativas, na área de artesanato, agricultura familiar, reciclagem de resíduos sólidos entre outros. Importante ressaltar que o

desenvolvimento dependerá, decisivamente, da forma de como se organiza o conjunto dos atores sociais em cada território.

Para que o desenvolvimento local seja considerado um processo essencial à construção da economia solidária precisa-se ter em mente que a idéia de centralidade das políticas não despertem os erros do passado. Esse desenho tinha mais ou menos a descrição de ser uma política verticalizada e generalizada. No primeiro momento, tem-se um Estado de exclusão social crescente a partir mesmo de propostas de um modelo de acumulação capitalista onde as políticas são ditadas de cima para baixo e não concertadas. No segundo momento, a questão estava direcionada para o fato de qualquer que fosse a experiência, o desenvolvimento deveria ser igual, independente, do espaço geográfico e das características locais, bem como de sua cultura.

Ter-se-ão, de outra forma, os elementos básicos para as iniciativas de desenvolvimento local. Uma delas é a construção social dos novos atores. O debate gira em torno das políticas públicas frente aos impactos do processo de globalização, apresentando-se caminhos alternativos que devem ser trabalhados de forma integrada: o desenvolvimento local e a economia solidária. Intensificam-se as experiências orientadas para introduzir relações de cooperação e de solidariedade, gerando um tipo de renovação e uma intensificação dessas formas econômicas alternativas com uma tendência concreta de constituição de novas redes de economia solidária.

Vale lembrar que estas novas organizações populares não se concentram apenas nas organizações econômicas de base familiar, mas abrangem as diferentes organizações de subsistência urbanas e rurais, formas cooperativas e

autogestionárias, experiências comunitárias e associativas de recuperação e desenvolvimento de artesanato, iniciativas tecnológicas alternativas e socialmente apropriadas e variadas iniciativas que surgem das atividades de educação popular, capacitação, desenvolvimento local e comunitário.

CAPÍTULO III – A ARTICULAÇÃO POLÍTICA DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA E O CONTEXTO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM PERNAMBUCO: o cenário dos catadores.

A questão dos resíduos sólidos, de um modo geral, como realidade mundial envolvendo aspectos diferenciados no que tange as questões econômicas, sociais, políticas, educação ambiental e de saúde pública é um dos principais problemas enfrentados por uma gestão pública. Sabe-se que a problemática dos resíduos gerados nas indústrias, fábricas, shoppings, como também oriundos dos diversos processos humanos e do consumo passou a ser considerado alarmante, mediante a situação ambiental atual. Ao lado dessa questão complexa, existem vários grupos de catadores que desenvolvem alternativas de trabalho nas ruas e nos lixões, respondendo, dessa maneira, à falta de empregos, seja reciclando esse material ou fazendo a triagem, gerando, assim, renda para as suas famílias. Havendo recentemente a necessidade desses trabalhadores se unirem para um trabalho coletivo.

Consoantes às dificuldades encontradas para a superação da geração desses resíduos sólidos em toneladas dia no cenário atual, considerando suas medidas mais simples às mais complexas, acrescenta-se que a crise política e a econômica abrangem vários setores da sociedade, incluindo uma grande maioria de brasileiros com suas condições de vida agravadas. Dessa forma, as pessoas procuram uma nova saída, através de uma economia que não é mais capitalista, mas sim solidária no seu modo de produzir e viver uma economia que não é mais capitalista.

A problemática da geração de lixo no planeta, bem como suas implicações nos ecossistemas têm como um dos marcos da discussão, no Brasil, os trabalhos

desenvolvidos na ECO-92, Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, evento que resultou em um documento que traz uma perspectiva mais abrangente da relação do homem com o meio ambiente em que vive. Vale ressaltar que nesse evento mais de 170 países elaboraram o que se chama de Agenda 21, tendo como um dos principais temas abordados a discussão sobre o manejo dos resíduos sólidos dos países que geram grandes quantidades de áreas, apontando para uma série de medidas e estratégias de redução do consumo, uma vez que isso corresponde a uma boa eficácia, bem como a produção de menos lixo no planeta (BARBIERE, 1998). Após 10 anos da realização da Conferência Rio-92, uma nova reunião foi marcada na cidade de Johannesburgo, África do Sul, na qual participou a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (MILANEZ, 2003). Porém, os compromissos assumidos pelos países, na Conferência Rio-92, não foram exercidos de maneira enérgica.

Um ponto relevante que se valorizará neste estudo diz respeito ao desencadeamento dos processos produtivos que envolvem a cadeia de reciclagem dos resíduos sólidos. Esta passou a despertar os interesses de grandes empresários e até a união desses quanto aos investimentos no setor da reciclagem, principalmente, no que concerne à criação de aterros sanitários privados e usinas de reciclagem com utilização da alta tecnologia para a reciclagem.

É premente a preocupação com a geração de lixo, no Brasil, como problema relevante, mais, principalmente, porque retrata sua importância para tomada de medidas políticas e socioambientais de inclusão social dos trabalhadores catadores. A referência está voltada para a geração, o destino e ao quantitativo de lixo gerado na atualidade, pois em 2002 se tinham 125.281 toneladas diárias produzidas (lixo

urbano) e dessa, somente 15% têm seu destino em aterros sanitários, em aterros controlados são depositados 13% desse total, os outros 67% são depositados a céu aberto e menos de 5% acabam sendo reciclados (IBGE -PNSB, 2002).

Nesse contexto, destaca-se um agente importante, no processo da coleta e reciclagem dos resíduos sólidos no Brasil, como sendo o catador. Estima-se que os catadores sejam responsáveis por mais de 60% de todo o papelão e papel reciclado, no país, bem como 90% do material que alimenta as indústrias de reciclagem, fazendo do país um dos maiores recicladores de alumínio do mundo (MAGERA, 2003). Observa-se que esse Record não traz nenhum mérito para a população brasileira, uma vez que quem coleta esse material são crianças, mães e pais de família explorados direta e indiretamente pelos atravessadores que compram essas latinhas de alumínio.

Cabe ressaltar a importância dos catadores, principalmente, por serem os agentes na cadeia dos resíduos sólidos e principais sujeitos de resgate de grande parte dos recursos reaproveitáveis disponíveis nos lixões e ruas das cidades.

Denominado como agente ambiental ou agente ecológico, os catadores encontram-se presente na maioria das capitais brasileiras e em vários municípios do interior. O tempo disponibilizado para o trabalho de catação e seleção dos materiais recicláveis é correspondente a um período de mais de 10 horas ininterruptas, de acordo com os estudos de (MAGERA 2003). Segundo o autor, trata-se de um trabalho exaustivo, visto que as condições a que estas pessoas se submetem com seus carrinhos, puxados pela tração humana, ultrapassam muitas vezes um peso de 300 quilos de materiais trazidos até o local de triagem, informação esta relativa aos grupos de reciclagem e catadores individuais.

Os catadores(as) de materiais recicláveis, categoria de análise desse estudo, são pessoas que há mais ou menos 50 anos fazem parte do cenário dos resíduos sólidos das cidades brasileiras, representando, hoje, a mola propulsora da indústria da reciclagem (SOUZA, 2005). Nesse contexto, ele passa a ser um sujeito ativo no processo de desenvolvimento econômico impulsionando as indústrias de reciclagem através da sua informalidade. Calderoni (1999) faz um destaque a essa questão ao referir-se que, em termos específicos, a reciclagem do lixo apresenta relevâncias ambientais, econômicas e sociais.

Existe ainda a necessidade de sensibilização das atividades dos catadores no Brasil, pois suas ações são, muitas vezes, ignoradas pela população, passando estes, em alguns momentos, por constrangimentos e preconceitos dos domicílios onde pedem pelos materiais recicláveis que são descartados pelas famílias. É sabido que o Movimento Nacional de Catadores Materiais Recicláveis- MNCMR tem trazido para a discussão, pontos referentes à sensibilização da população para atender aos trabalhadores catadores. Outro ponto interessante é o fato de, em algumas ocasiões, os catadores serem tratados como mendigos quando, na realidade, suas atividades de catação, muitas vezes, superam a renda de um salário mínimo (FARIAS E FONTES, 2003). No entanto, faz-se necessário destacar que as suas condições de trabalho são insalubres, seus horários de trabalho são extensos e alguns deles, inúmeras vezes, recusam propostas de trabalho, pois preferem catar resíduos em lixões e nas ruas, devido à sua necessidade imediata.

A perspectiva da organização coletiva de catadores passou a ser uma proposta ampla de ação de várias entidades como Igrejas, ONG's, Instituições públicas, governos estaduais, incluindo o Movimento Nacional de Catadores, e entendida

como alternativa para o fortalecimento do setor, como também torná-los mais autônomos através da organização coletiva e formação desses profissionais, livrando-os dos donos de depósitos que os exploram continuamente. Várias experiências de grupos de catadores já são relevantes no Brasil e suas atividades multiplicadas para o favorecimento de criação de vários outros grupos nessa linha do trabalho.

3.1 O panorama nacional

No Brasil, as questões socioambientais, inseridas diretamente no amplo conceito de desenvolvimento sustentável, passaram a ser discutidas com maior intensidade no final do século passado, acompanhando, inclusive, o debate mundial sobre as mudanças que estavam acontecendo no planeta. Destaca-se o descaso, o descontrole da agressão ao meio ambiente, tornando-se graves as ações que implicam na degradação da natureza a ponto de comprometer qualquer perspectiva de equilíbrio ambiental e convívio social (SACHS, 1986).

Com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, no Rio de Janeiro, ficou claro que passará a ser constituído, no Brasil, o marco para a realização de políticas públicas, no âmbito da consolidação do direito ambiental e dos encaminhamentos das diretrizes ambientais, para a tomada de decisões com medidas enérgicas quanto à legislação ambiental. Ressalta-se que todas essas medidas fazem parte de um conjunto de ações ligadas ao direito ambiental, com sua expressão internacional, ao direito Internacional do Meio Ambiente, que tiveram como resultados processos que envolveram fenômenos

econômicos e sociais recentes, ligados, principalmente, à expansão demográfica e à explosão do consumo (BAPTISTA E OLIVEIRA, 2002).

Encontram-se diversas normas e regulações tratando da emissão de fumaça, como um dos casos mais emblemáticos, a geração e o tratamento dos resíduos sólidos e de outros danos ambientais causados pela ação tecnológica e humana das ações provenientes do próprio desenvolvimento e que vêm ocupando a mídia nos últimos tempos. Sabe-se, mais do que nunca, que os recursos naturais são limitados. Baptista e Oliveira (2002) enfatizam que esta postura consumista e descartável poderá inevitavelmente comprometer a qualidade de vida da espécie humana.

Em relação à questão preocupante dos resíduos sólidos, as descobertas recentes dos inúmeros danos ambientais, resultados das práticas inadequadas da disposição desses resíduos, têm aumentado o conhecimento e a preocupação do planeta sobre esta temática. Estendendo essas preocupações, nos últimos anos, a várias manifestações que se concretizaram, através da promulgação de uma série de legislações federais, estaduais e municipais. Uma publicação recente diz respeito a uma legislação voltada à área de saúde, referente à prevenção e redução dos riscos à saúde e ao meio ambiente, propondo o gerenciamento do destino correto dos resíduos dos serviços de saúde.

No que se refere à questão da produção dos resíduos sólidos, este também passou a ser uma grande preocupação da sociedade civil. Atrelado a isso se constata o crescimento populacional, o desenvolvimento industrial e a urbanização acelerada, partindo, inclusive, de uma postura individualista da sociedade que vem contribuindo para o aumento de danos ambientais através da geração excessiva dos

resíduos sólidos. Como se sabe, na maioria das vezes, esses resíduos são devolvidos ao meio ambiente sem a mínima preocupação, por meio de uma ação contínua das pessoas, levando à contaminação dos solos e das águas, tendo como conseqüências os vários prejuízos ambientais, sociais e econômicos.

O negócio do lixo alimenta, hoje, uma cadeia envolvendo indústrias e empresários que, interessados pelo desenvolvimento de novas tecnologias neste campo promissor, investem milhões para facilitar o processo, ganhando licitações públicas para a limpeza urbana e encaminhando este novo setor para o ranking de um dos melhores negócios, no Brasil, a exemplo tem-se a criação de aterros sanitários privados.

Por outro lado, observam-se pessoas que, engajadas em propósitos, diferenciados do mundo capitalista, ganham a vida através do seu trabalho, com a catação desses resíduos sólidos nas ruas e nos lixões. Paralelo à tanta tecnologia, e, em meio a benefícios aos poucos grupos existentes, percebe-se que muitas pessoas sequer têm acesso aos avanços tecnológicos existentes; vivem sem o mínimo de condições econômicas, e conseqüentemente são excluídas, principalmente, do mundo do trabalho formal.

O início deste século foi de grandes lutas, principalmente, de organizações da sociedade como ONG's preocupadas com o meio ambiente e os movimentos sociais, incluindo o movimento de catadores que atinge, hoje, quase todo o território brasileiro.

Várias lutas já estão escritas na história desse movimento que em consonância com os poderes públicos locais, estaduais e ministérios logram resgatar o direito ao trabalho justo, à cidadania e ao desenvolvimento de ações consorciadas.

Contextualizar um seguimento como o de catadores remonta, logo, às discussões diversas de outras categorias de trabalho que conseguiram, com o tempo, consolidar-se. Contudo, construiu-se políticas públicas adequadas que possibilitam promover a sustentabilidade desses profissionais. Uma preocupação maior existente corresponde à necessidade dos catadores possuírem a legalização de seu trabalho, com suas garantias sociais asseguradas e livres dos preconceitos e rótulos que a sociedade lhes atribuiu ao longo do tempo.

3.2 O contexto das articulações políticas no âmbito dos resíduos sólidos, do meio ambiente e dos catadores na cidade de Abreu e Lima: conhecendo alguns atores envolvidos no processo.

A perspectiva de incluir os centros urbanos no debate ambiental expressou grande preocupação nas agendas governamentais, mediante aplicação das políticas ambientais e socioeconômicas direcionadas a sustentabilidade das cidades.

Dois acontecimentos importantes somaram para impulsionar essa discussão numa perspectiva mais ampliada. Um deles refere-se à mobilização para a discussão da Agenda 21 Barbieri (1997), em 1992, e o outro, às reuniões preparatórias para a Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos Habitat II, em 1996, em Islambu, constituindo um marco no debate de “viés urbano”. A verdade é que a dimensão dos problemas urbanos pareceu justificar tal escolha, uma vez que em seus encaminhamentos havia uma grande preocupação de unir forças para a minimização dos problemas ambientais urbanos (Abramovay e Sachs, 1998).

Agenda marrom foi o nome dado às questões ambientais relativas às cidades, tornando-se o eixo básico do desenvolvimento sustentável. Havendo, também, a necessidade de se discutir o conceito de cidades sustentáveis. No Brasil, o leque das ações, nesse campo, ampliou-se. A agenda das pessoas e de governos que lidavam com a questão ambiental, com uma visão preservationista da natureza, foi deixada para trás e se constituía, daí então a pauta para o cumprimento efetivo abrangente, considerando uma estratégia dimensional.

Várias propostas temáticas convergiam para a discussão ampliada dessa agenda e o foco na problemática dos resíduos sólidos despontava como um dos mais importantes. Até 1999, em Pernambuco, a política de resíduos sólidos só abrangia a Região Metropolitana de Recife com o desenvolvimento de alguns instrumentos que favorecessem a sua gestão, surgindo a necessidade de ampliar o campo de ações para uma política, agora, Estadual.

Após grandes rodadas de discussões e de como se enfrentaria um problema dessa magnitude, o desencadeante alastramento do lixo e as suas conseqüências quanto à sua disposição, foi considerado como prioridade. A situação discutida sobre a geração do lixo e suas conseqüências levou para pauta de discussão a elaboração de um plano integrado e participativo, incentivando a criação de indústrias de reciclagem para minimização desse quantitativo de materiais recicláveis que faziam parte do cenário sujo presenciado nas ruas da cidade.

A elaboração de um diagnóstico em 72 municípios do Estado principiou na ordem das ações, uma situação alarmante para a tomada de algumas decisões. Seu resultado demonstrou a precariedade do serviço de limpeza urbana, um grande número de lixões, com diversas famílias morando, inclusive, no interior desses locais

acompanhadas de seus familiares, poucos aterros controlados, tudo isso somados à poluição da natureza e aos impactos na saúde pública.

Após a pesquisa, houve a consolidação de um documento preliminar, identificando algumas propostas e diretrizes para uma Política de Resíduos Sólidos para o Estado. Em seguida, o Projeto de Lei seguiu para a assembléia onde pôde ser submetido à apreciação da bancada.

A Lei nº 12.008, de 01 de Junho de 2001, dispõe algumas premissas do que venha a ser a política de resíduos sólidos para o Estado de Pernambuco. Não sendo de muito conhecimento entre os pernambucanos, a Lei trata de alguns pontos nos seus princípios que outrora deixava a desejar, de acordo com as situações observadas de pouca abrangência. A erradicação dos lixões é um desses aspectos. Quesito que prova a cada dia a estranheza das ações e a contradição que há pelo interesse recente, de se acabar realmente com os lixões, tendo em vista o fato do município receber o ICMS ambiental.

Outro ponto é destacado nas Diretrizes dessa Lei. Quando se coloca no Capítulo III, do item III “o incentivo a criação e ao desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores e classificadores de resíduos”. Como também “incentivo a programas estaduais e municipais que priorizem o catador como agente de limpeza urbana e de coleta seletiva”.

A falta de clareza para essas questões, somadas às práticas pouco exercidas pelos poderes locais para uma efetiva inclusão do sujeito catador nas atividades de trabalho, educação de jovens e adultos, de saúde, submetem esse tipo de trabalhador a mais uma atividade marginal, no campo da informalidade, denotando sempre no senso de exclusão, ficando no papel um verdadeiro conjunto de normas e

diretrizes que só privilegiam, na verdade, o incentivo às indústrias capitalistas, as empresas interessadas em criar aterros sanitários para concentrar o grande negócio do momento que são os resíduos sólidos.

Recentemente, a Lei 13.047 de 26 de Junho de 2006, aprovada e sancionada pelo governador do Estado de Pernambuco, dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação da coleta seletiva de lixo nos condomínios residenciais e comerciais, nos estabelecimentos comerciais e industriais e órgãos públicos federais, estaduais e municipais no âmbito do Estado de Pernambuco.

O artigo 8º refere-se claramente à celebração de contratos de parceria com associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, bem como associações de bairros no âmbito dos municípios. Nesta perspectiva, tem contemplado tanto nas disposições gerais quanto na realização das parcerias, a inclusão de catadores nas atividades de coleta seletiva.

Destacar-se-á o desenvolvimento local a partir de uma ordem dos fatos e articulações de alguns atores sociais que participaram e participam de alguma maneira da construção de uma política pública de resíduos sólidos envolvendo catadores, sua saída do lixão, bem como a organização coletiva dos catadores e recicladores. Para isso, ter-se-á como respaldo teórico Buarque (2002) e de Jesus (2003) que comentam o desenvolvimento local acontecendo em níveis de comunidades locais a partir da articulação de atores das várias esferas políticas. Como também Araújo (1995) cuja caminhada, de arranjo do desenvolvimento local, como novo paradigma, impulsiona novos atores institucionais estruturados através de algum tipo de articulação entre o poder público e os segmentos organizados da sociedade.

3.2.1 Associação pernambucana de defesa da natureza – ASPAN

A Associação Pernambucana de Defesa da Natureza - ASPAN é uma entidade da sociedade civil fundada, oficialmente, em 1979 na cidade de Recife no Estado de Pernambuco, mas que já vinha sendo pensada por estudantes de biologia da Universidade Federal Rural de Pernambuco desde 1978 a partir de uma viagem para Curitiba, em que, naquele momento, acontecia o Iº Simpósio Nacional de Ecologia, no mês de setembro daquele ano. No evento os estudantes tiveram contato com outras pessoas de organizações de proteção à natureza fundadas no início dos anos 70, no Rio Grande do Sul e no Amazonas. Na volta, esses estudantes resolveram fundar a ONG em Pernambuco. Na época, o Professor Vasconcelos Sobrinho, diretor da Estação Ecológica de Tapacurá, deu grande incentivo ao grupo de alunos, orientando-os à criação do que se conhece hoje com a sigla da ASPAN.

Pernambuco já tinha uma entidade de conservação da natureza desde 1960 onde participavam o Professor Vasconcelos Sobrinho, Aloísio Bezerra Coutinho e Gilberto Freire estando este como presidente do Centro Pernambucano de Conservação da Natureza. Inicialmente, os alunos quiseram se engajar no centro, uma vez que poderiam fortalecer a organização, mas Vasconcelos Sobrinho sugeriu que eles criassem uma nova organização.

A atuação da entidade tem dois aspectos fundamentais abrangentes compreendendo as ações de preservação ambiental e a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Particularmente, a ASPAN trabalha na contestação aos modelos de desenvolvimento que coloca em risco o meio ambiente e as pessoas propondo, com suas ações, a minimização desses impactos.

A criação da ASPAN é muito condizente com os aspectos sócio -ambientais da sua atuação. Com relação à ação de defesa da natureza não houve um único aspecto no nascedouro da organização, mas sim várias problemáticas que Pernambuco já vivia naquela época. O país encontrava -se próximo ao fim do período militar, antes da anistia. As pessoas, tanto como os sindicatos, estavam impossibilitadas de ações mais extensivas, no campo social e ambientalista, sem poderem se reunir e impedidos de confabularem sobre essas questões. O Estado de Pernambuco vivia uma série de situações alarmantes que atingiam tanto o social quanto o ambiental: era o vinhoto da cana de açúcar dentro dos rios, o fim dos peixes devido à poluição das águas, a fome dos agricultores e o trabalho sem a devida remuneração que faziam para os donos dos canaviais, especulação imobiliária nas praias pelos grandes empreendimentos, a poluição industrial entre outras atrocidades. Com isso, o ideário ambientalista foi que juntou vários profissionais, estudantes e professores de várias áreas do conhecimento na intenção de propor idéias para acabar com as injustiças causadas ao meio ambiente e as pessoas.

Um ponto relevante na história da ASPAN é a sua relação com o movimento de catadores e o Fórum Lixo e Cidadania de Pernambuco – FLIC/PE. Atualmente, a ASPAN hospeda o movimento dos catadores e funciona também nas suas instalações o fórum lixo e cidadania onde se desenvolvem trabalhos conjuntos com determinadas ações ligadas à problemática dos resíduos sólidos e dos catadores tanto de lixão como de rua.

A ASPAN tem uma relação estreita com catadores há, pelo menos, 15 anos, antes mesmo da organização o nível que tem hoje, ou seja, o movimento a nível

nacional dos catadores. Um trabalho mais efetivo da organização aconteceu no lixão da Muribeca, que se localiza na divisa entre Recife e Jaboatão. Durante dois anos, a ASPAN esteve pesquisando dentro do lixão e trabalhando diretamente com os catadores, aproximando-os nessa relação até os dias de hoje.

3.2.2 Fórum lixo e cidadania do Estado de Pernambuco – FLIC/PE

O histórico da criação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, no ano de 1998, tem uma profunda relação com a situação das crianças nos lixões em todo o Brasil. Essa situação foi comprovada a partir da pesquisa realizada pelo UNICEF, em 1999, e a posterior campanha “Criança no lixo nunca mais”. Desde 1994, a UNICEF já vinha realizando pesquisas, identificando no ano de 1994, em Olinda, Pernambuco, uma situação deplorável de crianças no lixo.

O Fórum Nacional é constituído por organizações não-governamentais, governamentais, entidades técnicas e religiosas que atuam na área de gestão do lixo urbano e área social. Com a implantação do Programa Nacional Lixo e Cidadania, constituído por mais de 40 entidades, este tinha como principais objetivos: a erradicação do trabalho infantil-juvenil nos lixões, propiciando a inclusão social, com cidadania, das crianças que trabalham nos lixões; a geração de renda para famílias de catadores, prioritariamente na coleta seletiva; e a mudança radical da destinação final de lixo, acabando definitivamente com os lixões do Brasil.

A ampliação das ações do Fórum Nacional vem se consolidando ao longo do tempo com a criação dos fóruns estaduais e, mais recentemente, com a interiorização de plenárias nos municípios dos Estados. Até o momento, já foram instalados 23 Fóruns Estaduais: Alagoas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito

Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Roraima, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

O Fórum Lixo e Cidadania de Pernambuco, em consonância com o Fórum Nacional, vem realizando plenárias na tentativa de interiorizar suas ações junto ao Movimento de Catadores. As estratégias do Fórum de Pernambuco são tratadas para viabilizar a erradicação do trabalho infantil no lixo e a melhoria da gestão dos resíduos sólidos de maneira contextualizada, com a participação da comunidade e inclusão do catador nas campanhas de coleta seletiva na perspectiva do trabalho organizado.

A agenda do Fórum pernambucano realiza plenárias no interior do estado de Pernambuco com a participação de entidades do governo, organizações não governamentais, instituições públicas, representação do movimento nacional de catadores e de vários catadores representantes de associações e cooperativas.

3.2.3 Movimento nacional dos catadores: representação no Estado de Pernambuco.

Um marco para o início das atividades do que vem a ser hoje o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCMR foi o primeiro encontro de papeleiros, em 1998, na cidade de Santos/SP.

Do Nordeste, apenas um catador esteve nesse encontro, dando início a várias articulações entre o movimento de catadores e diversas organizações interessadas em apoiá-los.

No ano de 2000, veio a acontecer em Brasília o primeiro Congresso de Catadores do Brasil, onde o movimento conseguiu reunir mais de 1.600 catadores e catadoras, tendo uma delegação de Pernambuco, estando à frente Érick Soares²⁵ como representante do Nordeste. Este veio a falecer, posteriormente, em 2004. Após esse acontecimento, Cardoso²⁶ assume a representação na região. Esse momento veio marcar, decisivamente, a luta no estado de Pernambuco, ainda que incipiente e tendo como agravante a falta de condições econômicas para a mobilização dos catadores.

Em 2003, numa articulação com a Fundação AVINA²⁷, foram feitos alguns encontros estaduais pelo Brasil, incluindo um encontro no município de Arcoverde/PE com participação de mais de 230 catadores de todo o Estado e também de visitantes de outros estados como São Paulo, Bahia e Natal, saindo para aquele momento uma comissão estadual para encaminhar algumas questões relativas às ações do movimento.

A bandeira do movimento está para a retirada de crianças dos lixões como também oferecer um ambiente digno de trabalho para o desenvolvimento das atividades dos catadores e catadoras através da gestão compartilhada dos resíduos sólidos. Para o movimento, o ambiente do lixão nem próximo a ele é um local desejável e adequado para o desenvolvimento das atividades de trabalho dos catadores(as), uma vez que não se tem um material de qualidade (porque está sujo e contaminado) e não se tem condições de construir uma estrutura dentro dos lixões, porque não é adequado. Uma das razões é a dificuldade das empresas, fábricas e

²⁵ Érick Soares foi militante do movimento de catadores na sua representação estadual PE.

²⁶ Atual representante Nordeste do MNCMR.

²⁷ Fundação AVINA é uma organização internacional que tem como objetivo estimular o desenvolvimento sustentável na América Latina.

indústrias absorverem esse material. Os empresários, logo, dão preferência aos materiais tratados e coletados nas ruas. Na fala de Sr. Cardoso, representante do MNC/NE, “o problema maior não está na destinação final, ou seja, no lixão. O problema está na origem e é lá onde os catadores deveriam estar, inclusive com a colaboração das pessoas para já disponibilizem e esses resíduos separados”.

A perspectiva de promover e disseminar o trabalho dos catadores de forma a melhorar suas condições de vida é um dos pontos cruciais do MNCMR. Um dos objetivos consiste em facilitar a organização coletiva e a autogestão desses profissionais em associações ou cooperativas populares, tirando-os das mãos dos atravessadores e da dependência dos gestores públicos.

Uma das discussões mais prementes, no âmbito do movimento, é a inclusão social das pessoas que trabalham nos lixões e nas ruas e o envolvimento do catador em programas públicos de reciclagem, através mesmo da criação de centrais de triagem de materiais recicláveis, além de considerá-los sujeitos de direito, considerando outras ações efetivas na área de educação e saúde e de outros benefícios sociais. O catador é o primeiro agente direto da preservação do meio ambiente, ajudando a diminuir a contaminação pelos resíduos jogados a céu aberto.

Vários Estados no Brasil iniciaram suas experiências com a criação de centrais ou núcleos de triagem, como chamam assim em Recife e Paulista, entre outros municípios de Pernambuco. Outra experiência é a Pró-Recife, cooperativa iniciada em Recife/PE pela auto-organização e autogestão de catadores; no Rio de Janeiro os denominam Eco-depósitos; em Belo Horizonte, com a experiência da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável - ASMARE, em Fortaleza a Sociedade Comunitária de Reciclagem de Lixo do Pírambu – SOCRELP.

Essas prefeituras já apóiam as experiências com catadores no sentido de poderem disseminar a organização coletiva desses trabalhadores num trabalho compartilhado entre governo, empresas e movimento.

Um ponto fundamental no movimento é a representação política nos Estados ou nas regiões em que atuam. Isto é, promover o empoderamento dos catadores e exigir da gestão pública municipal a implementação de ações que atinjam os catadores a partir mesmo da idéia de gestão compartilhada dos resíduos sólidos. Igarassu/PE tem sido uma experiência promissora que, com o apoio do movimento, conseguiu mobilizar a sociedade civil através da própria prefeitura que reuniu os lojistas, comerciantes e toda a cidade para aderirem à coleta seletiva com a inclusão e benefício dos catadores.

Um ponto que devemos destacar foi a decisão do Ministério Público em determinar o fim dos lixões, numa perspectiva de pensar a saída dos catadores dos lixões e promover a organização coletiva dessas pessoas numa ação compartilhada entre gestores, movimento e sociedade civil, junto, claro, com o movimento de catadores. A ação conjunta e a articulação política que se faz no âmbito da sociedade civil incluem o apoio do Fórum Lixo e Cidadania de Pernambuco – FLIC/PE e a Associação Pernambucana de Defesa da Natureza – ASPAN.

Outro princípio que norteia a ação do movimento é a não permanência de catadores nos lixões, pois o material reciclado deve ser separado antes de chegar ao lixão, ou seja, à fonte através de um trabalho de coleta seletiva com a população, como já se enfatizou. Dessa forma o programa de coleta seletiva deverá promover não só a criação desses núcleos, como também a entrega desses materiais recicláveis para que seja feita a sua triagem, bem como a sensibilização da

população. Duas indústrias, hoje, se destacam no estado de Pernambuco pela relação direta que têm com os catadores que é a FROMPET e a CIV. Nessa relação, os próprios catadores discutem com os industriais o preço e a compra na perspectiva de que não haja desvantagens para os catadores nessa negociação. A extensão dessa articulação é feita através da Fundação AVINA junto ao movimento no sentido de formar parcerias com essas indústrias, mesmo que não obtenha ainda resultados suficientes.

Duas perspectivas diferenciadas fazem parte da realidade dos resíduos sólidos no Brasil: uma delas refere-se ao círculo perverso da reciclagem, onde se apresenta o consumidor que não pratica o consumo responsável; o catador que insiste nas suas atividades individuais e não se organiza; os intermediários, representados pelos atravessadores, que não são éticos e devalorizam os materiais dos catadores e, por fim, a indústria que, por sua vez, não tem políticas ambientais, não utiliza matérias-primas recicláveis e nem desenvolve trabalhos de responsabilidade ambiental. O outro círculo é chamado de virtuoso. Esse inclui uma ação compartilhada desses mesmos atores sociais, agora, com outra perspectiva, em que cada um deles assume sua responsabilidade no processo: o consumidor separa na fonte o lixo seco e molhado, entendendo a importância do profissional que irá pegá-lo; o catador, além de estar organizado coletivamente, encontra-se articulado em rede com outras organizações, realizando trocas ou acumulando material para sua venda coletiva e executando atividades diversas para a transformação desses materiais através do artesanato; o intermediário tem um papel interessante nesse processo, uma vez que pode praticar preços melhores e, ao mesmo tempo, promover uma articulação em rede com diversos grupos; a indústria, além de assumir sua responsabilidade sócio-ambiental, valoriza a ação dos

empreendimentos econômicos solidários que envolvem catadores e recicladores da cadeia de resíduos sólidos, utilizando matéria-prima reciclável (GONÇALVES, 2003).

A declaração de princípios e objetivos do MNCMR (MNCMR, 2005) considera como fundamentais alguns pontos para a constituição de suas bases orgânicas, a partir mesmo da sua luta pelos direitos dos catadores, são eles:

- Autogestão e organização – prática direta onde os trabalhadores são donos das ferramentas e equipamentos de produção e sem patrões. Têm decisão, o planejamento e a execução dos próprios trabalhos;
- Democracia direta – forma de decisão pela participação coletiva de base;
- Ação direta popular – as pessoas devem promover suas próprias transformações através do protagonismo;
- Independência de classe – refere-se à independência dos catadores em relação aos sujeitos sociais que querem se aproveitar do movimento. A busca pela emancipação;
- Apoio mútuo – contribui para a construção da solidariedade e da cooperação;
- Solidariedade de classe – faz parte de um processo histórico que envolve a ajuda mútua.

Em Pernambuco, o movimento atinge boa parte dos municípios da região metropolitana como também tem alcance no interior do Estado, incluindo a Associação de Catadores Erick Soares em Abreu e Lima, onde, atualmente, tem um de seus membros representando a associação junto ao MNCMR. Algumas dificuldades são expostas pelo movimento, contudo há o envolvimento de outros catadores na luta pelos direitos dos trabalhadores.

3.2.4 A deputada estadual Ceça Ribeiro

A Deputada Estadual, Ceça Ribeiro, tem seu histórico com o grupo Érick Soares há, pelo menos, 3 anos a partir da manifestação no Lixão de Inhamã no Fosfato em Abreu e Lima, quando esteve apoiando os catadores no manifesto. A movimentação se deu no momento de uma crise instalada entre catadores e garis, porque havia uma disputa dos resíduos do lixão e os garis estavam desviando esses resíduos. O teor da movimentação esteve voltado também para a organização dos catadores, a retirada de crianças do lixão e avanço do lixo no mangue naquelas proximidades.

A ação mais expressiva do gabinete da deputada esteve no momento da doação de uma casa no Fosfato para que uma cooperativa funcionasse de maneira coletiva, e isso aconteceu através da doação do JETON²⁸. A doação do Jeton foi uma contribuição inicial para que fosse criada a coleta seletiva no município de Abreu e Lima. Naquele momento, a realidade do lixão do município apresentava 150 famílias sobrevivendo do lixo no município, particularmente, trabalhando no lixão.

O Gabinete da deputada ofereceu inicialmente assessoria jurídica para a institucionalização da Cooperativa de Catadores Érick Soares.

Ao longo do tempo, uma outra intervenção do gabinete da deputada aconteceu mediante a mudança de cooperativa para associação, devido à carga tributária que trazia à cooperativa.

²⁸ O Jeton é uma espécie de verba que os parlamentares recebem anualmente para fins de aplicação em atividades sociais.

3.2.5 Incubacoop/UFRPE

As universidades públicas brasileiras têm um papel fundamental no processo de construção de uma sociedade como um todo, principalmente, quando se mostram preocupadas na criação de tecnologias sociais para a geração de trabalho e renda, levando, de forma extensiva, ações sustentáveis de continuidade, realizando pesquisas que atinjam a maioria das pessoas que precisam utilizar o conhecimento científico para melhorar suas condições de vida e suas relações com o meio ambiente e o trabalho.

Ao longo dos anos, a partir do final do século XX, uma mostra daquilo que poderia ser feito, numa perspectiva de envolvimento de alunos, professores e comunidade através de uma possibilidade tanto de desenvolvimento de metodologias participativas e sociais quanto à própria contribuição para a formação e consolidação de iniciativas econômicas autogestionárias, viáveis e sustentáveis economicamente e geridas solidariamente era o que, particularmente, estava presente neste projeto maior: as incubadoras universitárias. Costuma-se dizer que incubar está ligado diretamente a uma situação que todos conhecem, em vários casos de perto. Referi-se a uma situação na qual um ser humano ou um coletivo de seres humanos precisam para, de alguma maneira, completar seu processo de desenvolvimento, tendo para isso a medicina se utilizado de uma incubadora. Ou seja, incubar está para desenvolver, aperfeiçoar um processo acumulado e existente primordialmente. Trata-se de desenvolvimento humano, das pessoas e de formas metodológicas para refletir a ação extensiva de uma dada entidade, nesse caso a universidade.

A iniciativa primeira para implementação dessas atividades esteve sendo realizada na COPPE/UFRJ em 1995. O surgimento dessa primeira incubadora estava no âmbito da Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia a qual se vinha discutindo uma saída para os problemas sociais. A partir de seu surgimento, foram sendo criadas outras incubadoras no Brasil numa velocidade de acordo com a própria dinâmica social da academia, resultando, inclusive, na criação de uma rede nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares – Rede de ITCP's.

A Universidade Federal Rural de Pernambuco nesse cenário teve um contexto muito interessante para o momento de criação de outras ITCP's. Desde 1989 havia uma experiência profunda acontecendo no âmbito do associativismo. Tratava-se da experiência do Programa de Associativismo para a Pesquisa, o Ensino e a Extensão no interior do Departamento de Educação da UFRPE. Naquele momento, a UFRPE tinha feito uma parceria com a Universidade de Sherbrook, no que concerne a promoção do curso de especialização em associativismo e cooperativismo, tendo sua primeira turma datada em 1989. Quase dez anos depois, veio a ser consolidada a experiência da INCUBACOOP na UFRPE, três anos após a primeira experiência do Rio de Janeiro na COPPE.

Ao longo desses sete anos, a INCUBACOOP esteve realizando trabalhos diversos no âmbito do associativismo econômico, qual seja o mote principal da incubadora. A discussão em economia solidária ainda estava em “banho-maria” no começo, mas, assumida imediatamente com a necessidade de demandas dos grupos populares que a procuravam e também que nunca havia fugido do principal

preceito do grupo que, inicialmente, esteve gerindo as ações da INCUBACOOP na universidade.

O marco maior para a experiência da INCUBACOOP não esteve relacionado à sua consolidação na universidade através da institucionalização do projeto no âmbito do Departamento de Educação. Mas sim no período marcado pelas experiências em trabalhos com grupos de contextos populares, a partir da experiência do curso de especialização e, também, do ativismo e profissionalismo de várias pessoas como Guilherme Soares, Paulo de Jesus, Sandra S uely, Jorge Tavares e Ana Dubeux que posteriormente veio concluir sua tese de doutorado sobre incubadoras e economia solidária na França, num estudo com os casos de cooperativas e incubadoras no Brasil, tendo, sua volta, marcado o reinício das atividades extensionistas, considerando a realização de pesquisas importantes como o mapeamento da economia solidária em todo território pernambucano, a partir do estudo amostral, e também do aprimoramento das ações, utilizando como público para sua ação os empreendimentos econômicos solidários e a nova dinâmica metodológica que passaram a ser aplicadas, considerando a visão multidimensional.

A característica da pesquisa no interior da INCUBACOOP desmistificava aquela idéia de que a incubadora só realizava atividades de extensão, como também passou a ser implementado uma nova abordagem com os novos empreendimentos econômicos solidários que estavam adentrando aquele momento na INCUBACOOP.

A nova arrumação metodológica da ação, das posturas em relação ao contexto social abrangente com os movimentos sociais proporcionada pela equipe, tanto no que diz respeito ao novo paradigma que considera a abordagem metodológica participativa e construtiva, como na definição das duas áreas com que se passou a

trabalhar a partir daquele momento, culminou na mente de todos e todas com as discussões promovidas durante seis meses para uma nova fase das ações da INCUBACOOOP, após o ano de 2004. Cabe ressaltar que o envolvimento ativo da universidade com os movimentos sociais e da inclusão dos novos grupos nesses contextos só fez reafirmar o propósito maior dessa relação entre universidade e sociedade.

Com o novo direcionamento metodológico, as áreas escolhidas, agricultura familiar e reciclagem de resíduos sólidos estavam na agenda de visitas com a nova seleção desses empreendimentos econômicos solidários pela equipe da incubadora. A nova relação estabelecida com os novos grupos fez com que se revisse, em vários momentos, a questão metodológica participativa numa busca incessante pelo seu aprimoramento e pela própria vigilância epistemológica que se dava com as leituras de vários textos importantes, entre os quais Bourdieu, Thiollent, ou seja, leituras com os professores e estudantes da universidade.

Uma das mudanças foi considerar, na metodologia de incubação que consiste da pré-incubação, incubação e desincubação, a fase seletiva ainda na pré-incubação. Isso permitiu a equipe interna avaliar melhor os grupos, a partir do contato mais intenso com suas experiências nos seus respectivos campos de trabalho; vê-los na perspectiva de grupos coletivos objetivados a desenvolver suas ações, considerando também uma análise do nível de comprometimento das pessoas. Na metodologia empregada anteriormente, não havia essa possibilidade. O que, para a equipe, foi um avanço. Além da leitura sistemática através de nova metodologia empregada no âmbito das dimensões que estão diretamente relacionadas às experiências visitadas. Ou seja, a dimensão política-ideológica,

social, tecnológica, cultural, econômica e produtiva. Não só o coletivo, mas o indivíduo que está no grupo é considerado sujeito analítico desse processo.

Um dos grupos escolhidos para serem incubados foi, e está sendo, a associação de Catadores Érick Soares. Não foi por uma única razão que esse grupo foi absorvido pela incubadora. A sua seleção poderia estar relacionada, tão unicamente, por serem catadores e, um público como esse, muitas organizações estariam interessadas, podendo, inclusive, usá-los de má fé, no sentido de prendê-los e perdurar um trabalho comum para captação e uso indevido dos recursos. A associação de catadores estava sendo, naquele momento, um dos grupos que surpreendia a cada momento de trabalho desenvolvido pela equipe, a partir da ação da equipe que vinha estabelecendo um acompanhamento sistemático durante todo processo seletivo. O envolvimento do grupo no processo, a participação nas reuniões, a garra e a energia que tinham em realizar seu trabalho de maneira profissional, o marco de manifesto que envolvia os membros da associação, inclusive, na sua articulação política com o movimento de catadores, o Gabinete da deputada Ceça Ribeiro e outros atores sociais marcaram, com esses manifestos de luta, a permanência das atividades com os trabalhos na universidade, projeto INCUBACOOP.

No final de 2005, uma vez que os processos de incubação estavam bem avançados e já se sabia o que queria, nesse período, o edital da Petrobrás – Fome Zero abriu-se uma linha de trabalho para o patrocínio de projetos sociais. A equipe discutiu com o grupo as principais ações, objetivos e os benefícios se queriam alcançar: dotar o grupo de reciclagem, a COOREPLAST e a Associação de Catadores Érick Soares. Do desabrochar de uma ação conjunta nascia a perspectiva

do trabalho em rede. O que, no início, causou um certo impacto e ntre as duas experiências. Mas, nada que não pudesse ser resolvido com uma boa discussão entre os grupos e a equipe da incubadora.

3.2.6 A cooperativa de reciclagem de plástico do fosfato – cooreplast em Abreu e Lima/PE.

A Cooperativa de Reciclagem de Plástico do Fosfato – COOREPLAST é um grupo constituído por 26 cooperados(as) em sua maioria por mulheres. Inic iando suas atividades em 1996 e se estruturando ao longo do tempo, a cooperativa construiu, com o apoio de parcerias diversas na comunidade, o que se chama de mini-indústria de reciclagem de plástico. O processo, que dura mais de dez anos, encontra-se atualmente sendo financiado pela PETROBRÁS para implementação e melhoramento de sua infra-estrutura física, do tratamento dos eflúvios e de o utras atividades ligadas à parte de formação dos cooperados.

O envolvimento do grupo com os movimentos sociais da economia solidária, com o fórum lixo e cidadania e, mais recentemente, com a associação de catadores Érick Soares, particularmente, reflete a capacidade de articulação que o mesmo tem com a sociedade civil organizada. Deve-se destacar que, recentemente, o poder local, Prefeitura de Abreu e Lima, veio a se posicionar para um possível apoio à cooperativa.

Alguns fatores são relevantes nesse contexto atual para o envolvimento da prefeitura do município: um deles será a polêmica da discussão em torno dos agravos do lixo ao meio ambiente; a atuação dos movimentos sociais e entidades públicas, como também o movimento dos catadores do lixão e das organizações de

proteção à natureza e a luta pela inclusão dos catadores, juntamente com a decisão da justiça em acabar com os lixões. Outro fator também importante é o envolvimento de professores da rede pública de ensino nas ações de protesto pelos agravos ao meio ambiente no lixão de Inhamã, que, em meados de 2001 e 2002, estiveram junto com os catadores e recicladores engajados pela melhoria das condições de vida desses trabalhadores, como também realizaram caminhadas pela degradação que o lixão causava numa área de preservação ambiental.

A cooperativa, desde 2001, é acompanhada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE. Nesse percurso, o processo de formação promovido pela INCUBACOOOP tem possibilitado ao grupo a elaboração de planos de trabalhos gerenciais para a sustentabilidade das suas atividades. Mas, não tem sido tão simples encaminhar os trabalhos internos da cooperativa, uma vez que vários problemas acontecem de forma a impedir o seu funcionamento total. Esses problemas dizem respeito a não utilização da capacidade de produção do maquinário relacionada com a sua manutenção, que custa muito caro, além disso há a dificuldade financeira da cooperativa para o pagamento das contas de água, energia, cargas tributárias, pessoal e conserto de maquinário, bem como outras necessidades que comprometem o funcionamento do empreendimento, sem contar que o grupo tem a política de comprar o material reciclável, o plástico. Nesse momento atual, os/as cooperados(as) pensam insistentemente em adquirir o plástico e outros resíduos através da coleta seletiva domiciliar.

3.2.7 A abrangência do projeto Rota dos Sonhos na comunidade do fosfato

O projeto Rota dos Sonhos na comunidade do Fosfato, em Abreu e Lima, surgiu como um “sonho”. Na sua elaboração, participaram a Cooperativa de Reciclagem de Plástico do Fosfato – COOREPLAST, Associação dos moradores, escolas comunitárias, Centro crianças do mundo em prol de construir um projeto que abrangesse as crianças da comunidade. O financiador do projeto é a AMENCAR, uma organização alemã, que atualmente passou a se chamar KNH. No ano em 2002 o projeto foi aprovado com uma dotação específica dos recursos, sendo planejado para um período de cinco anos e meio.

Dentre suas ações na comunidade do fosfato uma delas está voltada para a creche, na qual, durante muito tempo, a prefeitura de Abreu e Lima nunca esteve para prover com as demandas de espaço, alimentação, ficando isso a cargo do projeto, primordialmente.

O projeto Rota dos Sonhos envolve diversas famílias na comunidade, uma vez que há diretamente ações atingindo crianças, filhos de moradores, filhos de recicladores e de catadores que trabalham no lixão.

Outras ações também são relevantes no projeto como o oferecimento de cursos de teatro, capoeira, laboratório de música, envolvendo crianças e adolescentes de toda a comunidade.

3.3 Resíduos sólidos e economia solidária em Abreu e Lima – PE

3.3.1 A realidade do município de Abreu e Lima – PE

Para melhor entender o contexto da Associação de Catadores Érick Soares, tratar-se-á um pouco da situação socioeconômica do município em que está localizado o grupo associativo.

Compondo um dos 12 (doze) municípios da Região Metropolitana do Recife – RMR, Abreu e Lima dista 21 km da capital de Pernambuco, concorrendo hoje com outras cidades vizinhas pela busca de empregos em Recife e Olinda. Com mais de três milhões de habitantes, a RMR é a principal região onde ocorre o descarte dos resíduos sólidos do Estado. Só Recife e Jaboatão produzem hoje uma média de três mil toneladas dia de lixo que são depositados na cidade de Jaboatão, Aterro Controlado de Muribeca.

Algumas pesquisas realizadas sobre a questão do lixo, em especial a degradação do meio ambiente, bem como os agravos causados à humanidade, afetando de diferentes formas as condições de vida de populações, indicam que o lixo passa a ser um indicador da qualidade de vida da sociedade (PORTO et al, 2004). Segundo esse autor, quanto mais uma sociedade produz desperdícios sob a forma de resíduos sólidos, líquidos e gases tóxicos; pior será a qualidade de vida das pessoas, uma vez que o solo, a água e o ar dos quais se depende para sobreviver estarão contaminados. A questão do desperdício ocorre de várias maneiras em todas as fases das atividades humanas, o que justifica toda a produção desses materiais recicláveis.

O município de Abreu e Lima, atualmente, possui uma população de 95.198 habitantes distribuídos numa área equivalente a 126 Km². Quanto à condição de

emprego em seu território, configura-se não diferentemente de outros contextos da Região. O desemprego estrutural ao longo dos anos 90 afetou o mercado de trabalho da RMR, incluindo Abreu e Lima.

Trabalhadores no referido município sofreram com as conseqüências do desemprego da atividade têxtil e o fechamento de empresas também do município vizinho, Paulista. Apesar do surgimento de outros postos de trabalho através de empreendimentos industriais situados no entorno de Abreu e Lima, o fato revelou -se insuficiente para absorver a mão-de-obra que ingressava anualmente no mercado de trabalho, bem como os trabalhadores dispensados pelo segmento têxtil.

Observando o contexto socioeconômico da RMR, depara -se com uma situação preocupante. Ainda que a mais recente Pesquisa de Emprego e Desemprego, publicada em junho de 2005, tenha apresentado uma baixa na taxa de desemprego de 23,3% para 23,1% da População Economicamente Ativa (PED, 2005) tais resultados são ainda insuficientes.

No município, um dos setores predominantes é o de serviços, encontrando -se fragilizado pela ausência de incentivos à comercialização de seus produtos, o que não impede os trabalhadores de se mobilizarem para efetuarem suas atividades e negócios. Uma boa parte da população, economicamente ativa do município, exerce suas atividades na economia popular e informal.

O município foi emancipado em 1982 com a realização de um plebiscito entre os moradores antes como parte de Igarassú, e depois como de Paulista. A emancipação política de Abreu e Lima é comemorada no dia 14 de maio. A população, predominantemente, vive na zona urbana (77.696), enquanto na zona rural vive a minoria (17.502).

CAPÍTULO IV – UMA ANÁLISE DA ASSOCIAÇÃO DE CATADORES ÉRICK SOARES: a perspectiva da construção do desenvolvimento local e economia solidária

4.1 Catadores de materiais recicláveis: trabalho e sustentabilidade socioeconômica

Quem são esses trabalhadores que passam o dia e a noite trabalhando incessantemente, percorrendo ruas das grandes cidades e vivendo, muitos deles, nos lixões, tendo em seus objetivos a coleta dos materiais recicláveis? Uma característica relevante desta classe de trabalhadores é o trabalho individual e em família, porém vem se configurando uma alteração para uma perspectiva do trabalho coletivo por meio do lema adotado de empreendimentos econômicos solidários.

Embora não se tenham informações concretas sobre o senso desses trabalhadores, no Brasil, e mesmo que o dado do movimento de catadores nacional esteja indicando um quantitativo próximo a um milhão de catadores - trabalhadores vivendo da reciclagem, esse cenário não causa dúvidas, enquanto perspectiva promissora para uma nova classe de trabalhadores insurgente na sociedade pela via da solidariedade e do trabalho justo.

O fato de ainda haver crianças e idosos e demais pessoas dentro dos lixões, sobrevivendo de maneira inóspita a esse tipo de atividade, retrata uma situação lastimável no Brasil. Mas, existem pessoas que se dedicam à catação desses materiais recicláveis, acompanhados, na maioria das vezes, por uma história na família, como, por exemplo, apoio no trabalho com os resíduos sólidos, porque esses lhes trazem uma renda ao final do mês.

O “trabalho individual” desenvolvido, em sua maioria, pelos catadores e catadoras não se justifica pelo simples fato de estarem sós, catando para si próprios. Há de se considerar que estes trabalhadores estão acompanhados, em grande parte, pelos filhos ou parentes próximos, não pertencendo, diretamente, a uma associação ou grupo informal, mas os mesmos se encontram numa situação diferenciada, o trabalho coletivizado.

Boa parte desses trabalhadores são analfabetos e sua grande maioria tem nível baixo de escolaridade. As razões para não se freqüentar a escola são as mais diversas, dentre elas a necessidade de trabalhar, a falta de oportunidades, como também a cultura familiar do trabalho com resíduos sólidos e a escolha pelo trabalho associativo na área de reciclagem, este é um aspecto relevante.

Um outro contexto que é conferido, especialmente, com o caso dos catadores da associação de catadores Érick Soares na comunidade do Fosfato, como as outras questões ressaltadas anteriormente, é o fato do meio ambiente ter sofrido conseqüências sérias devido à devastação do lixo nas áreas onde se encontra localizado, ocasionando impactos aos manguezais, contaminando rios, acabando com uma paisagem natural que levará anos para se reerguer.

4.2 A associação de catadores Érick Soares

Tendo se consolidado no segundo semestre de 2003, a Associação de Catadores Érick Soares busca, através das suas atividades no lixão de Inhamã, município de Abreu e Lima, desenvolver suas atividades através da catação dos materiais recicláveis. No lixão, atualmente, há em média 150 catadores entre

homens e mulheres que realizam suas atividades de catção, sendo esta a fonte de renda principal desses trabalhadores.

A associação de catadores Érick Soares composta por 16 membros apresenta - se como único grupo organizado no local do lixão, diferenciando -se dos demais catadores pelo seu senso de coletivo, realizando também seu negócio de venda dos resíduos sólidos externamente ao lixão²⁹, livrando-se dos atravessadores locais que obtém os resíduos sólidos até pela metade do valor oferecido noutros pontos.

A sede da associação está situada na comunidade do Fosfato, localizada numa antiga mina de fosfato abandonada, abrangendo, hoje, uma média de 30.000 habitantes. Esta área se encontra estigmatizada pela carência de seus moradores na busca pelo seu sustento em subempregos e em biscates. Representa uma das comunidades mais pobres do município, sofrendo ainda com a exposição de jovens ao tráfico de drogas, à prostituição e à situação de violência.

Faz-se uma ressalva quanto à questão organizativa de grupos de catadores, uma vez que um dos maiores fatores que dificultam seu desenvolvimento está relacionado à sua forma de desempenhar seus trabalhos com os resíduos, sua dificuldade para o trabalho associativo e a conseqüente ausência do apoio das prefeituras, no sentido de poder possibilitar uma cultura associativa, de mobilização e de ações estruturadas. A Associação de Catadores Érick Soares, diferentemente de outros catadores individuais, encontra-se numa perspectiva coletiva e consensual de suas atividades, principalmente, pelo caráter mobilizador e solidário entre seus membros.

²⁹ No cenário dos resíduos sólidos e dos catadores um fato comum é a invasão dos lixões pelos donos de depósito, os chamados deposeiros. Para a associação a venda dos materiais recicláveis só interessa se for comercializada no local sede da associação, essa atitude, para os catadores coletivos, deprecia menos o valor dos resíduos, segundo relatos dos associados da Érick Soares.

É uma associação que tem suas origens marcadas pelas manifestações no lixão de Inhamã, em Abreu e Lima. Em 2003, o grupo conseguiu realizar uma mobilização, estando o fato voltado, inicialmente, para questões que envolviam a permanência de crianças no interior do lixão, o avanço do lixo no mangue e nas áreas verdes. As reivindicações pautavam também a exigência de melhores condições de trabalho, como um local para os catadores desenvolverem suas atividades, e a intromissão de garis na retirada dos resíduos do lixão, pois estes materiais recicláveis pertenciam aos catadores devido ao trabalho que realizavam de coleta no local. Naquela época, a associação conseguiu reunir diversos catadores, representantes do Movimento Estadual de Catadores, políticos e professores da rede pública de ensino com o intuito de envolvê-los na ação, no que tange a luta do segmento por melhores condições de vida e trabalho.

Diante desse quadro e do cenário real desses trabalhadores, no município de Abreu e Lima, tem-se a maioria desses trabalhadores, além da associação, realizando seus trabalhos de triagem dos resíduos (orgânicos e sólidos) no próprio lixão, onde são descartados estes materiais. A consequência disso é das mais funestas. Os catadores não têm a mínima condição do estabelecimento de sua atividade, com ausência de proteção social no ambiente de trabalho, com precárias condições sanitárias.

Em paralelo a esse contexto, os catadores vêm se organizando no Estado de Pernambuco e, particularmente, na Região Metropolitana do Recife. Este processo se faz em conjunto com umas outras articulações no interior do Fórum Estadual Lixo e Cidadania - FLIC, agregando vários outros movimentos que estão se constituindo como um dos principais protagonistas de mobilização social e proposições em torno

dos direitos dos catadores, juntamente com o Movimento dos Catadores e outros atores importantes da sociedade civil organizada.

As relações entre estes atores, movimentos sociais, fóruns e governo, em cruzamento com a assessoria de organizações não governamentais, comunitárias, sindicatos, iniciativas públicas e de responsabilidade social possibilita o surgimento de iniciativas locais que vão de contraponto à tendência hegemônica de desestruturação do tecido social e das oportunidades de trabalho e renda.

4.3 Análise interna da organização

Diversas categorias profissionais permaneceram por muito tempo nos bastidores de suas atividades práticas sem o devido reconhecimento do seu trabalho. Destaca-se como uma delas o trabalho dos catadores de materiais recicláveis que, há muito tempo atrás, eram chamados de “ferro velho³⁰”, aqui em Recife.

Há mais ou menos 50 anos, as cidades brasileiras já tinham este cenário: pessoas catando materiais recicláveis para sua sobrevivência. No entanto, recentemente, esses trabalhadores, mobilizados pela ação conjunta e munidos da força do seu trabalho, considerados como agentes ambientais, vêm sendo considerados como os principais sujeitos da coleta pública dos materiais recicláveis, representantes expressivos da maioria dos materiais recicláveis coletados para a indústria da reciclagem.

³⁰ O ferro velho era o nome que identificava o sujeito que várias vezes por semana passava nas ruas, coletando diversos tipos de materiais com sua carroça em troca de algodão doce, venda através do peso dos materiais. Não é comum encontrá-los, dessa forma, nos dias de hoje, mas escuta-se comentários de sua existência.

Dessa forma, entende-se que o catador passou a ser um sujeito ativo do processo da reciclagem dos resíduos sólidos, como também o principal agente da dinâmica econômica para a indústria da reciclagem no Brasil.

A seguir, destacar-se-á alguns pontos cruciais do processo organizador da associação de catadores Érick Soares, partindo-se do ponto de análise interna da organização.

4.3.1 Cooperação e solidariedade

Os dois termos, acima citados, apresentam-se intrínsecos ao contexto da Associação de Catadores Érick Soares, ainda que em níveis diferenciados de acordo com as épocas vividas e o processo de convivência que passaram a ter os membros da associação ao longo do tempo, destacando a intensidade dessas relações. Refere-se ao período anterior às manifestações no lixão e posterior ao ato, com a consolidação do grupo associativo e organizado.

Vários membros da Associação Érick Soares já catavam no lixão, há pelo menos 10 ou 12 anos atrás. Uma característica da associação é o fato da maioria dos membros pertencerem a mesma família, catando lixo há vários anos. O grau de parentesco está entre tios, irmãos, primos, cunhados e parentes distantes.

Os textos no livro “Do lixo à Cidadania – estratégias para a ação” publicado em 1999, escritos por Abreu (2001) em parceria com a UNICEF e Fórum Nacional Lixo & Cidadania, a partir de uma pesquisa realizada em 1999 pela “Água e Vida” nos lixões do Brasil relatava este tipo de realidade.

Muitas crianças nascidas no lixão são filhas de pais que também nasceram ali. Desde os primeiros dias de vida essas crianças são expostas à movimentação de caminhões e de máquinas, à poeira, ao fogo, aos objetos cortantes contaminados, aos alimentos podres. Ajudam seus pais a catar e embalagens velhas, a separar jornais e papelões, a carregar pesados fardos, a alimentar porcos. Muitos desses meninos e meninas estão desnutridos e doentes. Sofrem de pneumonia, doenças de pele, diarreia, dengue, leptospirose, febre tifóide... (ABREU, 2001)

4.3.1.1 Momentos anteriores à manifestação no lixão

A catação dos materiais recicláveis, no lixão, acontecia de maneira desarticulada, do ponto de vista organizativo da associação de catadores Érick Soares. Não havia ainda razões concretas para o trabalho organizado e coletivo consensual, pois a disputa interna no lixão pelo resíduo era fervorosa e intensa, e, mesmo que refletindo no grupo familiar, não era algo que se presenciava no seu interior.

Quando se fala que a cooperação e solidariedade aconteciam, no ambiente do lixão, tanto pelos catadores individuais quanto pelos catadores da hoje Associação Érick Soares, é porque havia questões de mutualidade envolvendo as pessoas, ainda que de maneira incipiente.

No nosso mundo ocidental, a conseqüente relação, envolvendo questões lucrativas que o capitalismo fez desenvolver nas pessoas acabou por distorcer, dentre outras coisas, a nossa compreensão desses comportamentos preciosos, de uma época que não é tão distante. Era uma relação indireta entre essas pessoas que denotava questões de solidariedade, ajuda e respeito mútuo. Machado³¹ (2003)

³¹ Geraldo Machado é Diretor Geral da Fundação Luís Eduardo Guimarães. Em seu texto ele retrata uma época vivida por outras sociedades baseadas na solidariedade e na ajuda mútua.

propõe um entendimento mais aguçado sobre o termo economia e que a solidariedade organizada vem sendo um importante vetor organizador da produção.

Para Melo Lisboa (2003), as relações de solidariedade são vividas desde muito tempo, por relações diretas, destacando-se o convívio assíduo entre comunidades, familiares e a estreita relação entre vizinhos.

A dinâmica do trabalho no lixão acontecia e acontece da seguinte forma, a partir do relato dos membros da associação:

Agente fica na barraca (no abrigo) – este espaço demarca a ocupação de pessoas na catação no lixão -, todo mundo junto. Ali acontece a guarda do material, a catação, separação e colocação dos resíduos nos Begs pelas pessoas. Quando chega a caçamba, com o lixo de Abreu, todo mundo corre e fica em baixo do carro, incluindo os catadores individuais... é muita disputa... Essa correria acontece porque naquele momento estão para chegar os melhores resíduos, e todo mundo corre para conseguir esses resíduos...

Nessa dinâmica quem ficava no abrigo olhava o material do outro. O caso dos catadores da Erick Soares é peculiar, porque naquele momento mesmo que não houvesse ainda o sentimento de grupo organizado, a aproximação acontecia por conta do grau de parentesco, da necessidade do momento, da conveniência e do respeito e confiança mútua.

Além dos aspectos da rivalidade no lixão, no lema dos catadores: “cada um por si e o resto que se dane”, a disputa intensa pelos resíduos e a não organização desses trabalhadores, pairava, também, um sentimento desprezível de ser e de ser, de existir dessas pessoas, provocado pela situação de estar no lixão convivendo com o lixo. No relato de uma catadora da associação, anterior ao trabalho organizado ela diz:

Nos sentíamos o próprio lixo, as pessoas viam isso e eu também. Me sentia o lixo, convivendo com os urubus e disputando com eles o mesmo espaço... brigando... um bando de gente mal vestido, sujos. Brigando pela sobrevivência como os urubus estão lá... Eu me sentia um lixo antes de entrar na associação... (Catadora, nº5).

As pessoas estão no lixão por vários motivos, dentre eles a decrescente situação de empregos que, basicamente, consiste na realidade do município. “Revolta da própria condição de vida, de fome, tendo filhos para dar de comer, manter e ter uma casa, pagar as contas...”. Esses são alguns dos relatos trazidos pelos membros do grupo que, ao mesmo tempo, passam a se orgulhar da sua atividade associativa, quando se percebem promotores de algumas ações benéficas para a sociedade, como a limpeza das ruas, a defesa do meio ambiente e o sustento que passaram a ter com os materiais recicláveis que coletam. É o que se irá explorar no ponto a seguir.

4.3.1.2 Momentos posteriores à manifestação no lixão

As lutas sociais em prol de uma maioria desfavorecida são desencadeadas pelos contrastes socioeconômicos diversos relativos à exploração do trabalho e ao trabalho precário, à ausência de reconhecimento da sociedade e principalmente do poder local, bem como outras situações mais emergentes de acordo com o ambiente de desenvolvimento das atividades de trabalho que os catadores vivenciam, retratando a realidade de reivindicação dessas pessoas.

Um movimento de protesto envolvendo vários atores sociais, num momento importante na sociedade brasileira que era, a situação de não ter crianças no lixão, a

exposição de pessoas às péssimas condições de trabalho, com riscos sérios a suas vidas e à sua saúde tiveram repercussões em todo o Brasil, configurando em vários contextos regionais sua própria situação.

Em Pernambuco, alguns atores foram importantes nesse processo como o Gabinete da Deputada Ceça Ribeiro que há algum tempo tem suas iniciativas em defesa do meio ambiente e da melhoria das condições de vida de catadores. Na manifestação, estavam presentes também os professores da rede pública de ensino, o movimento dos catadores e várias outras pessoas da sociedade civil organizada. Neste ato, organizado pelos catadores da Érick Soares, juntamente com o próprio Érick Soares, foi um marco para a construção do processo coletivo na perspectiva do trabalho organizado, refletindo, inclusive, a iniciativa desses trabalhadores, partindo do endógeno, ou seja, das pessoas, no sentido de sua mobilização social com atenção na gestão pública desarticulada.

César Rodrigues (2002) comenta que os efeitos perversos da globalização neoliberal atingiram, diretamente, vários países do globo, em especial a América Latina. Esta esteve alicerçada, em condições adversas, à população de baixa renda a partir de diferentes níveis de ação no campo político e econômico, fazendo provocar o senso de protesto de várias pessoas e organizações de todo o mundo, denunciando os modos de governar excludentes, trazendo, inclusive, um debate primordial sobre os caminhos futuros que a população mundial precisa tomar daqui para frente.

A manifestação no lixão de Inhamã, pelos catadores, resultou também do interesse, do apoio, e da contribuição desses atores para o crescimento daquele grupo que esteve protagonizando o manifesto. Uma dessas contribuições foi o

oferecimento e doação de um espaço para que o grupo pudesse desenvolver suas atividades. Esse espaço serve como referência de uma sede e para realização de reuniões e outros trabalhos. A formalização primeira do grupo, e enquanto cooperativa, foi incentivada através de recursos pelo gabinete da deputada Ceça Ribeiro, o JETON. Um tipo de verba que os parlamentares recebem para ser aplicada em atividades sociais, no entanto, atualmente um projeto de lei foi aprovado com o objetivo de acabar com esse tipo de verba pelos parlamentares, uma vez que parece imperar, entre os parlamentares, a corrupção no uso desse recurso.

Nessa perspectiva, com a formalização da cooperativa Erick Soares em 2003, os trabalhos do grupo passaram a ter uma referência, o trabalho coletivo e organizado, pelo menos era o proposto. Alguns cursos foram realizados na tentativa de poder avançar a questão que envolvia o trabalho coletivo, o que não alcançado, naquele momento. De certa maneira, os catadores não tinham mais a referência do trabalho desorganizado no lixão, mas sim a cooperativa de catadores Erick Soares que cata no lixão. O nome da entidade foi uma homenagem prestada ao catador Erick Soares que faleceu meses depois e exercia a atividade de catação dos resíduos sólidos no lixão de Inhamã. A titulação cooperativa para o grupo tinha um significado importante, e de maneira ainda pouco aprimorada levou seus trabalhos coletivamente. Não foram elaborados, efetivamente, alguns pontos primordiais para o processo organizativo, como a divisão de tarefas, a forma de retirada dos membros, a gestão e outros aspectos relevantes do processo complexo da composição de um grupo associativo.

A formação do grupo em cooperativa não durou muito tempo. Não tinham sido planejadas, concretamente, formas da cooperativa acumular um recurso para

arcarem com as despesas da mesma. O grupo passou a ser associação em 2004, uma decisão que teve como consequência a diminuição dos gastos que, em outros momentos, impossibilitavam o desenvolvimento de suas atividades.

4.3.1.3 As várias possibilidades do processo organizativo

O processo organizativo possibilita uma série de relações no sentido de promover o ato coletivo, como por exemplo:

...Uma relação de vizinhança entre pessoas, seja no grupo ou fora do grupo. Quando um precisa do outro, sempre tem alguém para ajudar. Eu acho que se não tiver cumplicidade o grupo não funciona. Trabalhamos o dia inteiro no lixão e vamos embora de tardezinha. Eu acho que não funcionaria se você não se envolvesse com os problemas de cada um no grupo. Às vezes um precisa do outro e imediatamente todo mundo se mobiliza para ajudar, isso pode acontecer com qualquer um... (Grupo de catadores).

As relações pessoais iam se consolidando no momento que cada um dos membros da associação Érick Soares se via como pertencente a uma organização coletiva, o que passou a ser motivo de orgulho para todos os componentes:

Somos representados em vários lugares... E isso deixa agente orgulhoso. O reconhecimento do grupo, em outros lugares, tenho certeza, deixa a gente muito feliz, eu e outras pessoas, coisa que a gente não sentia antigamente... (Catadora, nº3)

O sentimento de pertencer a um grupo, despertou senso pelo trabalho coletivo através do respeito mútuo e justiça, impedindo que outras pessoas se aproveitassem dessa postura tomada para as atividades de coleta no lixão. A relevância desse fato

está relacionada à atitude de algumas pessoas no grupo que saíram da associação por não se dedicarem ao trabalho. Havia, segundo alguns catadores, uma certa dependência de alguns membros que não desempenhavam, de maneira correta, seu trabalho, esquivando-se conseqüentemente das atividades e das pessoas.

A partir dessa realidade, passou a ser consideradas pela associação as dimensões coletivas abrangentes do processo formativo, fator importante para a entrada de novas pessoas no grupo. Isso porque não havia, na associação, uma forma de decidir sobre a permanência de membros associados, caso houvesse desordem e desrespeito aos trabalhos, ou seja, pessoas estarem se aproveitando do lema do trabalho coletivo, sem dar sua contribuição devida ao grupo.

Esse ponto foi profundamente discutido a partir da intervenção da INCUBACOOP da UFRPE. Houve várias reuniões e o grupo decidiu internamente modificar suas estratégias de ação e afastar três pessoas da associação, salvo aqueles que quisessem dividir, por igual, as atividades de trabalho, ou seja, puxar carroça, pegar e separar o material. Essa nova dinâmica foi refletida pelos membros da associação e decidida coletivamente. Cada membro coleta individualmente e vende coletivamente, de forma que um ajuda ao outro. Quando se faz necessário, há uma unanimidade do grupo quanto à participação de alguns membros em reuniões importantes.

Outro fato interessante foi as atividades em duplas que possibilitaram a outras pessoas interessadas a oportunidade de trabalho, diminuindo, assim, a carga de trabalho que antes era de uma única pessoa. A negociação, do que é vendido na equipe, entre as duplas acontece de modo diferente, isto é, pessoas que dividem por

igual os ganhos e outras que oferecem uma percentagem para o outro componente da dupla.

4.3.2 Liderança e autogestão

A questão da liderança em organizações coletivas, a partir de algumas realidades, perpassa pela idéia de chefe.

O líder é a pessoa que chega, muitas vezes, a se responsabilizar pela maioria das coisas no grupo, inclusive, desencadeando uma cultura de centralização e permanência à frente da organização.

Observa-se, também, que os líderes se sobrecarregam de responsabilidades. Algo gerado de um processo do tipo: tudo quem faz é o líder ou quem resolve as coisas externas ao grupo.

Um grupo, como a associação Érick Soares, trabalha o dia inteiro no lixão e na maioria das vezes não tem como participar das reuniões. Como sou a representante presidente do grupo me disponho para essas coisas... Mas tô incentivando o restante a participarem... (Catadora nº2).

Optou-se por destacar o tipo de liderança exercida na associação de catadores Érick Soares e ver como esta se configura no dia -a-dia do grupo. Destacar-se-á dois tipos de liderança: a democrática e a autoritária, entendendo que essas posturas são relevantes quanto a um contexto de um grupo popular no processo de formação de um empreendimento econômico solidário.

Uma característica peculiar, na associação Érick Soares, é o fato de no grupo, todos fazem de tudo, ou seja, cata, separa e vende, num período de 12 horas diárias, de segunda a sexta-feira, e aos sábados das 09:00 às 16:00. Este é um ponto será discutido mais adiante, quando se adentrará na questão das condições de trabalho do grupo.

Na associação de catadores Érick Soares, inicialmente, apenas duas pessoas representavam o grupo em reuniões, cursos e outras tarefas externas ao mesmo. Havia e há uma certa timidez e vergonha dos membros da associação em participar de atividades externas ao grupo, uma vez que só nesse momento se consegue observar uma certa vontade de alguns em querer se envolver em outras atividades. A timidez e vergonha são sentimentos muito fortes no grupo como um todo. Isso é ratificado num comentário feito por um integrante do grupo:

Mesmo que não seja falado algo, uma queixa, ou coisa qualquer que discordem na frente das pessoas com quem se reúnem, os catadores acabam por despejar em cima de mim, suas queixas. Na realidade eles sentem tudo, um olhar, quando são enganados, promessas não cumpridas. Só recentemente eles arriscam falar nas reuniões e dizem às vezes o que querem... (Catadora nº2)

A liderança democrática na associação, a partir de atitudes motivadas pela presidente retrata o rigor e esforço que se faz para envolver os membros, retratando uma atitude que deveria ser característica de qualquer empreendimento solidário. Nota-se que em outras organizações associativas tanto de catadores como de outros ramos de trabalho há um certo comodismo e indisponibilidade dos membros para as ações que competem, muitas vezes, à maioria dos membros do grupo para uma decisão e uma ação efetiva.

Referente à questão da liderança, na associação Érick Soares, vê-se a representatividade e o valor que o movimento de catadores depositou na associação elegendo-a como outra representação do Estado. Essa decisão, vinda do movimento, faz impulsionar outras pessoas no interior da associação a tomarem iniciativas que antes não existiam.

Recentemente, o V Festival Lixo e Cidadania realizado em Belo Horizonte destacou-se pela apresentação da representante da Érick Soares ao movimento nacional, que foi incumbida, por meio de duas pessoas, representar o Nordeste e o Estado de Pernambuco diante das demandas de sua realidade territorial e do movimento nacional.

O trabalho intenso no lixão é também um fator limitante, na visão do grupo, para que não haja um maior envolvimento dos membros nas reuniões e em outras atividades. Para o grupo garantir a sua renda na quinzena e, neste momento, no mês, é um aspecto primordial que reflete em uma atividade mais assídua dos outros membros, uma vez que não se ganha pelo dia não trabalhado, mesmo que haja uma gratificação da associação, pois esta não é suficiente.

Trabalhar na catação é a única coisa que nós catadores não abrimos mão, porque não existe outra forma de ganhar dinheiro. E o trabalho deixa eles e todo mundo feliz, porque sabem que no final da mês vão receber por aquilo... Todo mundo tá se esforçando para participar das atividades de capacitação porque também é bom para gente... (Catadora nº2).

Acontecendo as reuniões e outras atividades externas no grupo, quando não há possibilidade de outros membros participarem, a presidente tem a função e obrigação de repassar os informes a fim de encaminhar ações, atividades ou manter

informados os membros sobre o que aconteceu naqueles momentos, envolvendo, às vezes, os catadores de outros estados. Em outras situações, a presidente da associação vai muito mais além do que prega uma liderança democrática, ela cobra dos seus membros a devida participação nas decisões, voz ativa nas reuniões, e, havendo algum tipo de reclamação, esta terá que ser feita no momento das reuniões diante dos parceiros, quando todos estiverem presentes.

Numa liderança autoritária as atividades acontecem de forma centralizada, e esta ainda detém o poder não repassando as informações necessárias para a tomada de conhecimento do grupo e do que esteja acontecendo. Regimes autoritários de gestão não permitem o crescimento de uma dada entidade e/ou das pessoas que dela fazem parte.

Ao contrário disso, vê-se que o princípio da autogestão é o do ato coletivo e consensual. Havendo conflitos, estes são pertinentes e passíveis de soluções. Muda-se de figura no momento que se tem pessoas participando das decisões e a natureza dessas é democrática, porque partem dos sujeitos (ALBUQUERQUE, 2003).

A autogestão é para além da habilidade de lidar com a parte econômica de um grupo organizado ou da gestão do empreendimento. Seus aspectos assumem largamente um caráter plural das suas ações. É a forma de lidar com as pessoas, das relações provindas do negócio coletivo, da gestão democrática, da solidariedade, da preocupação com as dimensões sociais, culturais e políticas do empreendimento econômico solidário. Aliás, a questão política é entendida dependendo de sua situação e de quem a promova. O sentido maior da ação autogestionária no interior do empreendimento pelas pessoas está na sua

capacidade de promoção da democracia, da participação e isso, na visão de Melo Neto (2004), pressupõe o desaparecimento da propriedade privada.

Esse parece ser um aspecto bastante relevante, principalmente, quando se identifica no interior de um grupo associativo de catadores como, os catadores da associação Érick Soares, esse conjunto de práticas sociais aflorados, tendo em sua forma de decisão um jeito peculiar de encaminhar suas ações, propiciando o ato coletivo e a motivação dos membros para a que estão da participação.

Nessa perspectiva, a autogestão não pode, de maneira alguma, ser uma perspectiva independente e isolada, não deixando de considerar que na prática ela se consolida pela sua capacidade harmônica de gestão do empreendimento, de sua sustentabilidade e dos membros, entendendo a sua autodeterminação e poder de decisão sobre o que é certo ou errado para as pessoas que vivenciam o processo de desenvolvimento do grupo associativo.

Dessa maneira, algumas questões foram colocadas em relação aos empreendimentos econômicos solidários e de certa maneira suas características dirigidas, primordialmente, à sua capacidade autogestionária, motivada por princípios de participação, democracia, controle interno dos membros e a clareza das ações para o negócio. Não só a motivação por fatores econômicos consiste na superação dessa racionalidade econômica expressada pelo capitalismo, configura-se, no grupo coletivo, pela capacidade, através das suas ações educativas, no caso da associação, de inserção no projeto Mova-Brasil³² de alfabetização para a cidadania,

³² O Projeto Mova-Brasil chega em Pernambuco com o patrocínio da PETROBRÁS. A INCUBACOOP/UFRPE foi a articuladora principal no estado com o apoio do movimento de catadores no sentido de implantar o projeto, que tem como objetivo a alfabetização com catadores na perspectiva freiriana e a metodologia participativa. A cidade de Abreu e Lima, atualmente, possui três turmas, incluindo os membros da associação Érick Soares.

valorizando o sentido da comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem.

Outro ponto em questão diz respeito ao esforço concertado do empreendimento coletivo, impulsionando suas capacidades endógenas através da mobilização e estratégias no alcance de seus objetivos, não meramente econômicos, mas considerando vários outros aspectos direcionados ao trabalho autônomo.

Franco (2000) destaca como necessário superar alguns mitos impregnados na sociedade para que ocorra o desenvolvimento comunitário, salientando que enquanto se deixa ser colonizado por mitos do tipo “uma localidade pobre não tem recursos para prover o desenvolvimento” estar-se-á deixando de adquirir confiança suficiente para a transformação em agentes do desenvolvimento. Logo, deve-se procurar libertar dos preconceitos arraigados pela cultura da dependência, da necessidade determinante de crescer tão unicamente pela via econômica, bem como a concepção de que só alguém de fora pode resolver os problemas de uma comunidade.

Para a associação de catadores Erick Soares, se faz necessário entender que mesmo incorporando as novas perspectivas para o desenvolvimento de seus trabalhos envolvendo seus membros, ou seja, uma gestão coletiva, a apropriação de novas tecnologias ou formas de agir e gerir seu negócio, a maneira solidária de respeito mútuo, cada experiência é uma experiência única com suas tensões e acertos à medida que o grupo se considera capaz de controlar seus conflitos. Refere-se ao resgate do saber acumulado a partir da experiência concreta existente entre pessoas, que, em algumas situações são incompreensíveis aos olhos técnicos de alguns agentes, que tentam promover o desenvolvimento, sem considerar essas

nuances da dinâmica social. O saber acumulado é transmitido de pessoa para pessoa, geração a geração, cabendo a quem está de fora reconhecer as capacidades endógenas desses trabalhadores como também suas localidades de organização e a construção de seus caminhos de forma autônoma.

Na prática cooperativa, há de se considerar esses processos como não sendo, fáceis de construir. O espaço é de conflitos e a cultura, permeada de autoritarismos e individualismos, modelo profundo herdado de uma época não muito distante, estruturada e revestida nos dias atuais pelos ditames do progresso tecnológico da sociedade moderna, que, de certa forma, traz a pobreza e a miséria pelo seu uso indevido. Dessa forma, compreender um processo cultural consiste tão somente de paciência para a construção de algo realmente novo, como de um caráter especial que reflita as vontades verdadeiras de uma dada coletividade.

4.3.3 Condições de trabalho

O debate atual que considera as dimensões do trabalho individual e coletivo, tanto na perspectiva do empregado numa empresa ou indústria, como no desenvolvimento de atividades para o trabalho coletivo e organizado por pessoas, traz algumas nuances com respeito às condições no ambiente de trabalho em que vários trabalhadores têm vivenciado, através de experiências frustrantes, seja ela da plena exploração dos trabalhadores nos setores formais empresa ou indústria, ou da degradação humana e/ou trabalho precarizado vivenciados por grupo coletivos.

Alguns autores como Singer (2002), Santos (2002) comentam sobre a situação do emprego precário no mundo moderno e do avanço tecnológico – baixos salários, condições insalubres de trabalho, riscos de vida vivenciados pelos trabalhadores, a

exploração e dependência do trabalhador aos desmandes do patrão. Em meio a todos esses contextos, ressalta-se também, no setor informal, a exemplo de grupos de catadores e recicladores que catam em lixões, nas ruas, estes sobrevivendo sem a mínima condição necessária para o desenvolvimento de suas atividades. O envolvimento de crianças e adultos em trabalho escravo e submisso bem como uma realidade desse cenário, quando atrelados a donos de depósitos.

Estes são os vários cenários no Brasil e no mundo moderno de hoje para as condições de trabalho de pessoas que deveriam ter uma atenção especial, porque fazem parte, em sua grande maioria, de situações cujo tipo de atividade sustentam uma parte da economia de uma nação, mesmo que vivendo na informalidade.

É o caso dos catadores(as) de materiais recicláveis, exclusivamente, os que realizam suas atividades nos lixões e nas ruas, organizados e não organizados. O Programa Nacional Lixo e Cidadania propõe uma série de medidas aos governos de todo o Brasil, após pesquisa realizada pela UNICEF. Algumas delas são Água e Vida, Fórum Nacional intitulada “Criança no lixo nunca mais”. Sugeriu-se, não faz muito tempo, aos municípios medidas do tipo: tirar as crianças dos lixões, num momento crucial do cenário nacional onde se apresentam dezenas de milhares de famílias vivendo do lixo, de modo que viessem a envolver as famílias em programa de coleta seletiva juntamente com o poder local. Na visão do fórum, um fato era premente, naquele cenário, como o é ainda hoje: na maioria das situações de pessoas trabalhando nos lixões, quando havia a presença da mulher neste ambiente, representando a família, esta estava acompanhada de seus filhos.

A gente sai de manhãzinha... 05:00 horas e volta às 17:00. Almoçamos lá, porque levamos o almoço de manhã. Não é

bom, mas fazer o quê... Se agente voltar pra casa perde muito... É realmente muito ruim no lixão... Tem muita criança, mas agente não leva nossas crianças pra lá e não deixa que crianças entre no grupo... (Catadores da associação Érick Soares).

Para melhor se entender a realidade desses trabalhadores, ressalta-se o cotidiano das pessoas que sobrevivem da catação desses resíduos nos lixões, uma vez que estes têm histórias diferenciadas, mesmo no interior da Associação Érick Soares.

O lixão de Inhamã atrai pessoas de diferentes lugares, inclui pessoas morando nas suas redondezas, não porque se hospedaram ali, mas, principalmente, pelo avanço do lixo próximo as suas casas. Boa parte destes moradores cata o lixo, separando-o e vendendo-o para os donos de depósito que estacionam seus caminhões no terreno do lixão. Há em média 150 famílias, incluindo a associação Érick Soares que catam diariamente, na expectativa da chegada do caminhão caçamba. Momento este de grande disputa.

Para se ter uma idéia, o lixo misturado (dejetos, alimentos, resíduos sólidos, químicos, hospitalares), quando em fase de deterioração e multiplicação de microrganismos patogênicos, ou seja, que provocam doenças, produzem um tipo de líquido escuro e fétido chamado de chorume. O perigo recorrente desse líquido em contato com o corpo pode causar danos à saúde humana, muitas vezes irreversível, havendo casos em que as pessoas ficaram cegas, devido ao contato com o chorume.

“São jovens com semblantes de pessoas velhas, velhos tristes e os adultos desolados. Todos com suas perspectivas de futuro comprometidas pela precariedade do trabalho ou pelo

desenvolvimento de doenças. Não há sorrisos gratuitos, mesmo quando provocados com graça, e, não há muita coisa para se contar porque a necessidade de comer é gritante”, “o silêncio fala mais alto”.

O espaço do lixão foi também tomado pelos donos de depósitos que, ao longo do tempo, se apropriaram do local para fazerem do ambiente do lixão ponto de comércio, provocando a diminuição de até 50% do valor do resíduo oferecido pelo mercado pelos catadores individuais numa dependência extrema, acentuando a exploração no local. Deve-se ressaltar que os catadores da associação Érick Soares vendem seus resíduos de maneira independente e no espaço da associação. Há casos de troca dos resíduos por drogas e bebidas alcoólicas, segundo depoimento de catadores da própria associação.

Após a catação realizada pelos membros da associação, o próximo passo é transportar o resíduo sobre as carroças para a sede da associação. O percurso, embora próximo, torna-se distante pelo peso do material reciclável nas carroças, chegando de 350 a 400 quilos. Carroça puxada por um homem com o auxílio de duas ou três pessoas empurrando-a, geralmente mulheres. O trajeto pela estrada seria o caminho mais lógico pela condição de asfalto e facilidade de locomoção e movimento. Mas, o grupo prefere percorrer pela mata, um caminho que reduz o sacrifício da distância, até a sua chegada à associação.

Na associação, o resíduo é separado por todos que coletaram e dividido por categoria (ferro, plástico, pet, cacarecos e outros), pois quando o comprador depositeiro chegar, o ambiente deverá estar preparado para a venda do material. Tudo é contabilizado, registrado e, em seguida, realiza-se o pagamento do grupo e a divisão do dinheiro para os membros da associação.

Todo esse trabalho é realizado de forma bem profissional e séria. É possível se observar, apesar de toda dificuldade de trabalho dos catadores, o profissionalismo que eles levam suas atividades, a partir do processo dinâmico das condições de trabalho, mediante a separação e o conhecimento dos resíduos mais valiosos, a categoria remetida aos materiais recicláveis, a venda e a negociação com o comprador.

É bom se destacar a situação acima descrita, porque o sujeito catador, na sociedade brasileira, é visto de forma muito preconceituosa. São confundidos com marginais. O medo pela sua chegada às residências para pegar o material reciclável é muito visível, imagem herdada pelo fato de realizarem seu trabalho no lixão. A perspectiva associativista tem provado que, a partir da organização desses trabalhadores, suas estratégias para a coleta domiciliar, como também a apresentação e o diálogo com as pessoas sobre a importância da sua atividade têm elucidado, ao longo do tempo, para a população, o valor que este profissional tem, principalmente, no que tange a um trabalho que preserva o meio ambiente, traz renda para suas famílias, através do exercício profissional, dignificando-os. No relato, de dois membros do grupo, destaca-se dois depoimentos que despertam interesse:

Já tive várias propostas de emprego de carteira assinada. O trabalho era para ser camareira num hotel, porque tenho experiência e o dono sabia da minha competência. Não aceitei... Primeiro que estou com eles há muito tempo, eu digo com o grupo. Muitos deles são da minha família. E eu tô cansada de trabalhar assim. Escolhi a associação... (catadora nº2)

Se for para ganhar menos ou igual ao que ganho, não vou... Retiro por mês próximo ou mais de R\$400 reais e isso as empresas não têm pra me dar... (catador nº4)

Com esse depoimento, ver-se o quanto é importante esse tipo de realidade, ao contrário do que se pensa e se vê referente aos catadores. Estes se sentem valorizados pela sua atividade organizada e associativa. Esse aspecto econômico de sua renda prova a importância da sua categoria para o trabalho de catação de materiais recicláveis.

4.4 Análise das relações da associação de catadores Érick Soares com seu entorno

4.4.1 Articulação

O desenvolvimento visto como um fenômeno social a partir de um movimento de pessoas e instituições em direção a algo melhor, reflete na relação complexa entre esses sujeitos em virtude dos vários aspectos de suas vidas. Um deles está relacionado ao associativismo, expressando a ação interna e um envolvimento de vários atores externos em prol do benefício de todos que fazem o desenvolvimento acontecer, em particular o caso da associação Érick Soares na comunidade do Fosfato. Dessa maneira, estar-se-á situando, neste texto, a relação de determinados sujeitos envolvidos no contexto da associação de catadores Érick Soares e a relação entre seus membros, bem como o esforço conciliatório desta ação.

Dando um outro sentido a frase acima citada, ter-se-á, então, o fenômeno do desenvolvimento no sentido da aproximação, da identidade, da solidariedade, da colaboração, da cooperação, da confiança entre pessoas ou grupos econômicos

solidários, podendo ser estendido a partir das idéias e principalmente das práticas sociais estejam elas no universo da questão política, cultural e/ou econômica.

Nesta dinâmica está a razão de ser do desenvolvimento local e de seu papel na construção da economia solidária. Um movimento em direção ao outro. Algo que se traduz numa nova cultura organizacional de sociedade. Paul Singer (2003) afirma que a economia solidária é uma criação dos próprios trabalhadores e sua ação articulada pressupõe esse tipo de configuração social.

No caso da associação Érick Soares, questões como solidariedade, confiança, respeito, ajuda mútua ao lado da questão econômica, trazida pela força de seu trabalho, favorecem a compreensão do trabalho coletivo, a partir de novas perspectivas e das relações provindas destas formas de se trabalhar.

Será importante, para esse momento, destacar -se algumas citações ocorridas no II Congresso Latino Americano de Catadores/as³³ que tiveram como resultados um conjunto de objetivos a serem alcançados no decurso das ações do movimento de catadores. Alguns desses objetivos foram fundamentais. Um deles é a conquista de políticas públicas elaboradas e executadas com a participação democrática dos catadores; outro aspecto está aliado ao fortalecimento da solidariedade e a articulação do movimento dos catadores nos estados do Brasil e nos países da América Latina. Essas foram algumas das orientações surgidas nesse segundo congresso dos catadores com o propósito de organização coletiva, de solidariedade e de consciência da importância das atividades por eles desenvolvidas.

O resultado destas lutas teve, recentemente, a sanção da lei de coleta seletiva no Estado de Pernambuco. Além da obrigação da implantação da coleta seletiva em

³³ II Congresso Latino Americano de Catadores (as) realizado em São Leopoldo/RS, Janeiro de 2005.

condomínios residenciais, empresas e indústrias, órgãos públicos, federais, estaduais e municipais, no Artigo 8º da lei n. 13.047, de 26 de junho de 2006 é declarada a seguinte questão: Fica estabelecido que todos os estabelecimentos citados deverão celebrar contratos de parcerias com associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, bem como associações de bairro no âmbito dos municípios.

Para a associação Érick Soares ter o movimento como a maior representação dos catadores é, entre as demais articulações do grupo, o significado mais autêntico para a categoria, uma vez que está registrada na cartilha de formação gerada do acúmulo dos congressos realizados em Caxias do Sul, o primeiro em 2003, e, em São Leopoldo em 2005 “uma nova forma de estar e viver no mundo coletivamente, livres de toda opressão e exploração da sociedade capitalista”.

Hoje temos na associação de catadores Érick Soares uma representação direta dentro do movimento, aqui em Pernambuco. E isso é muito importante para nós porque legitima nossa ação, tanto da Érick Soares como no próprio movimento. Ficamos mais próximos das ações do movimento com o nosso povo. Às vezes reclamamos quando nada chega no grupo, mas temos que entender porque não corremos atrás... (catadora nº2).

Os resultados dos trabalhos realizados pela UNICEF desde 1994, com a pesquisa a nível nacional e pelo Programa Nacional Lixo e Cidadania, na pesquisa realizada pela Água e Vida em 1999, ecoando em outros países do globo, trazem um fluxo de informações aprofundadas, gerando, com isso, várias ações e propostas para os poderes públicos em virtude da alarmante situação do lixo, das crianças que estão no lixão e das pessoas que vivem dele. Naquele momento, a questão do lixo trazia vários questionamentos sobre as pessoas que lidavam com lixo no ambiente

do lixão diariamente. A saber também como estas questões começam, quais eram as causas e suas conseqüências.

Um ponto interessante que se observou, com demasiada freqüência, foi a incapacidade e a incompetência das ações pelos gestores públicos em determinadas situações complexas e difíceis de serem resolvidas, como exemplo a situação dos catadores no lixão, uma vez que esta não foi tratada com a devida importância.

Não há uma reflexão nem uma vontade política, em especial da gestão de Abreu e Lima, para uma tentativa de superar as desigualdades sociais. Apesar de comum, a não tentativa de achar uma solução para esses trabalhadores, os gestores consideram ainda algumas situações sociais insuperáveis, como é o caso dos catadores, principalmente, aqueles que trabalham nos lixões.

Como romper com essas opiniões, modos de pensar, fingir que as coisas acontecem para mudar, sem haver a motivação para a mudança, a partir de novas perspectivas de trabalho, de viver ou mesmo da gestão municipal ?. Com isso, não se deseja afirmar que seja correta a ausência do poder público nesse tipo de ação. Pelo contrário, é imprescindível que a presença da gestão pública esteja ativa e, principalmente, que esta seja bem estruturada para um trabalho conjunto de coleta seletiva municipal com os catadores.

Vários autores como Jara (2001) Buarque (2000) e Santos (2002) ratificam que o desenvolvimento local se complementa, nessa nova perspectiva, ou seja, a do enfoque que favorece a mobilização e organização social. Importa antes entender que o ponto de partida para romper com o fatalismo das coisas que não se sucedem,

que não têm mais jeito, é reconhecer que toda iniciativa social é criada a partir de um nós, pelo agir e o não agir de cada um.

O caso da associação Érick Soares é emblemático, tendo como perspectiva uma proposta horizontal das ações do trabalho pela coleta seletiva integrada ao município, trazendo, com o processo, novos apoios a partir da coleta domiciliar com a inclusão de novos membros no grupo. Esta é uma proposta que, particularmente, caminha no sentido de se consolidar pela ação efetiva dos vários atores envolvidos no processo para a sua implementação.

É nesse contexto que o desenvolvimento local surge como um fator de reintegração social, dos laços e da construção de vínculos com a sociedade, de reconhecimento e de identidade com aquilo que se está lidando. Sérgio Buarque (2000) reforça um ponto crucial que é o fato da referência das múltiplas ações existirem numa dada realidade que é complementada de acordo com as demandas locais, através dos resultados consistentes que implicam nas devidas mudanças.

No contexto citado tais processos implicam, portanto, segundo Oliveira (2002), na necessidade de se formar cidadãos e da criação dos espaços necessários às pessoas que, além de conquistarem seus direitos, o exerçam integralmente, fortalecendo as organizações sociais.

A necessidade da mobilização social para o fortalecimento e a autonomia dos grupos econômicos solidários e comunidades trará como conseqüências ações e iniciativas endógenas na perspectiva de sua valorização e do interesse coletivo local, identificando os recursos materiais e humanos com o enfoque participativo dos agentes internos e externos, ou seja, dos segmentos organizados da sociedade que os levem objetivamente à sua autonomia, sendo alguns desses agentes, os/as:

- Fóruns formados pelos movimentos sociais;
- Organizações não governamentais;
- Governos: federal, estadual e municipal;
- Instituições públicas de ensino;
- Programas e projetos de desenvolvimento ;
- Associações comunitárias;
- Empresas e indústrias;

O espaço concertado nesta articulação entre os atores sociais, ou seja, o grupo produtivo mobilizado e seus aspectos relevantes e o seu envolvimento com a sociedade civil organizada é condizente ao que se coloca em relação à questão paradigmática do desenvolvimento que sofre transformações pertinentes a partir das experiências de desenvolvimento local evidenciadas nas estratégias estabelecidas pelos atores envolvidos.

O desenvolvimento observado no paradigma **de baixo para cima**, a partir da ação das pessoas, permite este tipo de resposta em que se considera o processo evolutivo dos principais protagonistas do processo no sistema que se encontram contextualizados, na sua realidade local. O fortalecimento da organização comunitária, pelo processo de parceria, reforça a priori a sustentabilidade socioeconômica, política e ambiental da trajetória do desenvolvimento local.

As manifestações que se deram no lixão de Abreu e Lima serviram como ponto de partida para a consolidação tanto na esfera do grupo associativo, quanto à relação com outras entidades para o fortalecimento das atividades, principalmente, o

crescimento pessoal concernente à ampliação da visão cultural, política das coisas da vida e de pensar que uma vida melhor é possível a partir do trabalho associativo.

Com relação ao envolvimento da associação com outras organizações, percebe-se um avanço. A associação Érick Soares tem clareza, hoje, dos objetivos que quer alcançar. Diante disso, a aproximação entre uma instituição e a associação se faz no sentido de colaborar com os objetivos desta, além de somar novas parcerias. Começando um processo de baixo para cima, a partir mesmo do espaço concertado do grupo mobilizado e dos parceiros envolvidos.

Como a questão da coleta seletiva municipal é, no momento atual, um ponto fundamental, ainda que o poder local não se prontifique para um apoio efetivo com os catadores da associação. Nesta proposta, está a idéia central da implantação da coleta seletiva municipal permanente. Iniciativa esta que se encontra sendo desenvolvida pela INCUBACOOOP/UFRPE, associação de catadores e cooperativa de reciclagem de plástico.

...Pronto, a gente participa dos fóruns dos movimentos sociais, lixo e cidadania, economia solidária sempre quando podemos, das reuniões do movimento nacional, de reuniões do bairro, de associação de moradores, qualquer reunião que esteja voltada para melhoria do bairro ou de Abreu. A gente é convidado, é reconhecido, participa. A gente não tá tão ligado à prefeitura, mas a gente tá correndo atrás. Hoje, particularmente, não ficamos parados... (Catadores da associação)

Um dos aspectos relevantes do trabalho que os catadores da associação Erick Soares realizam hoje é a implantação da coleta seletiva no município. Isso pressupõe medidas estratégicas junto à população, independente, do apoio da prefeitura. A aproximação da prefeitura nesse caso, da implantação da coleta

seletiva com os catadores, tem sido muito lenta caracterizando-se, assim, como uma ação pouco relevante.

A estruturação de projetos específicos para a implantação dessa coleta seletiva levará em consideração, primeiramente, a intervenção nos domicílios, escolas, instituições públicas e privadas, condomínios com a intenção da tomada de consciência pelo trabalho e pela valorização das ações dos catadores. O pacto social partirá, primordialmente, de uma ação interna com os outros agentes, ou seja, dos membros.

As relações de mobilização e de articulação se darão no âmbito interno e externo de uma organização para a tomada de decisão. Internamente, essa decisão será de interesse tão somente do grupo da associação Érick Soares. Quanto à decisão de saída do lixão, ou seja, do atual ambiente de trabalho para a coleta seletiva organizada e domiciliar acontece de forma processual e sua perspectiva é a de atingir as ruas da cidade de Abreu e Lima.

4.4.2 Luta social

O documento base discutido na I Conferência Nacional da Economia Solidária, no ano de 2006, com o tema “Economia Solidária – como estratégia e política de desenvolvimento” faz menção a uma série de lutas históricas, as quais o movimento da economia solidária tem compartilhado seus valores e princípios. Neste eixo da discussão, pode-se observar, fundamentalmente, o papel dos movimentos sociais e sua inserção na sociedade para a construção de um desenvolvimento sustentável, democrático e socialmente justo. Inclui-se, nesta situação, o movimento dos

catadores de materiais recicláveis, bem como a realidade desses trabalhadores nas ruas e lixões de todo o Brasil.

A história de luta do movimento de catadores no Brasil e na América Latina, de um modo geral, é parecida com a história dos movimentos sociais como um todo. A luta do povo como um aspecto relevante das questões sociais numa dada sociedade refletirá diretamente no protagonismo de cada sujeito envolvido no processo. Na associação de catadores Érick Soares, isso é observado através da sua inserção no campo político do município, do interesse pela qualificação de seus membros e da participação mais ativa no contexto dos avanços do grupo, bem como através da pressão assumida para com a prefeitura no sentido de exigir a participação destes nos trabalhos que estão sendo desenvolvidos na comunidade do fosfato.

Na carta de São Leopoldo, onde ocorreu o segundo congresso nacional de catadores, as lutas foram expostas e identificadas com a luta dos catadores, como também a consolidação e o fortalecimento do movimento. Lutas pela educação sócio-ambiental nas escolas e a valorização da reciclagem dos resíduos sólidos nesses ambientes, realizando a coleta seletiva com a participação dos catadores.

Outras lutas passaram pelo crivo dos catadores, como o combate à exploração dos catadores pelos atravessadores, a exigência do repasse direto de recursos públicos para o movimento, sem burocracia, a fim de montar ou melhorar a infraestrutura dos trabalhos da coleta seletiva e da reciclagem, a erradicação dos lixões e a implantação dos programas de coleta seletiva municipais. Essas e outras lutas foram determinadas pelo conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que exercem suas atividades na catção dos resíduos sólidos no Brasil.

A manifestação no lixão foi bastante significativa para todos nós... E não que seja o local desejado por todos nós... Mas foi importante, e esse é o marco da nossa história. Mas as nossas lutas são muito importantes também, as lutas do grupo. E isso é muito importante para nós. Tem um significado importante para mim e acredito que para os outros. Recebi proposta de emprego e ainda preferi ficar aqui, porque acredito. Além de ser minha família, porque somos parentes é algo que me identifico... (Catadora nº2);

Na marcha dos setecentos, que participaram mil e quinhentos trabalhadores em Brasília/DF, nós, do movimento, lutamos pela liberação de recursos do Governo Federal junto ao movimento. Precisávamos disso, todos nós... Além do cenário que era humilhante para os catadores, porque fazemos todo o serviço e somos os que menos ganhamos... É um trabalho de décadas. E naquele momento Lula disse “libero o recurso para o movimento...” foram 170 milhões que vem direto para as cooperativas de catadores no Brasil inteiro, sem precisar de outra instituição para receber o dinheiro e repassar para o movimento. E esse é repassado para os catadores diretamente. (Representante do Movimento de Catadores).

O Governo Federal tem um papel importante nesse processo para a consolidação das políticas públicas dos catadores em todo território brasileiro, além da liberação de recursos. O Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, o Ministério das Cidades, o MEC têm linhas de crédito para benefício de grupos organizados de catadores de materiais recicláveis.

No período da realização da pesquisa com crianças e famílias vivendo em lixões do Brasil (ABREU, 2001) e conseqüentemente o resultado desta, a UNICEF junto ao Programa Nacional Lixo e Cidadania enviou uma carta para mais de três mil municípios de todo o Brasil comunicando sobre a pesquisa realizada, mas poucos responderam e menos se responsabilizam em desenvolver algumas ações nesse contexto:

O Nordeste liderou, frente às outras regiões os resultados da pesquisa com 18%, somando o maior percentual de permanência de crianças e adolescentes em lixões, juntamente acompanhadas

de seus parentes. Foram mais de 3.500 municípios que tinham em lixões³⁴.

Para a associação, o entrave político com a prefeitura de Abreu e Lima, em toda e qualquer manifestação que envolva catadores, deve-se ao fato do apoio da deputada Ceça Ribeiro, como também a incapacidade da prefeitura em promover ações de trabalho e renda neste a linha de atividade.

Há uma certa dificuldade dos gestores desse município em promover, conjuntamente, a coleta seletiva nos bairros com os catadores, mas nada que impeça a ação de ser encaminhada sem esse apoio efetivo às ações da coleta seletiva municipal junto aos membros da associação.

A proposta de implantação de uma coleta seletiva em Abreu e Lima surge a partir de uma relação, no âmbito do processo de incubação com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE que, com os catadores da associação, tem trabalhado na possibilidade da implantação de um projeto de coleta seletiva em rede com a cooperativa de reciclagem de plástico também do fosfato.

4.4.3 Mercado

O capitalismo na sua forma original e presente no mundo ocidental está distante de abranger a totalidade da dinâmica humana. Isso porque só alguns detêm realmente o poder financeiro mundial. A grande novidade desse aspecto é de se conseguir conquistar um mercado, especialmente o da reciclagem, que crie condições sustentáveis em níveis ambientais e socioeconômicos para os catadores se desenvolverem.

³⁴ O assunto poderá ser explorado em Abreu (2001) Do lixo à cidadania: estratégias para a ação. UNICEF.

Essas são afirmações colocadas pelo conjunto militante de pessoas que fazem a economia solidária e que se reafirmam com pertinência do momento atual, um momento de crise e também de uma nova perspectiva paradigmática.

Salienta-se que as relações econômicas, ainda que hegemônicas, não são possíveis sem as demais relações sociais, não sendo um sistema completamente autônomo e independente tendo seu viés capitalista. Destaca-se ainda que outras relações acontecem no âmbito do cotidiano das pessoas, trabalhadores(as) sem estarem diretamente sujeitas ao dinheiro, ao lucro.

Pode-se inferir uma lição nessa discussão, especialmente, na relação de empreendimentos solidários com o mercado capitalista: só se pode apreender a sociedade pela sua totalidade, pelo conjunto de todas as múltiplas dimensões que a envolvem, inclusive, o empreendimento. Para um grupo econômico solidário essa questão é bastante relevante.

O surgimento da economia solidária a partir de uma outra realidade é possível, uma outra economia acontecendo em diferentes partes do Brasil, revela-se sobretudo a partir de várias iniciativas, de organização social, de experiências associativas e cooperativistas oriundas dos meios populares. Em todos esses contextos, a economia solidária assume, na maioria das vezes, papéis importantes configurada à sua realidade local de combate ao desemprego pelas forças endógenas de invenção popular e pela inserção social. Seja através de solidariedade comunitária e daquilo que extrapola o universo das próprias pessoas, ou de políticas públicas em benefício das pessoas.

A ajuda mútua entre pessoas é um outro fator relevante que precisa ser revisitado, porque na hora das necessidades maiores são os que estão mais

próximos que conseguem dar conta dessas necessidades, através mesmo das relações de mutualidades, de vizinhança.

Na associação de catadores Érick Soares, essa dimensão aparece de maneira mais bem acentuada, a partir da consolidação do grupo em si mesmo. Ou seja, a sua organização possibilitou uma relação mais direta, sem a troca obrigatória, mas sim acontecendo de forma e espontânea entre as pessoas.

Antes, era cada um por si e Deus por todos, me desculpe a palavra... A gente catava, éramos família, e era como não ser. Vivíamos de forma independente no trabalho no lixão, porque não tínhamos o senso associativo. Agora não, quando alguma coisa, do tipo objeto ou qualquer bem não interessa a uma pessoa existe a preocupação de se oferecer ao outro e não tem obrigação de o outro dar de volta. Isso acontece de forma livre e mesmo dentro da associação com os resíduos... (Catadora nº2).

A questão da solidariedade, bem como sua perspectiva construtiva no campo econômico é para Lavelle (2003) o principal fator impulsor da organização produtiva. Como finalidade maior observa-se que a economia solidária, numa óptica ampliada, consiste da possibilidade de desenvolvimento sempre mais integral da pessoa humana e da comunidade.

Fazendo uma relação com o progresso de uma nação, discurso tão empregado pelos gestores públicos e setores privados, esse deveria ser medido pela realização das condições necessárias que favorecessem cada pessoa humana, cada sociedade e cada comunidade como um todo, através de uma ação efetiva nestes níveis, um desenvolvimento integral, suficientemente sustentável e solidário.

Far-se-á menção a um estudo realizado por Rodriguez (2002) na Colômbia com recicladores. Este ao discutir sobre o caso das cooperativas de reciclagem de lixo,

estando o seu questionamento voltado para o potencial emancipador dos grupos de catadores que se formam com o caráter de uma economia popular, revela que a capacidade de um grupo econômico solidário sobreviver em um mercado crescente e global, representa uma estratégia promissora.

É, particularmente, uma proposta que se reflete diretamente no caso dos catadores de Abreu e Lima. Ressaltando-se que mesmo havendo algumas limitações de caráter mercantil, de modo global, a possibilidade do trabalho em rede, na óptica do entrosamento entre as entidades estatais, as empresas privadas locais e as cooperativas populares protagonizando o processo maior de desenvolvimento local existirá uma configuração diferenciada diante da que estão do negócio e da economia solidária, principalmente pela capacidade de uma remuneração justa do trabalho realizado pelos catadores.

A associação livre de pessoas para o trabalho cooperativo reflete por conseguinte na ampliação de um espaço social e democrático que é a associação no âmbito organizacional. Para a associação Érick Soares, o grupo encontra-se aberto para inserção de novos membros, desde que assumam suas atividades devidas, há possibilidade de ampliação tanto dos materiais quanto da remuneração. Isso representa, sem dúvida, um aspecto relevante para o grupo:

A associação de catadores Érick Soares, desde o início de sua criação, esteve voltada para a inserção de novos membros catadores do lixão e de rua. Agora, a gente não vai forçar a barra. O catador individual recebe o dinheiro imediatamente pela venda dos resíduos aos atravessadores, essa é a lógica dele... O que está para acontecer em Inhamã, com o fechamento do lixão, vai terminar talvez nisso, e, a gente espera, inclusive, em parceria com a cooperativa de reciclagem de plástico, nossa vizinha. A idéia que estamos discutindo junto com a INCUBACOOOP é a criação da rede

RECICLAÇÃO³⁵. Além de livrarmos dos atravessadores, teremos mais condições com o beneficiamento e a venda direta para a indústria. O bom seria se agente pudesse finalizar o produto nos grupos, mas bola pra frente (Catadores da associação).

É importante ressaltar com essa fala que, mesmo sendo nova essa forma de se trabalhar, ou seja, o trabalho em rede, e, a proposta de criação de redes de reciclagem³⁶ no Brasil é bastante recente, porque apresenta dificuldades metodológicas de se fazer esse tipo de organização com grupos de catadores, esta se apresenta num campo estratégico de sua ação como um aspecto relevante no contexto da associação vivenciados no momento atual.

Uma quinzena de trabalho corresponde, pelos catadores da Erick Soares, a uma média retirada entre R\$150 a R\$200 reais por membro do grupo. Este material não sofre nenhum tipo de beneficiamento, a não ser a sua triagem, separação e organização para a venda ao atravessador. É importante saber que se passassem os resíduos pelo processo de prensagem, ou seja, a compressão dos resíduos numa máquina, tendo como resultado o fardo do reciclável, trar-se-ia um aumento considerável do valor do produto, sem contar que aumentaria o espaço para armazenar esse material.

A compactação dos resíduos através da prensagem é, em muitas experiências no Brasil, um dos únicos elementos que são utilizados para o processo de beneficiamento, trazendo bons resultados. Isto é, espaço tipo galpão para

³⁵ O Projeto RECICLAÇÃO é uma ação patrocinada pela PETROBRÁS, apoiada pelo MEC/SESU e realizado pela INCUBACOOP/UFRPE/Dept. de Educação. Trata-se de um conjunto de atividades que tem como objetivo a criação de uma rede solidária entre catadores e recicladores na comunidade do Fosfato em Abreu e Lima.

³⁶ No Brasil os projetos com catadores de resíduos sólidos com objetivos de criação de redes de reciclagem são bastante recentes. A idéia é promissora e consiste, primordialmente, da reunião de vários grupos associativos de catadores com a perspectiva organizada de produzir e comercializar, coletivamente, além de oferecer um produto de qualidade, gerando novos postos de trabalhos coletivos e autogestionários que trazem uma renda estável para esses trabalhadores.

organização dos resíduos sólidos, a balança e a prensa já formam, em grande escala, uma estrutura produtiva considerável para um grupo organizado de catadores.

Porém, para se ter material reciclável e poder processá-los, deverão ser planejadas como formas estratégicas, viáveis e sustentáveis do ponto de vista humano e de suas condições de trabalho, a coleta seletiva domiciliar, considerando as doações dos determinados locais potenciais de coleta, como as escolas em que, além de estarem implícitas a questão da sensibilização para a educação ambiental, o catador passa a ter uma relação direta com as pessoas, como também a coleta domiciliar.

Um grande desafio colocado no âmbito da catação dos resíduos sólidos pelos catadores está em entender o ciclo produtivo da cadeia de reciclagem. Para o catador, reconhecer seu lugar como sujeito ativo lhe dará uma consciência de não mais ser explorado e não ter seu trabalho precarizado, estando este pertencente a um grupo associativo. Este parece um dos maiores avanços do processo coletivo, revelando-se pelo caráter da emancipação desse sujeito e do grupo coletivo. A relação, entre catador e mercado, resultante desta tomada de postura frente ao mercado da reciclagem, uma vez que este esteja no interior do grupo associativo, aumentará sua capacidade de negociação em virtude da relação quantidade/qualidade do produto oferecido.

O que se está querendo possibilitar é uma distribuição eqüitativa do produto gerado pelas mãos dos catadores, através de uma relação direta entre catador e indústria ou mesmo catador e atravessador. O depoimento de um membro do movimento nacional de catadores retrata isso.

Durante muito tempo, o catador foi excluído da sociedade. As indústrias sempre absorveram os materiais recicláveis vindo da mão do catador, e esse nunca havia sido valorizado. As empreiteiras são contratadas por milhões/mês pelas prefeituras, para recolher e não coletar, os resíduos que têm destino nos lixões e nos aterros controlados, de maneira ainda, muito indiscriminada. Hoje, estamos querendo, exigindo, que a prefeitura formalize contratos com associações e cooperativas de catadores. Que haja uma divisão por igual. Essa é uma primeira questão. A outra é que tenhamos um acesso mais direto às indústrias de reciclagem para a comercialização direta dos materiais recicláveis (Representante do movimento de catadores em PE).

Uma vez que se fala sobre grupo organizado, trabalho sistemático e proposta de coleta seletiva domiciliar, deve-se referir a não permanência desse trabalhador no espaço do lixão. Na visão do representante do movimento de catadores, o trabalho no lixão é hoje uma realidade que foge dos preceitos de um trabalho legal.

O lixão não é um espaço onde haja pessoas desenvolvendo atividades. Há exigências, principalmente dos fóruns, movimento de catadores de acabar com os lixões e, ao mesmo tempo, criar estruturas para acomodar grupos de catadores, no momento de sua saída, em espaços onde possam desenvolver suas atividades de trabalho. Trata-se de ter apoio de prefeituras, do governo federal, como também dos empresários, de forma que se reconheçam os catadores como trabalhadores legítimos nesses espaços da coleta seletiva. Havendo também a disponibilidade de um recurso direcionado para compra de caminhões, adequações dos espaços e construções de galpões para a realização de triagem dos resíduos sólidos entre outras ações que beneficiem esses trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento de pesquisa oferecido para este trabalho possibilitou além de um esquema metodológico para a sua realização, uma perspectiva humana do trabalho científico que reflete uma questão social: a situação dos iguais sem a igualdade devida.

O meio ambiente do trabalho, da família, da natureza e das coisas que se realizam no dia-a-dia, daquilo que é possível ver e olhar com a devida precisão, na maioria das vezes, é ignorado. Fragmentos do próprio homem configurados nos outros e vice e versa.

É possível, contudo, observar as dificuldades encontradas no trabalho de campo relativo às reuniões com os membros da associação de catadores, às idas e vindas ao lixão, o esforço de todos os membros da associação pelo trabalho que, no olhar de quem está de fora, analisando a situação, parece, muitas vezes, que se passará a entender as coisas pelo simples procedimento metodológico empregado. Mas, ao mesmo tempo o estudo leva a uma reflexão constante, a partir de uma prática existente e de um planejamento para a realização de um trabalho que teve, nas pessoas envolvidas na pesquisa, um sentido diferenciado, não estático, mas sim de algo que se movimenta constantemente, não sendo objetos estagnados, porém pessoas que lutam por uma conquista de espaço e valorização de seu trabalho.

Este trabalho, que teve como objetivo fazer uma análise da experiência da associação de catadores Erick Soares como alternativa popular de trabalho e renda que têm suas atividades no lixão do município de Abreu e Lima, trouxe questões relevantes em relação às pessoas e à sua organização.

Destacaram-se, no final da introdução deste estudo, duas questões problemáticas com fins de trazer algumas reflexões para o caso analisado. A primeira delas foi referente aos fatores que condicionam as atividades da Associação de Catadores Érick Soares, enquanto organização coletiva de trabalho e renda na perspectiva da economia solidária. A segunda estava para saber que estratégias de organização a Associação de Catadores Érick Soares utiliza para representar efetivamente os seus membros na busca pela melhoria da qualidade de vida para o desenvolvimento local.

Começou-se por dizer que a forma associativa, no caso da associação de catadores Érick Soares, revelou uma questão crucial no âmbito do grupo coletivo. Esta forma organizativa e institucionalizada teve engendrado para os catadores a possibilidade de refletir e constituir novas relações de trabalho ou econômicas, no campo de suas atividades, com a catção dos resíduos sólidos na comunidade.

Observou-se que a forma associativa trouxe alguns benefícios que, com outra forma de trabalho, seria impossível conseguir, em relação à empresa capitalista. Na perspectiva do associativismo, o agir coletivo se fundamenta em esferas socioeconômicas, tendo como desafio a superação do trabalho exploratório e desprovido de sentido. Dessa maneira, o levantamento da realidade local com as informações sobre o contexto dos catadores, a pesquisa, a observação participante, as idas ao lixão, as conversas informais com os gestores, bem como o depoimento das pessoas de apoio, constituíram um conjunto de elementos relevantes para o trabalho desenvolvido.

Como expansão dessa perspectiva do trabalho com resíduos sólidos a partir do espaço concertado e da articulação do grupo com atores externos, tendo o catador

como sujeito principal do processo produtivo da reciclagem, o entendimento dessa cadeia por completo é visto como desafio para esses sujeitos. Está incutida uma questão relevante concernente a uma tomada de consciência desses trabalhadores e trabalhadoras em relação a uma tomada de decisão, da não submissão à exploração no ambiente de trabalho, estando este pertencente a um grupo associativo. Nesse novo direcionamento, a relação entre catador e mercado, terá agora como consequência uma nova tomada de postura do grupo frente ao mercado da reciclagem. Entendendo, dessa forma as possibilidades de negociação do grupo no momento da comercialização dos resíduos sólidos.

Mesmo este estudo tendo como objeto de análise a associação de catadores que catam num mesmo ambiente, o lixão, constatou-se que os demais catadores do trabalho “individualizado” e imediatista estão acompanhados por parentes próximos e distantes, porém, mesmo não pertencendo diretamente a uma associação, reproduzem um tipo de trabalho coletivo, principalmente, porque se evidenciam formas de ajuda mútua entre eles. Dessa maneira, ainda que os conflitos sejam existentes entre esses catadores ditos “individuais” e os catadores da associação, há, de certa forma, grande possibilidade, através do diálogo, de incorporar esses trabalhadores no grupo associativo, até porque como dizem os catadores da associação Érick Soares “o grupo se encontra aberto para incorporação de novos membros”.

Fazendo uma comparação entre dois momentos vivenciados pela associação de catadores Érick Soares, momentos relacionados ao que antecede a manifestação no lixão e posterior a essa manifestação, percebeu-se como foi dado o avanço no grupo e o seu posterior impulsionamento para as atividades associativas.

Os momentos marcados pelo ato coletivo e os apoios de parcerias nesse processo, que hoje constitui o grupo associativo, distinguem-se pela questão da solidariedade e cooperação entre os membros do grupo. Ressaltando-se que, mesmo antes das manifestações do lixão, já havia incutido uma forma coletiva de se trabalhar, ainda que o lema dos integrantes do grupo fosse “cada um por si e Deus por todos”.

O que ficou marcado no caso da associação e poderá servir como análise para outros trabalhos científicos são as possibilidades que trazem o trabalho em cooperação, tendo-se a solidariedade como via principal da atividade produtiva. A relação de vizinhança e como consequência a ajuda mútua entre os membros da associação, despertaram a atenção como um aspecto importante ancorado na capacidade de resolver seus problemas e discutir os conflitos internos. Dessa forma destaca-se a tomada de iniciativa dos membros para a solução dos problemas internos na associação.

O aspecto acima mencionado coloca-se de maneira relevante no momento em que se observam questões de toda uma vida de submissão e exploração em diversas formas de trabalho que vários trabalhadores tiveram na sua trajetória laboral. Destacando-se o trabalho de catadores de materiais recicláveis submetidos a um tipo de trabalho escravo e que nesse momento se revela a partir de uma nova perspectiva do trabalho associativo, criando convicções firmes, como também respostas compatíveis quanto à realização dessas atividades por meio da solidariedade.

Para a associação de catadores Érick Soares, o trabalho no interior do grupo se realiza de maneira integralizada. Esta forma de trabalho não traz diferenciações nem

distinções na realização das atividades dos membros, seja ela a de beneficiar alguns ou a de tolerar que membros trabalhem de forma desigual e incompatível aos outros membros.

O momento em que se analisam os pontos internos à associação, percebe-se que a questão da liderança e da autogestão tem caminhado a passos sólidos, quando se observa, por exemplo, as atitudes e as posturas da presidente do grupo em relação aos outros membros e vive-versa. Destaca-se, nessa situação, o fato do grupo ter uma carga horária de trabalho superior a 10 horas diárias na catação dos resíduos sólidos. Sua demanda de trabalho cria uma impossibilidade de representação maior do número de membros em reuniões, decisões e participações em outras atividades de interesse ao grupo.

A questão da autogestão pode ser destacada, neste caso, para além do seu aspecto de gerência, pois, para a associação, evidencia-se uma abrangência do conceito, alcançando estes outros aspectos da forma autogestionária. Como, neste caso, o foco da questão política, econômica e técnica. Nessa última modalidade, a questão técnica é evidenciada pela apropriação de outros níveis de produção dos resíduos sólidos, através da implantação da coleta seletiva e da compra de equipamentos, através de projetos de apoiadores.

Já a questão política e social refere-se a inserção desses sujeitos nos movimentos sociais, fóruns de articulação, Agenda 21 municipal e outras atividades relevantes ao grupo. Por último, a relevância econômica está tanto para a diminuição da carga de trabalho dos catadores, por meio da absorção de novas tecnologias e conhecimento da cadeia da reciclagem, como, através desta, poder-se beneficiar dos produtos de seu trabalho e ter-se melhores formas de negociá-los, a preços,

inclusive, que não estejam sujeitos à exploração. Dessa forma, ter-se-á como consequência o aumento da renda dos membros e melhores condições de trabalho.

Em relação às condições de trabalho para os catadores e as catadoras da associação, observou-se que a percepção do tipo de atividade que esses trabalhadores e trabalhadoras desenvolvem no lixão bem como sua consequente superação, ou seja, sua saída do lixão, só será possível no momento em que eles, os catadores e catadoras, envolvidos nesse ambiente, perceberem-se como não pertencentes àquele ambiente. E nessa perspectiva podemos ter a seguinte reflexão: “como nos vemos diante de um contexto que do lado de lá, em que se vê pessoas iguais a nós, que tem desejos como nós, estarem vivendo em condições subumanas realizando um trabalho que, está trazendo benefício para a humanidade e para o meio ambiente em que estamos inseridos”.

O sentimento como pessoa humana, para esses trabalhadores e trabalhadoras, tem sido degradado e confundido com os “urubus lutando pelo mesmo objetivo” quando se vêem misturados com o lixo (catadores e urubus). A partir do momento que eles se sintam, como por exemplo, fazendo parte de um grupo associativo, essa imagem é apagada e, muito possivelmente, ter-se-á sua vontade explicitada para uma decisão espontânea de sua saída do lixão, visando algo melhor.

Melhores condições de trabalho, para esse tipo de categoria de trabalhadores, estarão sendo pensadas de acordo com o tipo de atividade que se desenvolve em consonância com o olhar técnico para o seu devido desdobramento (catadores de lixão, de rua, em galpões, latinha). E, nessa perspectiva cada realidade trabalhada para o desenvolvimento de um projeto de coleta seletiva, com a inclusão dos catadores, deverão ser entendidas como um trabalho de parceria entre população,

poder público e catadores, concebendo a criação do projeto participativo a partir da sua dinâmica de trabalho.

No caso dos catadores da associação Érick Soares, observou-se no quarto capítulo que para o desenvolvimento de seus trabalhos com os resíduos sólidos, em termos de espaço físico e infra-estrutura necessária, os equipamentos e materiais necessários, sua exigência concreta está para uma prensa, balança, carroças, caminhão, bag's (sacos grandes) e um galpão com layout para guardar e separar os materiais, incluindo uma sala para realização de reuniões e capacitações. Salienta-se que o uso dos equipamentos de proteção individual é de grande necessidade para as pessoas que manuseiam os resíduos sólidos. Trata-se da segurança de toda a equipe e de cada um no trabalho diário.

Um ponto extremamente interessante nesse caso estudado, refere-se ao esforço do grupo face à sua articulação e aos agentes externos à associação em relação ao efetivo trabalho e à estruturação da sua capacidade produtiva, inclusive, a possibilidade de pacto social com o poder local.

Ainda que se tenha uma análise negativa em relação à prefeitura de Abreu e Lima, no que concerne ao seu efetivo apoio, há possibilidades visíveis dos gestores se aproximarem do trabalho. Internamente ao grupo associativo, as ações de mutualidades, de confiança, de respeito e de solidariedade revelam um lado que é pouco evidenciado para o processo de construção dos empreendimentos coletivos solidários, especialmente, na área de reciclagem com catadores. As iniciativas econômicas solidárias que se apóiam na construção do desenvolvimento local se erguem no tecido social pela questão política, socioeconômica e cultural e com esses procuram construir sua própria dinâmica, sua história e suas relações.

Considerando-se, na parte legal, o contexto da reciclagem dos resíduos sólidos no Estado, especialmente, a lei sancionada pelo Governo do Estado de Pernambuco que obriga a implantação da coleta seletiva em consórcio com os catadores, cooperativas ou associações, observa-se um avanço considerável no campo das políticas públicas, atingindo diretamente os catadores, favorecendo sua classe de trabalho.

Ainda em relação às articulações externas ao grupo um ponto se apresenta frágil: a questão da sistematização das ações pelas parcerias é um ponto relevante, considerando o apoio oferecido à associação de catadores. As organizações que apóiam (ONG's, entidades, etc) precisam deixar claro para o grupo associativo seu papel naquela intervenção, bem como analisar de que maneira se pretende intervir naquele contexto, praticando-se as demandas oferecidas, esse parece ser um gargalo nessas relações.

O grupo, por sua vez, tem que cobrar, agir em consonância com a entidade e contribuir com o processo. Para não configurar uma ação assistencialista. O envolvimento de organizações com grupos populares precisa estar calcado numa proposta de formação de pessoas com a devida visão estratégica, que, nesse caso possibilite o avanço conjunto da atividade produtiva, visando, realmente, às pessoas no campo determinado pelo projeto.

O foco na economia solidária reflete um sentido e um pensamento crítico a partir do contexto social existente e este deve estar ligado à questão do trabalho e da renda, entendendo amplamente a situação social das pessoas envolvidas e a perspectiva reflexiva de justiça, de democracia e de solidariedade na qual o conjunto social está envolvido.

Outro aspecto relevante do contexto dos catadores da associação de catadores Érick Soares é a sua história marcada pela manifestação no lixão. Considerando -se que a história das lutas sociais de trabalhadores é compartilhada pelos seus valores e princípios, configurando, assim, o movimento da economia solidária.

Este estudo possibilitou observar que o momento de manifestação no lixão marca profundamente a vida dos catadores e das catadoras da associação Érick Soares, tendo nesse marco de sua história passos firmes do seu processo emancipatório. No âmbito do movimento de catadores, em nível nacional, as lutas são identificadas como: a luta dos catadores para o fortalecimento do movimento.

Um último ponto que já vimos tocando neste trabalho, relaciona -se à questão do mercado, a partir da análise referida ao estudo do caso dos catadores e das catadoras. Saliencia-se que nessa dinâmica econômica exposta uma lição parece premente: o mercado de bens e serviços, na forma em que ele se apresenta, não consegue abranger a totalidade da vida das pessoas, principalmente, daquelas orientadas pela solidariedade na sua atividade produtiva.

Uma visão de mundo predominantemente narcisista e sua relação com a acumulação de capital têm sido comumente enfatizadas pelas organizações que promulgam um tipo de desenvolvimento na crença de que a ampliação do mercado poderá solucionar os problemas do desenvolvimento mundial. Essa mesma visão, encontra-se num patamar de discussão que, nesse ponto da análise, traz uma questão paradigmática para o momento atual, isto é, a de se ter o mercado como um lugar no sentido diferenciado da sua dinâmica econômica exploratória.

Com o movimento da economia solidária, o mercado passou a ser contemplado a partir das várias iniciativas autogestionárias, possibilitando enfrentá-

lo como desafio de poder transformador e não destruidor. A perspectiva atual da economia solidária configura-se nas pessoas de um modo geral que lutam permanentemente para a constituição dessa, nova ou velha, concepção de mundo a partir da solidariedade.

O contexto de catadores nas ruas e nos lixões e, particularmente, o caso da associação Érick Soares, suas atividades com os resíduos e sua situação de trabalho sempre fizeram parte de um contexto como esse, baseados na solidariedade. Falta-nos, acredito, um pouco de sensibilidade científica para identificar esse foco, principalmente pelo respeito a esse tipo de trabalhador. Essas pessoas sempre foram o público dos lixões espalhados pelo Brasil há décadas e só muito recentemente o governo federal e os poderes públicos tiveram uma atenção, ainda que não a devida.

Logo, observa-se que os catadores sempre desenvolveram suas atividades sem a mínima cobertura desses poderes, bem como a ausência de apoio efetivo de outras entidades, revelando-se, dessa forma, o potencial existente em um público que sempre desempenhou um papel fundamental no campo da reciclagem no Brasil e no mundo.

Com isso, deseja-se reforçar a idéia de que os catadores são potenciais trabalhadores no processo histórico do mercado da reciclagem, favorecendo-se de modo ainda muito pequeno dos benefícios totais de seu trabalho. Por isso a importância de existirem entidades que apoiem grupos de catadores trabalhando na orientação do processo organizativo participativo.

Nesse percurso da parceria com a sociedade civil organizada, observou-se através de atitudes sólidas por parte dos catadores quanto ao que querem e para

que querem os serviços oferecidos pelas entidades, ou seja, através de seus esforços, verem suas vidas melhoradas, pela força de seu trabalho e de sua organização.

Salienta-se ainda que a gestão pública tem um papel fundamental no apoio aos empreendimentos econômicos solidários de catadores para a coleta de materiais recicláveis. Diante das observações, neste ponto, ficou claro o estímulo e a disseminação desse tipo de atividade produtiva no município, a partir da proposta do projeto em rede entre catadores e recicladores por meio da coleta seletiva domiciliar, da estruturação da atividade para a formação de núcleos em que os próprios catadores estejam a frente da gestão do espaço, como também a busca por mercados que tragam benefícios equitativos para os catadores demarcando os avanços na organização.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABRAMOVAY, Miriam e PINHEIRO, Leonardo Castro. Violência e Vulnerabilidade social. In: FRAERMAN, Alícia. (ed). **Inclusion Social y Desarrollo: Presente y futuro de La Comunidad IberoAmericana**. Madri: Comunica. 2003.

ABREU, Maria de Fátima. Do lixo à cidadania: Estratégias para a ação. UNICEF/Programa Nacional Lixo e Cidadania. Rio de Janeiro. 2001.

ALBUQUERQUE, P. P. Autogestão. In: CATTANI, A. D. A outra economia. VERAZ. Porto Alegre/RS. 2003.

ARAÚJO, J. F. de. **Instrumentos de Planejamento para o Desenvolvimento Local**. Série DOCUMENTO, nº 2 – PAPE-UFRPE. Recife/PE. 1995.

ARROYO, João. **Economia popular e solidária**. In: MEDEIROS, Alzira. & MARTINS, P. H. Economia popular e solidária. Bagaço. Recife/PE. 2003.

ARRUDA, Marcos. **Socioeconômica solidária**. In: CATTANI, A. D. A outra economia. VERAZ. Porto Alegre/RS. 2003a.

_____. **Situando a economia solidária**. In: Fundação Luis Eduardo Magalhães: Economia Solidária – desafios para um novo tempo. Salvador-FLEM. 2003b.

ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL. Brasília: MTE, SENAES. 2006.

BANCO MUNDIAL. **Globalização, crescimento e pobreza**. Relatório de pesquisa política do banco mundial. Tradução Melissa Krassner. São Paulo. 2003.

BARTH, Jutta; BROSE, Markus. **Participação e desenvolvimento local – balanço de uma década de cooperação técnica alemã no Rio Grande do Sul**. Ed. Sulina. Porto Alegre. 2002.

BABIERI, José Carlos. **Desenvolvimento e Meio Ambiente: as estratégias de mudança na agenda 21**. Vozes. Petrópolis. 1998.

BAPTISTA, A. M., OLIVEIRA, J. C. M. **O Brasil em Fóruns Internacionais sobre Meio Ambiente e os Reflexos da Rio 92 na Legislação Brasileira**. Revista Desenvolvimento. Curitiba. n. 102, p.5-17. Jan/Jun. 2002.

BROSE, Markus (org). **Participação na Extensão Rural: experiências inovadoras de desenvolvimento local**. Tomo editorial. Porto Alegre/RS. 2004.

BNDS/PNUD. **Gestão participativa para o desenvolvimento local**. Recife, 2000.

BUARQUE. Sérgio C. **Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável**. Ed. Garamond. 2002.

BONANNO, A. **A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor agro-alimentar**. In: CAVALCANTI, J. S. B. Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutíferas para exportação. Ed. universitária da UFPE. Recife. 1999.

CAILLÉ, Alain. Economia Solidária e Dádiva. In: MEDEIROS, A. e MARTINS, P. H. (org) **Economia Popular e Solidária – desafios teóricos e práticos**. Bagaço. Recife/PE. 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Paz na Terra. São Paulo. 1999.

CATTANI, Antonio David. **A outra economia**. Ed. Veraz. Porto Alegre. 2003.

_____. **Trabalho e Autonomia**. Vozes. Petrópolis/RJ. 1996.

CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas Editora/FFLCH/USP, 1999.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti, VIÁ, Sarah Chucid da. **Pesquisa empírica em ciências humanas (com ênfase em comunicação)**. São Paulo. Futura. 2001.

DENAULT, Bernard. **Alguns parâmetros sociais do desenvolvimento local e do papel das cooperativas.** Série DOCUMENTO, nº 2 – PAPE-UFRPE. Recife/PE. 1995.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade.** Paz na Terra. 8 edição. Rio de Janeiro. 1978.

FRANCO, Augusto. **Capital Social: leituras de Tocqueville, Jacobs, Putnam, Fukuyama, Maturana, Castells e Levy.** Brasília, Instituto de Política / Millennium, 2001.

_____. **Por que precisamos de desenvolvimento local integrado e sustentável?** Brasília: Instituto de Política, 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Terceiro setor, Economia social, Economia solidária e Economia popular: traçando fronteiras conceituais.** BAHIA ANALISES DE DADOS, Salvador. v.12, n.1, p. 9-19, Junho 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. & LAVILLE, J. L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional.** Ed. UFRGS. Porto Alegre/RS. 2004.

FARIAS, J. S. & FONTES, L. A. M. **Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos: o lixo de Aracajú analisado sob a óptica do meio ambiente.** Caderno de pesquisa em administração. São Paulo. v.10. n.2. p. 95-105. Abril/Junho. 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. **As organizações do terceiro setor e a economia popular solidária.** In: CIENCIAS SOCIAIS UNISINOS. Centro de Ciências Sociais, Universidade do Vale dos Sinos. v. 37. n. 159. São Leopoldo: UNISINOS. 2001.

_____. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Porto Alegre/RS. Disponível do site: www.ecosol.com.br – capturado em dezembro de 2005. 2003a.

_____. **Empreendimentos econômicos solidários**. In: CATTANI, David. A outra economia. Veraz. Porto Alegre/RS. 2003b.

_____ et al., **A economia solidária no RS: visibilidade e perspectivas**. Cadernos CEDOPE – Série Movimentos Sociais e Cultura, n. 15. 1999.

GUIMARÃES, G. (org) **Sindicalismo e Cooperativismo**. Unitrabalho. 2002.

GONÇALVES, Pólita. **A Reciclagem Integradora dos Aspectos Ambientais, Sociais e Econômicos**. Rio de Janeiro: DP&A / FASE, 2003.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. Loyola. São Paulo. 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PSNB**. 2000.

IBGE. www.ibge.org.br – capturado em maio de 2006.

JARA, Carlos Júlio. **As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável**. IICA. Brasília. 2001.

_____. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. IICA/SEPLAN. Brasília. 1998.

JESUS, Paulo de. **Desenvolvimento Local**. In: CATTANI, David. A outra economia (org). Ed. Vertaz. Porto Alegre. 2003.

LAVILLE, Jean Louis. **Globalização e Solidáriedade**. In: Fundação Luis Eduardo Magalhães: Economia Solidária – desafios para um novo tempo. Salvador-FLEM. 2003.

LECHAT, M. P. & SCHIOCHET, V. **Economia da dádiva**. In: CATTANI, A. D. A outra economia. VERAZ. Porto Alegre/RS. 2003

LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política**; Tradução de Antonio Rubens Pompeu Braga. BNDES. Rio de Janeiro. 2001.

MAGERA, Marcio. **Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade**. Campinas/SP: Editora Átomo, 2003.

MACHADO, Geraldo. Fundação Luis Eduardo Magalhães: **Economia Solidária – desafios para um novo tempo**. Salvador-FLEM. 2003.

MELO NETO, José Francisco. **Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular**. Ed. UFPB, João Pessoa. 2004.

MEDEIROS, A. e MARTNS, P. H. (org) **Economia Popular e Solidária – desafios teóricos e práticos**. Bagaço. Recife/PE. 2003.

MELO LISBOA, Armando. **Solidariedade**. In: CATTANI, A. D. A outra economia. VERAZ. Porto Alegre/RS. 2003

MILANEZ, Francisco. **Desenvolvimento sustentável**. In: CATTANI, D. A outra economia. Veraz. Porto Alegre/RGS. 2002.

MNCMR. **Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis – MNCMR**. Cartilha de formação. São Paulo. 2005.

OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao Enigma: que quer dizer desenvolvimento local?** 2002.

OLIVEIRA, Claudia Hochhein. **Qual o Papel da Extensão Universitária? Algumas reflexões acerca da relação entre universidade, políticas públicas e sociedade**. Anais do 2º Congresso Nacional de Extensão Universitária. Belo Horizonte. 2004.

PARKER, R. et al. **Cultura sexual, transmissão de HIV e pesquisas sobre AIDS**. In: CZERESNIA, D. et al. (Org). AIDS – Pesquisa social e educação. Rio de Janeiro: Abrasco, 1995.

PORTO, M. F. de S. et al. **Lixo, trabalho e saúde: um estudo de caso com catadores de um aterro metropolitano no Rio de Janeiro**. 20(06): 1503-1514. nov-dez – 2004.

POLANYI, Karl. (1886-1964). **A grande transformação: as origens da nossa época**. Elsevier. Rio de Janeiro. 2000.

PRÉVOST, Paul. **O Desenvolvimento Local**. Texto traduzido por Maria Marly de Oliveira. PAPE/UFRPE. Recife/PE. 1996.

RAFAEL, P. R. B. **Os catadores de lixo e a importância do seu trabalho para a cadeia produtiva da reciclagem**: Uma análise crítica acerca de uma das alternativas ambientalistas utilizadas para o trato do lixo urbano. Monografia – UFRPE, Serviço Social. Recife. 2005.

ROCHA, M. M. **Associativismo e participação: alternativas populares para fazer frente ao modelo neoliberal**. Trabalho publicado no Congresso Internacional de Latinoamericanistas. Amsterdam/Europa. 2002.

RODRIGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas viáveis em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, B. (org) **Produzir para viver**. Ed. Civilização B. Rio de Janeiro. 2002.

SACHS, Ignacy. **Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento**. São Paulo: Vértice, 1986.

SANTOS, B. (org) **Produzir para viver**. Ed. Civilização B. Rio de Janeiro. 2002a.

SANTOS, B. E RODRIGUEZ, César. **Para ampliar o cânone da produção**. In: SANTOS, B. (org). **Produzir para viver – os caminhos da produção não capitalista**. Civilização brasileira. Rio de Janeiro. 2002b.

SANTOS, B. **A globalização e as ciências sociais**. Cortez. São Paulo. 2002c.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. 1ª edição. Ed. Perseu Abramo. São Paulo. 2002a.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária**. In: SANTOS, B. (org) **Produzir para viver**. Ed. Civilização B. Rio de Janeiro. 2002b.

_____. **Desenvolvimento e crise**. Paz e Terra. Rio de Janeiro. 1982.

_____. **Um modo de produção e distribuição**. In: A economia solidária no Brasil – a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo. Contexto. 2000.

_____. **Economia Solidária**. In: CATTANI, A. D. A outra economia. VERAZ. Porto Alegre/RS. 2003b.

SOUZA (a). Wander Pereira de. **Catadores de Materiais Recicláveis das Ruas de Porto Velho: cotidiano e estratégias de sobrevivência**. Porto Velho/RS. 2005.

SOUZA (b). José Raimundo de. **Possibilidades e limites da associação na estruturação de unidades locais de reciclagem: o caso da associação NORA – NOVO OSASCO reciclando atitudes – dos trabalhadores com materiais recicláveis**. Dissertação defendida. São Leopoldo 2005.

TAUK SANTOS, M. S. **DESENVOLVIMENTO LOCAL E CIDADANIA: desafios e estratégias de comunicação da gestão participativa popular da Prefeitura de Camaragibe/PE**. Trabalho publicado no VI CONGRESSO ALAIC, Santa Cruz de la Sierra, Bolívia – 05 a 07 de junho. 2002.

TEDESCO, J. C. **Economia Solidária e Reestruturação Produtiva: (sobre)vivências no mundo do trabalho atual**. Ed. UPF. Passo Fundo. 2001.

_____. **Economia solidária: novos processos e novas racionalidades no campo socioeconômico**. In: TEDESCO, J. C. & CAMPOS, G. L. R (org). de. Economia solidária e reestruturação produtiva: (sobre)vivências no mundo do trabalho atual. UPF. Passo Fundo. 2001.

Apêndice

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Orientação para roteiro de entrevista semi-estruturado

Associação Érick Soares e atores envolvidos

Nome: _____

Questões norteadoras na perspectiva dos aspectos organizacionais da associação

Articulação

Cooperação Solidariedade

Liderança

Luta social

Mercado

Condições de trabalho

I. Associação de Catadores Érick Soares

1. O que é ser catador:

- Qual o sentido de ser trabalhador catador(a)?
- O que levou a realizar tal atividade?
- Como se vê em relação a outros trabalhadores, de outras categorias?

2. Qual motivo para união e formação do grupo:

- Como tudo começou na associação e há quanto tempo o grupo coleta no lixão?
- Que tipo de relações há no grupo, além do trabalho que realizam no lixão (vizinhança, amizade, companheirismo, ajuda mútua, solidariedade, trocas)?
- Como era antes de ser grupo? Houve mudanças com a união do grupo? Como destacaria?

3. Quanto à Associação Érick Soares:

- Por que da associação e quem teve a idéia?
- Como se deu o processo de formalização do grupo?
- Com a institucionalização do grupo, ou seja, a associação, houve mudanças?
- Como se dá a divisão de responsabilidades?

4. O local de coleta dos materiais recicláveis:

- Como se dá a coleta no lixão?
- Há riscos, quais?
- Além do lixão, há quanto tempo catam materiais recicláveis?
- Qual a realidade do lixão: quanto aos outros catadores (ver informação com Rose no diagnóstico); sua situação; de onde eles vêm? quantos são? como realizam seus negócios com os RS?
- Há perspectivas de integrá-los à associação, como você vê essa situação?
- Quanto ao mercado: como vendem?, como negociam o preço?, para quem vendem? como é essa relação?

5. Qual a representatividade em pertencer a uma associação de catadores:

- Qual a visão do grupo quanto a ser catador?
- Como se dão as questões de trabalho e de renda?
- O grupo pensa em desenvolver alguma ação/atividade diferenciada da catação no lixão?

6. Qual a inserção do grupo nos movimentos sociais (de sua categoria ou não):

- O grupo participa de movimentos sociais, fóruns, outras atividades?
- Como é participar de um movimento, fórum, outra atividade?
- Qual a importância do grupo e como o grupo se vê envolvido?

7. Qual a relação do grupo com outras entidades e como se deram essas relações:

- O grupo tem parcerias, vinculações com alguma entidade?
- Qual o tipo de relação do grupo com os parceiros?
- Existe apoio da prefeitura para com a associação?

8. Quanto ao trabalho associativo:

- Que possibilidades o trabalho coletivo traz para os membros, externa e internamente?
- Há outras relações que não a do trabalho especialmente? Conversam sobre outras coisas? - Existem trocas no interior do grupo? O que trocam? Como vivenciam essas práticas? São recíprocas essas relações e como se dão propriamente?

9. O grupo percebe seu crescimento enquanto participação política na sociedade:

- Há mudanças quando se pertence a um grupo associativo?

10. Qual sua inserção na comunidade:

- Há envolvimento da associação com a comunidade?
- Como se dão as atividades?

II. ASPAN: A Atuação do Fórum Lixo e Cidadania e o Apoio a Catadores

- Entrevista com a coordenação da ONG;
- Visita
 - A produção de lixo médio do Brasil.
 - como surgiu a ASPAN;
 - atuação no território;
 - objetivos da ONG;
 - abrangência do trabalho;
 - a relação com o movimento de catadores.

III. O Movimento Nacional de Catadores: Surgimento e Representação no Estado de Pernambuco

- Entrevista com representante;
- Quantitativo de catadores no Brasil, Pernambuco e RMR;
 - como surgiu o movimento;
 - objetivos;
 - quais ações mais importantes;
 - abrangência;
 - princípios.

IV. Fórum Lixo e Cidadania – FLIC/PE

- como surgiu o movimento;
- objetivos;
- quais ações mais importantes;
- abrangência.

V. Análise Documental na INCUBACOOP das Atividades Realiza das com a Associação.

- analisar os relatórios de atividades com a associação.

VI. O Projeto Rota dos Sonhos.

- como surgiu;
- abrangência;
- objetivos.

VII. Gabinete da Deputada Ceça Ribeiro.

- relação do gabinete com o grupo;

Anexo

LEI Nº 13.047, DE 26 DE JUNHO DE 2006.

Dispõe sobre a obrigatoriedade da implantação da coleta seletiva de lixo nos condomínios residenciais e comerciais, nos estabelecimentos comerciais e industriais e órgãos públicos federais, estaduais e municipais no âmbito do Estado de Pernambuco, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º VETADO

Art. 2º O projeto de coleta seletiva pretende incentivar a economia solidária, por meio de apoio às cooperativas de catadores de material reciclável, organizações de bairros que trabalham na perspectiva de geração de renda e com Organizações Não Governamentais que sensibilizam a população e os catadores com uma visão ecologicamente correta, visando uma melhor qualidade de vida.

Art. 3º VETADO

Art. 4º Para a implantação das disposições da presente Lei, cada um dos condomínios, empresas e órgãos públicos farão campanhas internas de incentivo à coleta seletiva de lixo, adotando recipientes próprios para a coleta e depósito do lixo orgânico, reciclável e não reciclável.

Art. 5º Para os fins do artigo anterior, devem ser consideradas as seguintes informações:

I – lixo seco ou resíduo reciclável é composto de metais, plásticos, vidros, papéis, embalagens longa vida e isopor;

II – lixo orgânico, não reciclável, é composto de sobra de alimentos, cascas de frutas e verduras, borra de café e chá, cigarros, papel higiênico, papel toalha e fraldas usadas;

III – o lixo especial ou resíduo especial é composto de pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes, retalhos de couro, latas de tinta, venenos e solventes e deverão ser encaminhados ao órgão municipal responsável pela coleta e destino final, caso necessário acionar-se-á o fabricante para o destino em depósito especial conforme a Lei;

IV – o lixo hospitalar e de laboratórios deverão ser destinados a aterro especial, conforme a Lei;

V – pneus usados deverão ser recolhidos pelo órgão municipal responsável pela coleta para encaminhá-los à reciclagem.

Art. 6º Esta Lei deverá ter um prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que os condomínios, empresas e órgãos públicos possam se adequar às normas.

Art. 7º O descumprimento desta Lei sujeitarão os estabelecimentos às seguintes penalidades:

I – advertência;

II – em caso de reincidência, aplicar-se-á sucessiva e gradualmente:

a) multa de 500 (quinhentas) UPFs-PE (Unidade Padrão Fiscal de Pernambuco) ou índice superveniente;

b) suspensão do alvará de funcionamento;

c) cancelamento do alvará de funcionamento;

d) a multa se destinará ao Fundo Estadual do Meio Ambiente.

Art. 8º Fica estabelecido que condomínios, empresas e órgãos públicos deverão celebrar contratos de parcerias com associações e cooperativas de catadores de resíduos recicláveis, bem como associações de bairros no âmbito dos municípios.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO CAMPO DAS PRINCESAS, em 26 de junho de 2006.

JOSÉ MENDONÇA BEZERRA FILHO

Governador do Estado

FLÁVIO GÓES DE MEDEIROS

MARIA MIRTES CORDEIRO RODRIGUES

LYGIA MARIA DE ALMEIDA LEITE

MARIA JOSÉ BRIANO GOMES

FRANCISCO DE PAULA CAVALCANTI DE PETRIBU

GENTIL ALFREDO MAGALHÃES DUQUE PORTO

MOZART NEVES RAMOS
MAURÍCIO ELISEU COSTA ROMÃO
CLÁUDIO JOSÉ MARINHO LÚCIO
FÁTIMA MARIA MIRANDA BRAYNER
RODNEY ROCHA MIRANDA
FERNANDO ANTÔNIO CAMINHA DUEIRE
ALEXANDRE JOSÉ VALENÇA MARQUES
RICARDO FERREIRA RODRIGUES
SÍLVIO PESSOA DE CARVALHO
PAULO CARNEIRO DE ANDRADE

Associação de Catadores Érick Soares - 2006



Donos de depósito aareados no lixão de Inhamã



Foto do lixão de Inhamã Abreu e Lima/PE - 2006



Crianças no lixão de Inhamã Abreu e Lima/PE - 2006



Coleta 6eletiva em Abreu e Lima realizada pelos catadores da Associação Érick Soares



Associação envolvida nas capacitações da INCUBACOOOP na UFRPE

